

**Sam Mbah & I.E. Igariwey**

# *Anarquismo Africano*



**A História de um Movimento**

**SAM MBAH & I. E. IGARIWEY**

**ANARQUISMO AFRICANO:**

**A História de um Movimento**

Tradução

Pedro Gomes de Souza Barros

Prefácio

Alessandra C. Moraes



Esta obra foi desenvolvida em plataforma Linux (Ubuntu), com os softwares livres LaTeX, Texmaker, Sigil e Calibre.

*Diagramação e Revisão*  
Mauro José Cavalcanti

*Capa*  
Angela Barbirato

Esta obra é publicada sob licença Creative Commons 3.0 (Atribuição-Uso não-Comercial-Compartilhamento) 

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Mbah, Sam, 1963-2014

Anarquismo africano: a história de um movimento [recurso eletrônico] / Sam Mbah & I. E. Igariwey; tradução Pedro Gomes de Souza Barros; prefácio Alessandra C. Moraes — Rio de Janeiro : Rizoma, 2018.

ISBN 978-85-93917-10-3 (versão impressa)

1. Anarquismo e anarquistas 2. Socialismo 3. História da África I. Título.

CDD 320  
CDU 321

Rizoma Editorial  
Caixa Postal 46521  
20551-970, Rio de Janeiro, RJ  
rizomaeditorial.com  
rizomaeditorial@yahoo.com.br  
2018

# Apresentação

Pedro Gomes de Souza Barros, tradutor

Em maior ou menor grau, todas as sociedades africanas tradicionais manifestaram “elementos anarquistas”, os quais, através de um exame minucioso, permitem credibilidade à obviedade histórica de que governos nem sempre existiram. Estes são um fenômeno recente e não são, portanto, inevitáveis em uma sociedade humana. Enquanto algumas características “anarquistas” das sociedades africanas tradicionais existiram em grande parte dos estágios anteriores do desenvolvimento, algumas delas persistem e se mantêm vivas nos dias de hoje.

Vivendo em um mundo inundado pelo capitalismo e, em menor medida, pelo socialismo, Mbah e Igariwey se perguntam: qual caminho revolucionário é possível para uma África pós-colonial? Sempre atentos às consequências da colonialidade capitalista e da esquerda autoritária no continente, os autores reinterpretem conceitos como comunalismo através de um diálogo com estudos e experiências africanos e à luz da proposta revolucionária anarquista. Não se deixando cair na tentação de dar respostas fáceis à problemas complexos, os autores enfrentam a tortuosa trilha de identificar não só um caminho, mas também de identificar um sujeito oprimido que precisa caminhar: África pós-colonial. A tradução desta obra é uma forma de agregar uma perspectiva africana revolucionária à realidade do Brasil de hoje, contribuindo para a busca por identificar não só um sujeito, mas também seu respectivo caminho.

# Prefácio

Alessandra C. Moraes<sup>1</sup>

Em primeiro lugar é necessário dizer: esta é uma publicação de ordem fundamental para a reflexão e construção de novas perspectivas no mundo atual. Isto porque, aqui afloram renovadas visões no que se refere a organização popular, ao combate das desigualdades sociais e a revisão das relações de poder historicamente constituídas. Isto significa dizer que *Anarquismo Africano: A História de Um Movimento* de Sam Mbah & I. E. Igariwey contribui como disparador de uma análise sóbria e razoável a respeito da construção e da luta contemporânea dos excluídos por seus direitos. Ao final da leitura fica perceptível que as mudanças neste panorama não se concretizarão se não pelas mãos dos movimentos organizados pela base. Como aliás já nos haviam chamado atenção os primeiros teóricos do pensamento libertário.

Neste livro, os autores imprimem através da cor local das tradições africanas, um pensamento virtuoso e nada ingênuo que resgata o protagonismo dos desfavorecidos na África através da organização política pela via não institucional. Bem como constata que a via institucional é um caminho vedado aos “de baixo” na tentativa de reescrever sua história, fazendo aqui o empréstimo do termo de Thompson (1).

Mas afinal de contas, o que significa anarquismo? E podemos pensar em anarquismo africano? Ainda mais quando nem bem se estabeleceram completamente as complexidades que envolvem as Áfricas e suas muitas etnias, histórias, políticas e memórias propositalmente apagadas pelo colonizador? É justamente esse o desafio desta publicação e mesmo suas ambições.

No Brasil, existe ainda muita desinformação a respeito do significado de anarquismo. Podemos começar pelo fato de que o anarquismo organizado não significa ausência de ordem ou inexistência de leis. Historicamente, o anarquismo se organiza enquanto ideologia no século XIX através da *práxis* de trabalhadores europeus de fábricas (2), e justifica-se acima de tudo enquanto metodologia a partir da qual seria possível romper as dinâmicas sociais de exploração do trabalho nas sociedades capitalistas.

Configura-se então, uma das mais significativas contribuições de *Anarquismo Africano: A História de Um Movimento* onde somos apresentados, a uma proposta de anarquismo que remonta às sociedades africanas tradicionais anteriores à chegada do europeu. Note-se a importância deste trabalho então, para a renovação da produção de conhecimento relacionada à dimensão sócio-histórica do pensamento de princípios libertários. A natureza dos projetos de autogestionados apresenta-se em diversas sociedades e está menos localizada geográfica e temporalmente do que se costumava acreditar.

O continente africano e suas pluralidades compartilham a realidade brasileira no sentido de não possuírem um processo de industrialização pujante, justamente por isso localizam-se em áreas periféricas em relação a índices mundiais de desenvolvimento e qualidade de vida. Apesar de não haver um contingente significativo de trabalhadores fabris, a questão da exploração do trabalho e da imposição de políticas desfavoráveis aos interesses do povo está bastante presente e une as experiências sociopolíticas de ambas as regiões. Compartilhamos com os africanos dentre outras muitas questões levantadas no livro, também o fato de que a autonomia local nos âmbitos da política, intelectualidade, cultura e soberania de maneira geral estiveram atravessadas pelos modelos historicamente impostos. Para o Brasil, a experiência africana com anarquismo tem especial valor, pois tanto lá como aqui o âmbito institucional mostra-se um caminho difícil de atuação popular.

O Estado, como aponta a narrativa de Sam Mbah & I. E. Igariwey atua de maneira a proteger o interesse do grande capital e manter privilégios. Ao povo os governantes relegam em postura de bem-estar o mínimo espaço de representação institucional, na prática o que se seguem são medidas que apenas remediaram problemas agudos e eternamente mal resolvidos. Os autores deste livro compram ainda a tarefa árdua de reconstruir a autonomia de suas pátrias através de um movimento político que os recoloca como protagonistas de suas próprias histórias. Recordando tradições e projetando para o futuro próximo a necessidade de integração em um continente partido por fronteiras nacionais artificiais e um pesado discurso de racismo e diferenciação.

A experiência institucional das esquerdas socialistas africanas é outro dos assuntos privilegiados nesta publicação que busca uma espécie de balanço geral, apontando erros e evidenciando impossibilidades. Impossibilidades

estas que já haviam sido apontadas por alguns historiadores, na medida em que ponderam a inexistência do “socialismo real” nas sociedades modernas. Haja vista que nenhuma das sociedades autoproclamadas socialistas chegou ao estágio da inexistência do Estado. Neste sentido, como apontam alguns autores, as tendências marxistas deixaram a desejar no sentido de debater assuntos como racismo, feminino, questões ambientais e finalmente o fim do Estado, mesmo aquele organizado pela classe trabalhadora (3).

O anarquismo foi por estes motivos, a tendência da esquerda socialista mais violentamente combatida onde quer que tenha conseguido minimamente se enraizar, pois se configurou como a mais radical resistência ao Estado. Radical neste caso significou fidelidade ao projeto socialista da construção de uma sociedade outra, sem propostas conciliatórias ou resquícios das dinâmicas de relações de poder desiguais. Como mostra esta publicação, o anarquismo foi igualmente combatido com ferocidade em terras africanas.

Justamente por essas questões a conclusão que o leitor vai poder tirar em relação à possibilidade de anarquismo na África é que será necessário reinventá-lo para adequar-se a realidade do continente. Rediscutir as formas de exploração do trabalho, as estratégias revolucionárias e no caso dos apontamentos do livro: beber de todas as fontes, principalmente das tradições locais de resistência, resiliência e autoafirmação deixadas pelos antepassados africanos. Ao que tudo indica a proposta dos autores dispensa aqui a ideia de um grupo “iluminado” que conduz uma massa de manobra sob o comando de individualidades notórias. Acima de tudo valorizam muito o pensamento coletivo e as construções comunitárias de novas possibilidades, uma proposta honesta e corajosa para a reconstrução da representatividade e mesmo da democracia em tempos futuros.

## **Referências**

1. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
2. KROPOTKIN, Piotr. *A anarquia: sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.
3. BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. São

Paulo: Zahar Editor, Edição digital: abril 2013.

## **Prefácio do Editor Original**

O primeiro livro desse tipo deveria ser relevante para todos os interessados em África e Anarquismo. Sam Mbah e I.E. Igariwey começam explicando lucidamente os princípios e práticas básicos do anarquismo. Depois de expor o que anarquismo é e o que não é, eles compararam princípios e práticas anarquistas com outras ideologias de mudança social, especificamente com o marxismo.

Os autores, então, focam na África, explorando extensamente os “elementos anarquistas” em muitas sociedades africanas tradicionais (pré-coloniais). Em seguida, eles examinam os efeitos devastadores do colonialismo nas sociedades tradicionais da África e nas estruturas econômica e política da África, assim como os horrendos problemas deixados pelo despertar do colonialismo: subdesenvolvimento, economias dependentes endividadas com a gigantesca disparidade entre ricos e pobres; violento antagonismo étnico causado pela deliberada atuação de confrontar grupos étnicos contra grupos étnicos, e pela criação de fronteiras nacionais artificiais; e o estilo de governo Europeu, sistemas legais e educacionais, e forças militares; tudo bastante inadequado para as condições africanas.

Seguindo nessa linha, os autores examinam as tentativas fracassadas de mudança social de governos “socialistas africanos” no período pós-colonial, com atenção especial para Julius Nyerere na Tanzânia, Sekou Toure da Guiné e Kwame Nkrumah de Gana. A conclusão infeliz à que chegam é que uma reconstrução social humana, fundamental, é impossível na África, como em qualquer lugar, via governo.

Entretanto, isto não é uma conclusão desesperançada, os autores afirmam que há uma saída para a África – uma reconstrução anarquista de suas estruturas econômica e social. Eles também salientam que devido à muitas similaridades entre crenças e práticas anarquistas e àquelas de sociedades tradicionais africanas (as quais ainda sobrevivem), a África parece ser o mais provável de todos os continentes a testemunhar uma verdadeira revolução social – uma revolução na era industrial baseada em “elementos anarquistas” de sociedades africanas tradicionais.

Em um comentário mais pessoal, eu devo desculpar-me com qualquer leitor que encontre qualquer “pequena questão pendente” neste livro. Há uma razão para isso: os autores vivem em Enugu, Nigéria, e a comunicação com eles tem sido difícil, para dizer o mínimo. (Se isso é resultado das ineficiências dos serviços postal e telefônico da Nigéria ou em razão de deliberadas interferências do governo nigeriano, eu não posso dizer). O resultado deste problema é a impossibilidade de conferir pequenos detalhes como primeiros nomes de algumas pessoas mencionadas no texto. Em última instância, eu decidi que era melhor publicar o livro com pequenas questões pendentes ao invés de esperar meses, senão, anos para contatar os autores sobre estas questões.

Como último comentário, eu devo também desculpar-me com qualquer leitor que ache o título do livro inapropriado. Quando aceitei publicar este livro, o fiz pelo bom tema, boa carta de apresentação e boa proposta. O prazo para anunciar os próximos títulos da temporada estava perto, então eu cadastrei um ISBN (“*International Standard Book Number*”, significa Padrão Internacional de Numeração do Livro em português) no livro, e anunciei Cliff Harver para fazer a capa. Naquele momento, por questões práticas, o título estava definido. Quando o manuscrito chegou, eu descobri que, de fato, não era uma história, mas algo mais valioso – um livro à frente do tempo, preocupado em alcançar mudança social positiva. Um título mais apropriado para este valioso livro seria Anarquismo Africano: Perspectivas para o Futuro.

Chaz Bufe  
Editor, Sharp Press

## Prefácio do Autor

Ainda que não abundante em nenhum lugar, a literatura anarquista é especialmente escassa na África. Este fato, em parte, explica porque ideias anarquistas não estão se espalhando tão rapidamente como deveriam na África e em outros lugares, apesar da crise do socialismo de Estado.

O desenvolvimento anarquista tem sido retardado por décadas, também por outras razões, incluindo a fraqueza teórica do anarquismo. Entretanto, posições anarquistas historicamente corretas podem ser, sem um fundamento teórico rigoroso, a maioria dos trabalhadores, camponeses e outros anarquistas em potencial que continuará indiferente à filosofia.

É verdade que os anarquistas estavam entre os primeiros a apresentarem críticas precisas sobre o capitalismo e sobre o marxismo socialista, alertando para onde o caminho estatista iria, em última instância, levar. E os anarquistas também desenvolveram métodos superiores de organização baseados em uma genuína democracia de massas. O ponto, entretanto, é que na sua crítica ao marxismo os anarquistas têm falhado em explicar com suficiente profundidade o lado autoritário do marxismo e porque tal lado autoritário é um defeito fatal.

É contra esse pano de fundo que nós, membros da *Awareness League* (pode ser traduzido em português como Liga da Consciência), elegemos traçar o relacionamento entre África e anarquismo. Ao fazer isso, nós estamos impelidos pelo senso duplo da responsabilidade histórica: enriquecer o anarquismo e os princípios anarquistas com uma perspectiva africana; e esculpir um lugar para a África dentro da estrutura do movimento anarquista do mundo todo. Pode haver pouca dúvida – dado o colapso da esquerda autoritária – que o tempo está maduro para este projeto. Mas em um mundo inundado pelo capitalismo e, em menor grau, por influências marxistas – desde padrões de socialização da infância até o estrangulamento da mídia de massas sobre a opinião pública – o projeto anarquista enfrenta um árduo caminho. Este livro é nossa contribuição para esta difícil tarefa.

Este trabalho enfatiza as oportunidades que existem para o anarquismo, analisando mudanças concretas que estão pela frente. Os capítulos um e dois

lidam com a história, crescimento e desenvolvimento do anarquismo, desde o feroz embate entre Karl Marx e Mikhail Bakunin e seus seguidores dentro da Primeira Internacional até a Revolução Espanhola. O capítulo três discorre sobre as origens do anarquismo no continente africano, identificando certos “elementos anarquistas” no comunalismo africano e analisando a organização social das sociedades sem Estado na África. O capítulo mostra a incorporação das economias africanas pelo sistema capitalista mundial e suscita a questão: “Há um anarquismo africano?” O capítulo quatro examina o desenvolvimento do socialismo na África. O capítulo cinco lida com o fracasso do socialismo e suas implicações para o anarquismo na África. O capítulo seis analisa em detalhes as desvantagens atuais para a realização de ideias anarquistas na África. E o capítulo sete detalha os caminhos em razão dos quais o anarquismo representa o melhor e, de fato, o único caminho a ser seguido pela África.

Este trabalho não teria sido possível sem o encorajamento, solidariedade, suporte e assistência – material e moral – da *International Workers Association* (IWA) e suas afiliadas na Europa e no Estados Unidos. Menção especial deve, entretanto, ser feita para Jose “Pepe” Jimenez, secretário geral da IWA, Mitch Miller, da Workers Solidarity Alliance (WSA, afiliada estadunidense da IWA), Bob McGlynn, da *Neither East Nor West* (Estados Unidos), Monika Grosche, da FAU (afiliada alemã da IWA), Lourdes Redondo Ramajo, da *Asociación Internacional de los Trabajadores* (da Espanha), membros do *Workers Solidarity Movement* (Irlanda), da seção francesa da IWA, e tantos outros, que é difícil nominar um por um. Nós estamos similarmente em débito com todos os membros da *Awareness League* da Nigéria, os quais contribuíram direta e indiretamente para tornar este trabalho realidade. Finalmente, Lynea Search também merece agradecimentos por ter feito um bom trabalho de edição.

Sam Mbah & I. E. Igariwey

# Capítulo 1: O que é Anarquismo?

Anarquismo como filosofia social, teoria de organização social e movimentos sociais é remoto na África – de fato, quase desconhecido. Ele é subdesenvolvido na África como um corpo de pensamento sistemático e largamente desconhecido como movimento revolucionário. Seja como for, como veremos, o anarquismo como modo de vida não é, de jeito algum, novo na África. O primeiro contato com o pensamento anarquista europeu provavelmente não começou antes da segunda metade do século XX, com a única exceção da África do Sul. É, portanto, necessário nos voltarmos para os pensadores ocidentais a fim de compreender o anarquismo.

Anarquismo não é tão derivado de reflexões abstratas de intelectuais ou filósofos como é de condições objetivas nas quais se encontram trabalhadores e produtores. Ainda que alguém possa encontrar traços do seu início, anarquismo como revolução filosófica surgiu como parte do movimento socialista mundial do século XIX. A desumana natureza do capitalismo e o sistema de Estados estimulou um desejo por construir um mundo melhor – um mundo enraizado em uma verdadeira igualdade, liberdade<sup>1</sup> e solidariedade. As propensas tiranias do sistema de Estados – qualquer Estado – apoiado em capital privado, têm motivado anarquistas a insistirem na completa abolição do sistema de Estados.

A Nova Enciclopédia Britânica (15ª edição)<sup>2</sup> caracteriza anarquismo como uma filosofia social “na qual o princípio central é que os seres humanos podem viver justa e harmoniosamente sem governo e que a imposição de governo sobre os seres humanos é um fato prejudicial e mal”. Similarmente, a Enciclopédia Americana<sup>3</sup> (edição internacional) descreve o anarquismo como uma teoria de organização social “que enxerga toda lei e governo como invasivos, as fontes duplas de quase todo o mal social. Defende, portanto, a abolição de todos os governos como o termo é entendido hoje, exceto aquele que é originado em cooperação voluntária”. Os anarquistas, continua, não compreendem uma sociedade sem ordem, “mas a ordem que eles buscam advém de voluntária associação, preferencialmente através de grupos autogovernados”.

Por sua parte, a Enciclopédia Collier<sup>4</sup> entende o anarquismo como um

movimento do século XIX “baseado na crença de que a sociedade deve ser inteiramente controlada por grupos organizados voluntariamente e não pelo Estado”. Coerção, seguindo nessa linha de raciocínio, é dispensada para que “cada indivíduo possa alcançar o seu mais completo desenvolvimento”. Na medida em que as definições vão sendo desenvolvidas são permitidos entendimentos, ainda que superficiais, sobre a doutrina anarquista. Mas sua utilidade para elucidar o rico e extenso corpo de pensamento conhecido como anarquismo é indubitavelmente limitado. A vasta gama de teoria anarquista é compreensível somente pelos escritos dos próprios anarquistas, assim como em escritos de alguns que não são anarquistas.

De acordo com Bertrand Russell, anarquismo “é a teoria que se opõe à toda forma de governo forçado. Ele se opõe ao Estado como a personificação da força empregada no governo da comunidade. O tipo de governo que o anarquismo pode tolerar deve ser o governo livre, não somente no sentido de que deve ser o da maioria, mas no sentido de que deve ser aceito por todos. Anarquistas recusam instituições como polícia e leis criminais por meio das quais o desejo de uma parte da comunidade é imposta à outra parte... Liberdade é o bem supremo no credo anarquista e a liberdade é buscada pela via direta de abolição de todos os controles impostos sobre o indivíduo pela comunidade”<sup>5</sup>.

Russell justifica a demanda anarquista por abolição do governo, incluindo o governo da maioria, escrevendo: “é inegável que a regra da maioria pode ser quase hostil à liberdade como a regra da minoria: o direito divino das majorias é um dogma tão pouco possuído de verdade absoluta como todos os outros”<sup>6</sup>.

Da mesma forma, o anarquismo é, irreconciliavelmente, oposto ao capitalismo assim como ao governo. O anarquismo advoga ação direta pela classe trabalhadora para abolir a ordem capitalista, incluindo todas as instituições do Estado. No lugar das instituições Estado/capitalista e sistemas de valor, anarquistas trabalham para estabelecer uma ordem social baseada na liberdade individual, cooperação voluntária e comunidades produtivas autogestionadas.

Para este fim, o anarquismo entende que toda atividade atual performada pelo

Estado e suas instituições poderia ser melhor tratada por esforços voluntários ou associativos, e que ausência de restrições sobre a conduta é requerida em razão da tendência natural das pessoas, em um estado de liberdade, de respeitar o direito de todos.

Os anarquistas são opositores implacáveis do sistema de Estados e suas manifestações que um dos primeiros pensadores do anarquismo, Pierre-Joseph Proudhon, proclamou: “Governos são o flagelo de Deus”. Mikhail Bakunin elaborou sobre as proposições de Proudhon explicando o objetivo do anarquismo como o completo desenvolvimento do ser humano em condições de liberdade e igualdade:

É o triunfo da humanidade, é a conquista e a realização da liberdade total e do desenvolvimento total, material, intelectual e moral, de todo o indivíduo pela absoluta liberdade e espontânea organização de solidariedade econômica e social como completamente possível entre todos os seres humanos vivendo na terra.<sup>7</sup>

Bakunin diz que “nós entendemos por liberdade, por um lado, o desenvolvimento, o mais completo possível, de todas as faculdades naturais de cada indivíduo e, por outro lado, sua independência não em relação às leis naturais e sociais, mas em relação a todas as leis impostas por vontade humana, seja coletiva ou separada... O que nós queremos é a abolição dos privilégios artificiais, legais e influências oficiais”<sup>8</sup>.

Tais privilégios são as prerrogativas do Estado. E então, Bakunin caracteriza o Estado como nada além de dominação, opressão e exploração, “regularizados” e “sistematizados”:

“O Estado é o governo de cima para baixo de uma imensidão de homens, bastante diferentes do ponto de vista de suas culturas, a natureza dos países e os locais que eles habitam, a ocupação que eles seguem, os interesses e as aspirações que os direcionam – o Estado é o governo de todos por alguns ou outra minoria; essa minoria, mesmo que fosse mil vezes eleita por sufrágio universal e tivesse seus atos controlados por instituições populares, ao menos que esteja dotada de onisciência, onipresença e onipotência, que os teólogos atribuem a Deus, seria impossível que pudesse conhecer e prever as necessidades ou satisfazer com justiça os mais legítimos e urgentes interesses do mundo. Sempre haverá pessoas descontentes porque sempre haverá um que será sacrificado.”<sup>9</sup>

Como Bakunin observa, o Estado é um mal historicamente necessário, mas sua completa extinção será, cedo ou tarde, igualmente necessária. Ele repudia todas as leis, incluindo aquelas feitas sob sufrágio universal, argumentando

que a liberdade não significa igual acesso ao poder coercitivo (por exemplo, governo via eleições diretas), mas, ao contrário, significa liberdade em relação ao poder coercitivo – em outras palavras, alguém se torna livre somente quando, e nas mesmas proporções, todos os outros estão livres.

É Peter Kropotkin, entretanto, que fornece compreensão sistemática e penetrante do anarquismo como uma política prática e filosofia social. Em dois ensaios, *Anarchism* e *Anarchist Communism*, ele sustenta que a posse privada da terra, capital e maquinário teve seu tempo e deve chegar ao fim com a transformação de todos os fatores produtivos em propriedade social comum, para ser gerenciada em comum pelos produtores da riqueza. Sob esta transformação, o indivíduo reclama sua liberdade total de iniciativa e atuação através da participação em agrupamentos e federações constituídos livremente, que satisfarão todas as várias necessidades humanas. “O objetivo final é a redução das funções do governo para zero – isto é, para uma sociedade sem governo, para Anarquia”.<sup>10</sup>

Ele desenvolve:

Você não pode modificar as condições de propriedade existentes sem modificar profundamente, ao mesmo tempo, a organização política. Você deve limitar os poderes do governo e renunciar as regras parlamentares. Para cada nova fase econômica da vida há uma nova fase política. Monarquias absolutistas – isto é, regras das cortes – correspondiam ao sistema de servidão. Governo representativo corresponde à regra do capital. Ambas, entretanto, são regras de classe.

Mas em uma sociedade na qual a distinção entre capitalista e trabalhador tenha desaparecido não há necessidade de tal governo; isto seria um anacronismo, um contínuo problema. Trabalhadores livres requerem organizações livres e isto não pode ter outra base senão acordo livre e cooperação livre, sem sacrificar a autonomia do indivíduo para todas as perversas interferências do Estado. O sistema não capitalista implica em um sistema de não governo. Significando então a emancipação humana do poder opressivo do capitalismo assim como de seus governos, o sistema de Anarquia se torna uma síntese de duas poderosas correntes de pensamento que caracterizam nosso século<sup>11</sup>.

Kropotkin afirma que governo representativo (democracia) tem realizado sua missão histórica de entregar o golpe mortal à regra da corte (monarquia absolutista). E desde que cada sistema econômico envolve seu próprio sistema político é impossível eliminar a base da presente vida econômica, chamada de propriedade privada, sem uma correspondente mudança na organização política.<sup>12</sup> Entendido desta forma, anarquismo se torna a síntese dos dois principais desejos da humanidade desde o início da história: liberdade econômica e liberdade política.

Uma excursão pela história revela que o Estado tem sido sempre uma propriedade de uma ou outra classe privilegiada: a classe dos sacerdotes, a classe dos aristocratas, a classe dos capitalistas e, finalmente, a classe (ou “nova”) burocrática, como na União Soviética e na China. A existência de uma classe privilegiada é absolutamente necessária para a preservação do Estado. “Toda racional e sincera teoria do Estado”, afirma Bakunin, “está essencialmente baseada na autoridade do Estado – isto é, na eminente ideia teológica, metafísica e política de que as massas, sempre incapazes de governarem a si mesmas, devem se submeter por toda a eternidade a um benevolente jugo... o qual de um jeito ou de outro, é imposto a elas de cima.”<sup>13</sup>

Esse fenômeno é o equivalente virtual da escravidão – uma prática com raízes estatais profundas. Isto pode ser ilustrado pela seguinte passagem de Kropotkin:

“Nós clamamos contra os barões feudais que não permitiram que ninguém se instalasse na terra, ao menos por um pagamento de um quarto da colheita para o senhor feudal; mas nós continuamos a fazer como eles fizeram – nós expandimos seu sistema. As formas mudaram mas a essência continua a mesma.”<sup>14</sup>

Bakunin expressa esse pensamento de forma ainda mais incisiva:

“Escravidão pode mudar seu nome e sua forma – sua base permanece a mesma. Esta base é expressada pelas palavras: ser um escravo é ser forçado a trabalhar para outras pessoas – assim como ser um senhor é viver do trabalho de outras pessoas. Em tempos antigos, assim como nos tempos atuais na Ásia e na África, escravos foram simplesmente chamados de escravos. Na Idade Média, eles ganharam o nome de ‘servos’, hoje eles são chamados de ‘assalariados’. A posição do último é muito mais honrosa e menos dura que a dos escravos, mas eles são, no entanto, forçados por fome, assim como pelas instituições políticas e sociais, a manter com um trabalho muito duro a absoluta ou relativa ociosidade de outros. Consequentemente, eles são escravos. E, de modo geral, nenhum Estado, seja antigo ou moderno, já foi ou um dia será capaz de fazer sem o trabalho forçado das massas, seja assalariado ou escravo.”<sup>15</sup>

O primeiro fator de distinção entre o trabalhador assalariado e o escravo é, talvez, que o assalariado tem alguma competência em sair do seu trabalho enquanto o escravo não pode.

G.P. Maximoff não vê as coisas de forma tão diferente. Para ele, a essência do anarquismo consiste na abolição das relações de propriedade privada e sistema de Estados, o principal agente do capital. Ele afirma que

“capitalismo, no seu presente estágio, alcançou a maturidade do imperialismo... para além disto, a estrada do capitalismo é a estrada da deterioração”<sup>16</sup>.

Mas o capitalismo não está sozinho. Estados socialistas marxistas como a antiga União Soviética, desde o início, providenciam amplas evidências ao argumento anarquista. Diz Maximoff:

“A Revolução Russa... revelou a natureza do Estado socialista e seus mecanismos, demonstrando que não há grande diferença de princípio entre o Estado socialista e a sociedade burguesa... entre estas sociedades, que parecem tão irreconciliáveis e tão antagônicas, há somente uma diferença quantitativa, não qualitativa. E a tentativa de solucionar o problema social através da utilização de métodos rígidos inerentes ao poder comunista, assim como na Revolução Russa, demonstra que mesmo a quantidade não está sempre ao lado do autoritarismo comunista e que, ao contrário, quando logicamente perseguido até o fim, ele se assemelha de muitas maneiras ao despotismo.”<sup>17</sup>

Então, continua Maximoff, o anarquismo é a única força social capaz de destruir a propriedade privada e seu pilar, o Estado; de estabelecer a propriedade pública e sem Estado, organização federalista da sociedade com base na associação livre de unidades produtivas de fábricas e cidades. Anarquismo sozinho “pode assegurar liberdade, por exemplo, o bem-estar e o desenvolvimento do indivíduo na sociedade e da própria sociedade. Ele sozinho estancará a divisão da sociedade em classes e abolirá toda possibilidade de exploração ou controle dos homens por homens”<sup>18</sup>.

A *International Workers Association* (IWA) é uma federação de grupos anarquistas em dezenas de países ao redor do mundo. Enquanto ela dá significado ao seu objetivo como “sindicalismo revolucionário”, este é, de fato, idêntico ao objetivo anarquista. O estatuto da IWA<sup>19</sup> afirma em parte:

Sindicalismo revolucionário é o inimigo declarado de todo monopólio econômico e social. Ele busca a abolição dos privilégios através do estabelecimento de comunas econômicas e órgãos administrativos dirigidos pelos trabalhadores no campo e nas fábricas, formando um sistema de conselhos livres sem subordinação a qualquer poder ou partido político. Sindicalismo Revolucionário coloca como uma alternativa à política estatal e a partidos políticos a reorganização econômica da produção. Ele se opõe ao governo das pessoas e coloca a autogestão como alternativa.

Consequentemente, o objetivo do sindicalismo revolucionário não é a conquista do poder político, mas a abolição de todas as funções estatais na vida da sociedade. Sindicalismo Revolucionário considera que o desaparecimento do monopólio da propriedade deve ser também

acompanhado do desaparecimento de todas as formas de dominação. Estatismo, ainda que camuflado, não pode nunca ser instrumento de libertação humana e, ao contrário, será sempre o criador de novos monopólios e privilégios.

Com base nos pontos acima, podemos resumir os aspectos teóricos do anarquismo: anarquismo procura abolição do capitalismo e do modo de produção capitalista – isto inclui as relações sociais que ele produz, seu processo de mercado, e os sistemas de *commodity* e salário. Isto não é possível de realizar, entretanto, sem a simultânea abolição do sistema de Estados em conjunto com a abolição de seus sistemas de valor e instituições, incluindo os sistemas legais e educacionais, mídia de massas, burocracia, polícia, família patriarcal, religião organizada e etc.

O sistema de Estados não é, claro, peculiar e nem exclusivo do sistema capitalista: ele é também uma característica cardinal do socialismo de Estado, isto é, socialismo marxista representado pelos sistemas da União Soviética e da China. E o sistema de Estados, em qualquer lugar, revela as mesmas características autoritárias e hierárquicas que servem para circunscrever a liberdade do indivíduo e da sociedade como um todo.

O anarquismo deriva da luta de classes produzida pela escravização dos trabalhadores e de suas históricas aspirações por liberdade. Classe, neste sentido, não é somente um conceito econômico e tampouco está relacionada somente à posse dos meios de produção; ela representa de fato o insalubre montante de poder que um pequeno grupo exerce<sup>20</sup> sobre o resto da sociedade.

O instrumento dessa pequena elite, o Estado, é simultaneamente a violência organizada da classe proprietária dos meios de produção e do sistema que executa sua vontade. Assim como o grupo de Dielo Trouda aponta, a autoridade sempre depende da exploração e da escravização da maioria das pessoas. E autoridade sem hierarquia, sem exploração e perda de liberdade, perde sua razão de existência. “O Estado e a autoridade tiram toda a iniciativa das massas, matam o espírito da criatividade e liberdade de ação, e cultivam a psicologia servil de submissão”.<sup>21</sup>

A força do anarquismo está pautada no fato dos humanos ao longo da história

terem sido impulsionados pela busca da igualdade e da liberdade, liberdade sendo indivisível da igualdade e vice-versa. Tal desejo parece derivar do fato de que os seres humanos são mais cooperativos que competitivos.

Em lugar da sociedade organizada em classes e marcada por hierarquia e autoridade, o anarquismo advoga em nome de uma sociedade autogestionada e independente baseada na cooperação, associação voluntária de ajuda mútua, e desprovida de governo (por exemplo, coerção). Em tal sociedade, a posse dos meios de produção não é preservação exclusiva de nenhum indivíduo ou grupo, e trabalho assalariado não existe, permitindo ao indivíduo ampla liberdade e iniciativa para o total desenvolvimento. “Não haverá semideuses, mas também não haverá escravos. Semideuses e escravos se tornarão homens; o primeiro terá que descer do Olimpo, e o segundo terá que subir consideravelmente.”<sup>22</sup> Na ampla varredura da história, o anarquismo vai tomar seu lugar de ordem social fundada e orientada para o pós-capitalismo, sociedade pós-governo.

Importante, o anarquismo não implica em ausência de organização. Em contraste à irracional, hierárquica e centralizadora autoridade de governo e corporações, os anarquistas aceitam e, de fato, respeitam a autoridade do “*expert*” – uma autoridade de tipo diferente; pautada na “*expertise*” e experiência, e não no poder coercitivo.

Anarquistas sempre reconheceram a necessidade de organização. Para eles, entretanto, a questão é que tipo de organização. Anarquistas argumentam por organização horizontal, pautada na descentralização, autonomia local e individual, igualdade social e tomada de decisões democráticas.

Por último, o anarquismo rejeita toda a luta por poder estatal (político), tendo como sua arma e método a luta social dos trabalhadores e camponeses baseada em solidariedade e internacionalismo. Consequentemente, a tarefa de emancipação dos trabalhadores deve ser dos próprios trabalhadores. Esta emancipação consiste na redução das funções do governo a zero, garantindo que, em todos os momentos, o controle sobre todas as formas de organização seja desde baixo.

## **O que o Anarquismo não é?**

Infelizmente, além de afirmar o que o é anarquismo também é necessário afirmar o que não é. É necessário abordar os equívocos vulgares e deliberados, e as distorções definitivas que os apologistas marxistas e capitalistas propagam sobre o anarquismo.

De longe, o grande equívoco é que anarquismo é sinônimo ou de rejeição da ordem ou de um estado de desordem envolvendo caos, destruição e violência. Nada poderia estar mais longe da verdade. Kevin Doyle, escritor da revista “*Workers Solidarity*”, escreveu “O Anarquismo tem sido deliberadamente caluniado e desvirtuado, não somente pelos que governam [esta] sociedade, mas também pela maioria da esquerda. Deliberadamente, pela razão de sua crítica intransigente e radical sobre a sociedade e como mudá-la, estabelece uma mudança que não pode ser cumprida, exceto pela calúnia. Sua raiz e associação com a classe trabalhadora de todos os países diz a verdade.”<sup>23</sup>

O anarquismo é, basicamente, oposto à violência assim como à desordem, ao caos e ao terrorismo. Anarquistas de todo o mundo têm a paz como valor principal e, conseqüentemente, rejeitam a guerra, as Forças Armadas, o militarismo e o desenvolvimento e aquisição de tecnologias que promovam a guerra. Anarquistas defendem a guerra somente como forma de autodefesa.

O estatuto da *International Workers Association* coloca a questão em perspectiva: “Enquanto o sindicalismo revolucionário é oposto a toda forma de violência organizada do Estado, é também consciente que haverá confrontos extremamente violentos durante as batalhas decisivas entre o capitalismo de hoje e o comunismo livre de amanhã. Conseqüentemente, ele reconhece como válida aquela violência que pode ser usada como meio de defesa contra os métodos violentos usados pelas classes dominantes durante uma revolução social.”<sup>24</sup>

Rejeição de violência agressiva e terrorismo, entretanto, não faz dos anarquistas pacifistas. Ao contrário, um movimento anarquista vencedor encarará violência de Estado. O modo de combater tal violência repressiva não é através de terrorismo ou pela criação de organizações militares hierárquicas, mas sim através da criação de comunidades de defesa e organizações educacionais que estarão dispostas a defender suas próprias estruturas sociais.

A posição anarquista por organizações de defesa nasceu de um reconhecimento histórico do Estado como o mais brutal e cruel agente do terror, e o reconhecimento de que o uso da violência depende quase que inteiramente do grau em que ele se sente ameaçado. Anarquistas entendem que o Estado vai fazer qualquer coisa, não importa o quão vil seja, para manter seu poder.

Quanto ao anarquismo e terrorismo, somente uma pequena minoria dos anarquistas tem adotado atividades terroristas. Isto é porque anarquistas entendem que os meios<sup>25</sup> determinam os fins e é por isso que eles buscam abolir o sistema de Estados, e não estabelecer uma vanguarda que iria aspirar pelo poder estatal. Assim, os autores anônimos de *You Can't Blow Up a Social Relationship: The Anarchist Case Against Terrorism* afirmam:

“Você não pode explodir um relacionamento social. O colapso total desta sociedade não iria prover nenhuma garantia do que iria substituí-la. Ao menos que a maioria das pessoas tivesse ideia e organização suficiente para criar uma sociedade alternativa, nós veríamos o velho mundo se reafirmar sozinho porque é o que as pessoas estariam acostumadas, no que elas acreditariam, o que existiria inquestionavelmente em suas personalidades.

Proponentes de militarismo e guerrilha<sup>26</sup> devem ser considerados em lados opostos porque suas ações são de vanguarda e autoritárias, porque suas ideias (na medida em que são substanciais) estão erradas ou não estão relacionadas com os resultados de suas ações (especialmente quando eles se chamam de libertários e anarquistas), porque suas matanças não podem ser justificadas e, finalmente, porque suas ações produzem tanto repressão em troca de nada ou de um regime autoritário.”<sup>27</sup>

Bertrand Russell adiciona:

“Em sua doutrina geral, não há nada [no anarquismo] envolvendo essencialmente métodos violentos ou um ódio virulento aos ricos... A revolta contra as leis naturalmente leva, com exceção daqueles que são controlados por uma real paixão por humanidade, a um relaxamento de todos os aceitamentos morais. Seria totalmente injusto julgar a doutrina anarquista, ou a visão de seus expoentes, via tal fenômeno... Isto deve ser lembrado na exculpação das autoridades e do público negligente que sempre confundem, em um detestar comum, os parasitas de um movimento e o homem realmente heroico e entusiasmado que elaborou suas teorias e sacrificou o conforto e sucesso por sua propagação.”<sup>28</sup>

L.S. Benvington resume tudo:

“Claro que sabemos que entre os que se intitulam anarquistas haverá sempre uma minoria de entusiastas desequilibrados que procuram todo ato de violência ilegal e sensacional como questão de júbilo histórico. Muito úteis para a polícia e a mídia, instável no intelecto e de princípio moral fraco, eles têm, repetidamente, se mostrado acessíveis a considerações venais. Eles, suas violências e seu

anarquismo declarado são compráveis, e em última instância eles são bem-vindos e eficientes partidários das [classes dominantes]... Vamos deixar a matança e ofensa indiscriminadas ao governo – para seus discursos, seus corretores de ações, seus funcionários e suas leis.”<sup>29</sup>

Anarquismo, nas suas presentes manifestações como sindicalismo revolucionário, anarcossindicalismo e anarco-comunismo advogam ação direta, mas não terrorismo ou atos violentos.

Similarmente, anarquismo não implica em ausência de organização. Como mencionado anteriormente, anarquistas rejeitam o hierárquico e autoritário modelo de organização que destrói liberdade e igualdade; mas não rejeitam os modelos horizontais de organização baseados nas tomadas de decisão democráticas, descentralização, associação voluntária e cooperação voluntária. De fato, esta forma de organização é central para a visão anarquista.

No que consta religião, o livro de Bakunin *God and the State* expôs o relacionamento integral entre a igreja e o sistema de Estados. Bakunin afirma “O movimento de Deus no mundo tornou o Estado possível”<sup>30</sup> e ao traçar esta conexão “É necessário pensar nisto [Estado] não meramente como um estado dado ou uma instituição particular, mas em sua essência ou ideia como uma manifestação real de Deus. Todo Estado, seja a forma que ele tenha, compartilha desta essência divina”.

Religião organizada é, de fato, um dos pilares do relacionamento social capitalista. Ele incorpora características hierárquicas e autoritárias similares como o Estado e as corporações, e sua ideologia e instituições são igualmente antitéticas à questões individuais de liberdade e igualdade.

Deveria ser entendido, todavia, que algumas pessoas que professam as crenças anarquistas ainda assim possuem algum tipo de crença religiosa. Isto pode parecer contraditório para anarquistas não-religiosos, mas a sinceridade de muitas destas pessoas é inquestionável.

Então, o que há de errado com a religião de acordo com a visão anarquista? Além de suas características hierárquicas e autoritárias, religiões patriarcais dominam através da indução do medo e da irracionalidade e, depois, roubam das pessoas a habilidade de autodeterminação e de raciocínio claro. Desta

forma, elas têm tendências intrusivas. Muitos dos mais terríveis excessos intrusivos dos governos, sejam estes antigos ou modernos, têm sido resultado direto de tentativas de partidários religiosos de legislar a “moralidade” – e impõem esta “moralidade” pela espada ou arma.

Todavia, muitos anarquistas concordariam com a declaração da sessão de Genebra para o Congresso de Bruxelas da *International Workingmen's Association* que afirma que “pensamento religioso, como produto da mente individual, é intocável enquanto não se tornar uma atividade pública”<sup>31</sup>. Infelizmente, devido à natureza intrusiva, autoritária de quase todas as religiões organizadas é raro que as crenças religiosas se mantenham como questões privadas. Logo, muitos anarquistas se opõem à religião.

## Origens do Anarcossindicalismo

A palavra anarquismo é derivada de duas palavras gregas, “an” e “arco”, que significa “sem lei” ou “contrário à autoridade”.

A verdadeira origem dos princípios anarquistas é longínqua. Compreendido como um modo de vida ou filosofia que se opõe à qualquer forma de governo ou controle Estatal forçado sobre os indivíduos, o anarquismo tem sido familiar para a humanidade desde os primórdios da história.

Na Grécia Antiga, Zenão (342-267 a.C.), a luz principal da filosofia estoica, se opôs veementemente à ideia de um governo onipresente, à sua intervenção na vida dos indivíduos e à arregimentação dos indivíduos em uma sociedade. Ele, conseqüentemente, proclamou a lei moral do indivíduo. De acordo com ele, ainda que os instintos de autopreservação dos humanos possam levá-los ao egoísmo, a natureza proporciona a correção ao incutir o instinto de sociabilidade: “Quando os homens forem razoáveis o bastante para seguir seus instintos naturais, eles vão se unir através das fronteiras e constituir o Cosmos. Eles não terão necessidade de cortes judiciais ou polícia, eles não terão templos ou cultos públicos e não usaram dinheiro – presentes gratuitos tomando o lugar de trocas.”<sup>32</sup>

Ideias similares residem nos escritos e pensamentos de muitos filósofos e pensadores até o período medieval. É altamente provável que ideias

anarquistas tenham sido tão penetrantes na África.

Em seu trabalho *An Enquiry Concerning Political Justice*, William Godwin, em 1793, antecipou princípios anarquistas, todavia ele não empregou o termo anarquismo. Seu trabalho pioneiro produziu um esboço de uma sociedade descentralizada e não hierárquica; ele advogou em nome da abolição de toda forma de governo. Ele ainda clamou por “uma progressiva queda de todas as instituições que contribuem para coerção e desigualdade... Futuras organizações não seriam controladas e seriam associações livres.” Ele concluiu que uma sociedade poderia existir perfeitamente sem qualquer governo e que as comunidades seriam pequenas e perfeitamente autônomas. Em relação à propriedade, ele declarou que o direito de todos “sobre cada substância capaz de contribuir para o benefício do ser humano deve ser regulada somente por justiça; a substância deve ir para quem mais desejá-la.”<sup>33</sup>

Godwin rejeita leis, todas as leis, porque os remédios que oferecem são piores que os males que fingem curar.

Entretanto, foi somente a partir de 1840, quando o escritor francês Pierre-Joseph Proudhon escreveu *What is Property?* que o anarquismo moderno surgiu como força no pensamento social. Proudhon rejeitou as leis e a autoridade em todas as suas ramificações e pela primeira vez adotou a palavra anarquismo como um termo positivo. Ele defendeu uma sociedade sem governo e usou a palavra anarquia para descrever isto.

No livro seguinte, *The Federation Principle*, publicado em 1849, Proudhon desenvolveu um pouco sobre sua teoria anterior sobre governo, defendendo a formação de sociedades autogovernadas. Ele não encontrou característica positiva no comunismo, preferindo o “individualismo anarquista”. Ele propôs um sistema econômico de “mutualismo”, que busca roubar do capital sua capacidade de ganhar interesse. É baseada na “confidência recíproca de todos os envolvidos na produção, que concordam em trocar entre eles mesmos a produção a valor de custo”<sup>34</sup>. Outros que propuseram o mutualismo foram Josiah Warren, dos Estados Unidos, e William Thompson da Inglaterra.

Anarquismo como movimento social não emergiu, entretanto, até o surgimento de Mikhail Bakunin. Nascido da nobreza russa, em 30 de maio de

1814, Bakunin abandonou a carreira militar e se interessou por filosofia, preocupação que o levou a fazer contato com Karl Marx, Arnold Ruge, Wilhelm Weitling, Pierre-Joseph Proudhon, George Sand e Friedrich Engels. Suas atividades fizeram com que ele confrontasse, repetidamente, o governo Czarista. As ideias de Weitling sobre sociedade administrada sem governo, com obrigações mas sem leis e com correções no lugar de punições, tiveram influência sob as ideias de Bakunin, assim como as ideias de Proudhon. Quanto a Karl Marx, Bakunin reconheceu ao pensador alemão um verdadeiro gênio, bolsa de estudos e zelo revolucionário, mas era rejeitável devido à sua arrogância e egoísmo.<sup>35</sup>

Na Itália, em 1874, Bakunin fundou a Fraternidade Internacional ou Aliança dos Socialistas Revolucionários. Em 1867, ele se mudou para a Suíça onde ele cumpriu um importante papel na fundação da Aliança Internacional da Democracia Socialista. O programa da Aliança fornece uma visão das ideias iniciais de Bakunin. Lê-se em parte:

A Aliança se declara ateia, ela deseja a abolição definitiva das classes, e favorece a igualdade política e equalização dos indivíduos de ambos os sexos. Ela deseja que a terra, os instrumentos do trabalho, como outros capitais, se tornem propriedade coletiva da sociedade como um todo, não sejam utilizadas senão pelos trabalhadores e isto significa por associações do campo e da cidade. Ela reconhece que todos os atuais Estados políticos e autoritários reduzindo a si mesmos, mais e mais, para uma mera função administrativa do serviço público em seus respectivos países, devem desaparecer para dar lugar à uma união universal de associações livres, camponesas e urbanas.<sup>36</sup>

Diferentemente de Marx, Bakunin não conseguiu esclarecer sua visão sobre uma sociedade ideal. Seu mais reconhecido trabalho, *God and the State*, é uma mordida, um ataque perspicaz ao governo e à religião; nele, Bakunin sustenta que a “crença em Deus e no Estado são os dois grandes obstáculos à liberdade humana”. Mas ele não apresenta uma exposição sistemática de uma alternativa ao capitalismo/sociedade de Estado.

Enquanto Bakunin permanece, talvez, como a mais venerada figura do anarquismo, ele é compreendido por aqueles que o seguem – notadamente Peter Kropotkin, Rudolf Rocker e Murray Bookchin – como um que defende clara, sistemática e profundamente as ideias essenciais sobre a forma, estrutura e conteúdo de uma sociedade anarquista. Dentre os muitos trabalhos de Kropotkin podem ser citados *Field, Factories and Workshops Tomorrow*, *The Conquest of Bread*, *Anarchism* e *Anarchism Communism*.

Nos dois primeiros trabalhos, Kropotkin demonstrou que um processo produtivo eficiente e científico tornaria desnecessárias longas horas de trabalho. “Se civilização e progresso são compatíveis com igualdade, é necessário que igualdade não envolva longas horas de trabalho doloroso para pouco mais do que o necessário para a vida. Onde não tem prazer, arte e ciência vão morrer e todo o progresso se tornará impossível.”

As duas principais sustentações do argumento de Kropotkin em relação ao trabalho eram de que a melhora no método de produção tornaria o trabalho mais prazeroso e que o sistema de salário deveria ser abolido. Em razão deste fim, ele rejeitou qualquer forma de coerção ou coação nos assuntos humanos, preferindo, ao contrário, consenso.

Em *Anarchism* e *Anarchist Communism*, Kropotkin esboçou os princípios anarquistas com clareza:

Os anarquistas consideram, no entanto, que para entregar ao Estado todas as principais fontes da vida econômica – a terra, as minas, as estradas de ferro, bancos, seguros e todo o resto – assim como a gestão de todos os principais ramos da indústria, em adição a todas as funções acumuladas em suas mãos (educação, suporte estatal a religião, defesa do território e etc) seria criar um novo instrumento de tirania. O Estado capitalista iria somente aumentar o poder burocrático e capitalista. O verdadeiro progresso reside na direção da descentralização, ambas territoriais e funcionais, no desenvolvimento do espírito de iniciativa local e pessoal e da livre federação, desde o simples ao composto, no lugar da presente hierarquia, desde o centro até a periferia<sup>37</sup>.

Ele desdenhava do sistema de Estados e recomendava a sua completa abolição.

Para Kropotkin, a sociedade ideal é aquela em que as funções do governo são reduzidas ao mínimo, na qual “o indivíduo restaura sua total liberdade de iniciativa e ação para satisfazer, por meio de grupos livres e federações – livremente constituídas – todas as necessidades humanas infinitamente variáveis.”<sup>38</sup>

Desde o tempo de Kropotkin, muitos outros teóricos têm feito contribuições significativas para a teoria anarquista, especialmente para a importante tarefa de salientar as possíveis formas que uma sociedade anarquista possa ter. Um dos mais importantes desses escritores foi Rudolf Rocker, que tem entre os mais importantes trabalhos *Anarchism and Anarcho-Syndicalism* e *Nationalism and Culture*. Contemporaneamente, Murray Bookchin tem

produzido muitos trabalhos valiosos como *Post-Scarcity Anarchism* e *Toward an Ecological Society*. E o recente trabalho de Graham Purchase *Anarchism and Environmental Survival* é também digno de nota. Está além dos limites deste capítulo, entretanto, apontar com profundidade as formas que uma sociedade anarquista possa assumir.

Para o nosso propósito, basta afirmar que a fundação da teoria anarquista reside na rejeição à coerção. O lado oposto – devemos chamar de lado positivo – desta rejeição é a crença na liberdade humana e igualdade como o bem maior. A partir destas premissas, anarquistas necessariamente rejeitam governo (coerção e violência organizadas) e capitalismo (dominação econômica organizada do indivíduo), e adotam associação voluntária, cooperação voluntária, persuasão, educação e ajuda mútua.

Anarquistas reconhecem que os meios determinam os fins, e assim os meios que os anarquistas adotam (associação voluntária, cooperação, ajuda mútua e etc) devem ser necessariamente congruentes com seus fins. Nesta longa jornada, esta estratégia vai dar bons frutos – uma sociedade livre e igual; mas, num curto prazo, isso significa que milagres são improváveis.

Assim como doutrinas radicais similares, anarquismo deriva principalmente da incessante busca da humanidade – se lenta e torturada – por liberdade, assim como do desejo por desenvolvimento completo dos indivíduos através da liberdade de suas próprias iniciativas e energias criadoras. Esta busca, sempre recorrente na sociedade humana, não é nada novo.

O que distingue anarquismo, como Bertrand Russel apontou, é que a relação próxima da ideia anarquista sobre o sofrimento humano tem levado ao surgimento de poderosos movimentos sociais. É isso que faz do anarquismo “perigoso para aqueles que se utilizam, consciente ou inconscientemente, dos males da presente ordem social”.

As similaridades e diferenças entre anarquismo e escolas ideológicas relacionadas como socialismo marxista, sindicalismo e socialismo de Guilda serão apontadas no próximo capítulo.

## Capítulo 2: Anarquismo na História

O relacionamento entre o Anarquismo e movimentos sociais relacionados – notavelmente sindicalismo, socialismo de Guilda e socialismo marxista (em suas 57 variações: leninismo, estalinismo, maoísmo, trotskismo, social-democracia, etc, etc) – continua contencioso nos dias de hoje como sempre foi, ainda que eles compartilhem do mesmo objetivo de abolição do capitalismo e reconstrução radical da sociedade.

O socialismo marxista, claramente, deriva dos escritos revolucionários de Karl Marx, inspirado pelo espetáculo depressivo da classe trabalhadora da Inglaterra industrial do século XIX. Muitos, incluindo Bertrand Russell, creditam a Marx a primeira produção coerente de uma doutrina socialista.<sup>39</sup> Esta tem três pilares principais: primeiro, o conceito materialista da história; segundo, a teoria de concentração de capital; e terceiro, guerra de classes.

De acordo com a interpretação materialista histórica de Marx, a subestrutura, isto é, a formação socioeconômica, fornece o eixo ao entorno do qual outros aspectos sociais estão ligados. A subestrutura invariavelmente determina a superestrutura, denominadas de sistemas políticos e sociais, e leis e valores. Entretanto, a estrutura econômica não está completamente determinada; as estruturas econômica, social e ideológica são interdependentes e interagem entre elas de várias formas, e influenciam umas às outras.

A teoria de concentração de capital corretamente antecipou a emergência mundial de monopólios e oligopólios, estimulados pelo lucro e incluindo a exportação de capital, e culminou na divisão do mundo entre um punhado de Estados usuários e uma multidão de Estados endividados.

Pautado pelo quê o precedeu, Marx entendeu os capitalistas (burguesia) e os trabalhadores assalariados (proletários) como estando em um perpétuo conflito em razão da irreconciliável oposição de interesses econômicos. “As duas classes, desde que elas têm interesses antagônicos, são forçadas à uma guerra de classes, a qual gera dentro de um sistema capitalista forças internas de ruptura.”<sup>40</sup>

Como ‘*The Communist Manifesto*’<sup>41</sup> proclama: “A história de toda sociedade

existente até os dias de hoje tem sido a história da luta de classes.” Uma resolução da guerra de classes é somente possível com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, diz o manifesto. Marx elaborou em detalhes suas doutrinas em “*Das capital*”, uma imensamente rigorosa e técnica crítica sobre o capitalismo, assim como em uma sucessão de trabalhos provocativos sobre produção capitalista, distribuição e câmbio, e relações sociais.

O anarquismo é, essencialmente, uma consequência do movimento socialista. Nós acreditamos que a conexão histórica entre visões de mundo marxistas e anarquistas é tão importante quanto suas diferenças. É importante, no entanto, retornar ao nada fácil relacionamento entre Marx e Bakunin e, finalmente, as convulsões dentro da Primeira Internacional.

Marx e Bakunin, de toda forma, não ficaram bem. Bakunin reconhecia em Marx um gênio revolucionário<sup>42</sup>, mas ao mesmo tempo não hesitava em apontar a arrogância, o egoísmo e o nacionalismo (alemão) de Marx. A seguir, palavras do próprio Bakunin: “Eu respeito muito ele por seu aprendizado e sua devoção séria e apaixonada (sempre mistura, entretanto, com sua vaidade) para a causa do proletariado e eu procurei ansiosamente conversar com ele, que sempre foi instrutivo e inteligente, quando não estava inspirado pelo ódio insignificante, que ocorria somente com muita frequência. Mas nunca houve nenhuma intimidade franca entre nós. Nossos temperamentos não sofreriam isso. Ele me chamou de idealista sentimental, e ele estava certo; eu chamei ele de homem vaidoso, pérfido e esperto, e eu também estava certo.”<sup>43</sup>

Este ar de antagonismo mútuo persistiu e permeou todas as relações entre eles. Estava profundamente evidente no envolvimento deles durante as atividades da Primeira Internacional, depois de sua criação em Londres, em 1864. A Primeira Internacional havia sido criada por Marx como uma plataforma para todos os trabalhadores e ativistas de persuasão socialista. As ideias da Primeira Internacional “se espalharam rápido em muitos países e logo se tornaram um grande poder para a propagação das ideias socialistas”<sup>44</sup>.

Bakunin não estava, inicialmente, entusiasmado com a Internacional, mas

isso logo mudou. Enquanto morava na Itália, em 1864, ele fundou a *Alliance of Socialist Revolutionaries*; e, em 1869, na Suíça, ele foi cofundador da *International Alliance of Socialist Democracy*. O último se juntou à Internacional, mas sua candidatura foi recusada porque “as filiais devem ser locais e não podem ser internacionais”<sup>45</sup>. Membros desta última foram, posteriormente, admitidos em sessões depois de terem se dissolvido, como um corpo separado em julho de 1869.

No 4º Congresso da Internacional, em Basel, em setembro de 1869, emergiu a grande ruptura entre Marx, e seus seguidores de um lado, e Bakunin, e seus seguidores do outro. Bakunin afirmou que “Isto foi, fundamentalmente, uma diferença na questão do papel do Estado no programa socialista”. A visão Marxista, essencialmente, era de que o Estado deveria ser usado para consolidar o socialismo; a visão dos Bakuninistas (que naquele momento começaram a ser chamados de anarquistas) era de que o Estado deveria ser abolido e que nunca, sob nenhuma circunstância, ele deveria ser usado para lograr socialismo ou outra forma de justiça social para os trabalhadores.<sup>46</sup>

O Congresso de Basel, apontou Bertrand, deu nascimento à duas fortes correntes dentro da Internacional. “Os alemães e os ingleses seguiram Marx em sua crença de que o Estado como algo a se tornar depois da abolição da propriedade privada; eles seguiram ele também em seu desejo de fundar partidos de trabalhadores em vários países, e utilizar o maquinário da democracia para eleger representantes dos trabalhadores nos parlamentos. Do outro lado, as nações latinas, na sua maioria, seguiram Bakunin na sua oposição ao Estado e desacreditaram no maquinário do governo representativo”<sup>47</sup>.

A divergência entre os dois campos ganhou intensidade e alcance dentro e fora da Internacional. Isto culminou na expulsão de Bakunin da Internacional durante o Congresso Geral em Amsterdam, em 1872. Lá, Bakunin fez um pedido para que a Internacional fosse uma associação livre, de total autonomia; grupos nacionais dedicariam força somente às lutas econômicas em oposição às conhecidas preferências de Marx por um movimento politicamente centralizado, e todos foram com tal movimento.

Ao final, a Internacional ruiu, deixando em seu rastro duas facções feudais

dando sentido às diferenças fundamentais entre anarquismo e socialismo marxista – conhecidamente, rejeição total do sistema de Estado pelo primeiro, e sua incorporação pelo último.

Engels, de fato, defendeu “um governo bastante forte” dentro do quadro geral da ditadura do proletariado para substituir o sistema capitalista. Lucraft, um membro do Conselho Geral do Congresso de Basel, já tinha adiantado a ideia de que toda a terra de um país deveria se tornar propriedade do Estado e que o cultivo da terra deveria ser administrado diretamente pelos funcionários do Estado, “que só será possível em um Estado socialista democrático, no qual as pessoas terão que estar atentas à boa administração da terra nacional pelo Estado”<sup>48</sup>. Similarmente, o Partido Alemão da Social-Democracia, fundado sob os cuidados de Marx, Bebel e Liebknecht, declarou em seu plano que a aquisição do poder político era a condição primária para a emancipação econômica do proletariado. O sistema de Estado era dessa forma transicional, tendendo a desaparecer com a total realização da revolução socialista. Naquele ponto, todas as diferenças de classe e antagonismos seriam eliminados resultando em, como disse Engels, na “abolição do Estado como Estado”. Para o marxismo socialista, no entanto, o desaparecimento do Estado constitui um fim em si mesmo. Assumindo que isto é possível e factível, ainda sendo, no período transicional, é equivalente a lutar contra velhas tiranias com novas tiranias.

Como Bakunin colocou “Os marxianos pensam, assim como no século XVIII, a burguesia destruiu a nobreza para pegar seu lugar e para absorvê-la de forma devagar para incorporá-la, compartilhando com ela a dominação e exploração dos trabalhadores nas cidades assim como no interior, portanto o proletariado das cidades é chamado hoje para destruir a burguesia, absorvê-la, e compartilhar com ela a dominação e a exploração do proletariado do campo;...”<sup>49</sup> Em outras palavras, os marxistas não advogam em nome da abolição do poder coercitivo do Estado, mas somente a substituição de uma nova classe dominante no lugar da antiga que conduzia o Estado.

Esse erro levou a outros, como advogar em nome de partidos políticos e, em algumas variações do marxismo, participar de eleições políticas como meio primário de alcançar o socialismo. Em sua participação no Congresso Geral da Internacional, em Amsterdam, em 1879, Marx disse: “Nós sabemos que as

instituições, costumes e tradições de países distintos têm que ser considerados; e nós não negamos a existência de países como América e Grã-Bretanha... nos quais os trabalhadores podem alcançar seus objetivos por instrumentos pacíficos. ” Em relação a instrumentos pacíficos, claramente, Marx apontava eleições e ações parlamentares – de forma simples, luta política que impede a modificação do sistema de Estados.

Ainda assim, ambos, anarquismo e socialismo marxista têm advogado em nome da solidariedade internacional dos trabalhadores em todos os setores e em todos os países em sua luta econômica contra o poder do capital. A questão do Estado tem se mantido como o maior obstáculo entre os dois.

Bakunin disse:

“É na real organização desta solidariedade, pela espontânea organização da massa trabalhadora e pela absoluta federação livre, poderosamente proporcional à sua liberdade, da massa trabalhadora de todas as línguas e de todas as nações, e não na sua unificação por decretos ou sob a haste de qualquer governo, e lá reside a real e viva unidade da Internacional... Nós entendemos que ninguém pode falar de solidariedade internacional quando querem manter o Estado... o Estado em sua natureza é uma ruptura desta solidariedade... Estado significa dominação e todas as dominações pressupõem subjugação das massas e, conseqüentemente, sua exploração em nome do lucro de uma ou outra minoria.”<sup>50</sup>

Ele continua em outra passagem:

“Os marxistas... consolam eles mesmos com a ideia de que [suas] regras serão temporárias. Eles dizem que o único cuidado e objetivo será o de educar e elevar as pessoas econômica e politicamente a um grau que o governo em breve se tornará desnecessário e o Estado, depois de perder seu caráter político ou coercitivo, irá se desenvolver automaticamente em comunidades e em uma organização completamente livre de interesses econômicos.

Há uma flagrante contradição nessa teoria. Se o seu Estado seria realmente das pessoas, por que eliminá-lo?... Todo Estado, não excetuando o Estado do povo, é um jugo. Em uma mão, dando margem para o despotismo, e na outra, a escravidão. Eles dizem que tal ditadura-jugo é um estágio de transição até a liberdade total para as pessoas: anarquismo ou liberdade é o objetivo, enquanto Estado e ditadura é o meio, e então, a fim de libertar as massas é necessário primeiro escravizá-las!

Em relação a essa polêmica chegamos a uma pausa. Eles insistem que somente ditadura (claro, a deles) pode criar liberdade para as pessoas. Nós respondemos que toda ditadura não tem outro objetivo senão sua perpetuação, e escravidão é tudo o que ela pode gerar e dar às pessoas que sofrerão com ela. Liberdade pode ser criada somente pela liberdade.”<sup>51</sup>

Assim como Bakunin previu, a retenção do sistema de Estado sob o socialismo levaria a um regime de quartel. Ali, os trabalhadores, os camponeses e as pessoas como um todo “iriam acordar, dormir, trabalhar e

viver com a batida dos tambores; para o inteligente e instruído, o privilégio do governo.”<sup>52</sup> Mesmo que tal regime fosse democraticamente eleito, ele poderia facilmente ser despótico. Bertrand Russell explicou: “É inquestionável que a regra da maioria quase sempre é tão hostil quanto a da minoria: o divino direito das majorias é um dogma possuído de tão pouca verdade quanto qualquer outro. Um Estado democraticamente forte talvez acabe oprimindo seus melhores cidadãos, sabidamente aqueles que possuem mente independente para fazer deles uma força para o progresso.”<sup>53</sup>

Infelizmente, as previsões de Bakunin sobre o socialismo marxista se confirmaram. Até mesmo alguns marxistas reconhecem isto. Um reconhecimento veio de Burton Hall, no inverno de 1968, em artigo da *New Politics*:

“... é mais desconfortável para um socialista devoto enxergar no argumento entre Marx e Bakunin que talvez Bakunin tenha estado certo na maior parte do tempo... não somente pela precisão das previsões de como o socialismo se pareceria, se viesse a existir, mas mais precisamente no que se refere ao que ele baseou suas previsões, reforçadas pela histórica evidência da última metade do século, parece quase inquestionável.”<sup>54</sup>

Todavia, tendo dito isto, é ainda valioso elucidar os paralelos entre anarquismo e marxismo. Conor McLoughlin pontuou alguns: “Ambos os sistemas foram fundados na ideia de materialismo histórico, ambos aceitaram a luta de classes, ambos eram socialistas no sentido de serem opostas à propriedade privada como meio de produção. Eles se diferenciaram no que Bakunin se recusou a aceitar o Estado sob qualquer circunstância, recusando política ou ações parlamentares, e que isto era baseado no princípio da liberdade contra o autoritarismo.”<sup>55</sup> McLoughlin concluiu: “Alguém pode aceitar o método analítico materialista e a crítica marxiana sobre o capitalismo sem aceitar as políticas de Marx e Engels.”

Assim também, o marxismo não recusou completamente o programa anarquista. Ambos, anarquismo e marxismo defendem as aspirações dos assalariados e buscam a abolição do sistema de trabalho assalariado. Marxismo, entretanto, discute com a visível impaciência do anarquismo, assim como com sua disposição para ignorar a lei “científica”, sobre a evolução que supostamente determina a ordenada marcha da história. Ambos os sistemas (anarquistas e marxistas) estão, mesmo assim, impelidos por um

desejo comum e genuíno de extinguir os males capitalistas através da abolição do trabalho assalariado, os meios e mecanismo de troca de mercadorias e, acima de tudo, a desnecessária miséria, desigualdade e exploração que caracterizam as relações entre os que não têm e os que têm capital.

Há paralelos similares impressionantes entre anarquismo, o socialismo de Guilda e sindicalismo. E um esboço das duas últimas teorias se faz necessário.

O socialismo de Guilda, que ficou popular com os escritos de S.G. Hobson e G.D.H. Cole, defende autonomia na indústria e uma redução drástica dos poderes do Estado – mas não sua abolição. Para colocar de forma diferente, para os trabalhadores de Guilda o objetivo não é meramente garantir melhores condições de trabalho, mas sim alcançar o socialismo através do controle sobre a indústria. Cada indústria deve ser livre para gerenciar seus próprios assuntos, incluindo controle da produção através da supervisão de gerentes eleitos diretamente pelos trabalhadores. “O Estado possuiria os meios de produção como um administrador para a comunidade: as Guildas gerenciariam eles [os meios], também como administradoras para a comunidade, e pagariam ao Estado uma simples taxa ou aluguel. Qualquer Guilda que desejar colocar seus interesses acima dos interesses da comunidade estaria violando sua administração e teria que se pronunciar em julgamento de tribunal que representaria igualmente todos os produtores e consumidores.”<sup>56</sup>

Esse tribunal, conhecido como Comitê Conjunto do Parlamento e o Congresso de Guilda, iriam julgar questões envolvendo os interesses dos consumidores e dos produtores igualmente. Abaixo do Comitê Conjunto haveria dois corpos paralelos com poderes iguais: o parlamento (Estado), representando a comunidade em sua capacidade como consumidor(a), e o congresso de Guilda, representando a comunidade em sua capacidade como produtor(a). O Socialismo de Guilda sustenta que todo sistema social até hoje tem compreendido sociedade desde o ponto de vista dos produtores e dos consumidores, mas nunca de ambos os pontos. Então, ele insiste na representação funcional como base para a organização da sociedade que necessariamente envolve a abolição do trabalho assalariado. Suas premissas

teóricas podem ser resumidas como:

O capitalismo tem feito do trabalho uma atividade puramente comercial, uma coisa sem alma e sem alegria. Mas substituir o serviço nacional das Guildas para o benefício de alguns; substituir trabalho responsável por uma mercadoria vendável; substituir autogoverno e descentralização pela burocracia e desmoralizante grandeza do Estado moderno e das modernas empresas do mercado de ações; e, então, isto talvez seja somente falar mais uma vez em “alegria no trabalhar” e, mais uma vez, esperar que o homem possa se orgulhar da qualidade e não somente da quantidade do seu trabalho.<sup>57</sup>

Sindicalismo, por outro lado, é uma teoria social “que diz respeito a organizações sindicais e, ao mesmo tempo, à fundação da nova sociedade e do instrumento pelo qual ela deve ser criada.”<sup>58</sup> (A palavra “sindicalismo” tem origem nas palavras francesas “*sindicat*” e “*syndicalisme*”, que significam, respectivamente, “sindicato” e “sindicalismo”. O sindicalismo advoga por ação direta da classe trabalhadora a fim de abolir a ordem capitalista – incluindo o Estado – e para implementar em seu lugar uma ordem social baseada em trabalhadores organizados em torno de unidades de produção.

O movimento sindicalista, em termos concretos, cresceu com forte tradição anarquista e antiparlamentar entre a classe trabalhadora francesa, que foi muito influenciada pelos ensinamentos do anarquista P.J. Proudhon e do socialista Auguste Blanqui.

De acordo com Bertrand Russell “O sindicalismo está, essencialmente, sob o ponto de vista do produtor como oposição ao consumidor, assim como está preocupado em reformar o trabalho atual e a organização da indústria, não meramente garantindo grandes recompensas pelo trabalho.”<sup>59</sup> Nas palavras de Appadorai: “Os sindicalistas aceitam a posição geral socialista de que as sociedades estão divididas em duas classes, a capitalista e o proletariado, dos quais as demandas são irreconciliáveis; que o Estado moderno é um Estado de classe dominado por poucos capitalistas; que a instituição capital privado é a raiz de todos os males sociais e que o único remédio para eles é inserir o capital coletivo no lugar do capital privado.”<sup>60</sup>

A corrente sindicalista se posicionou a favor de dois sindicatos franceses na década de 1890, a *Confederation General du Travail* (CGT – que declarou ter o sindicalismo revolucionário como credo) e a *Federation des Bourses du Travail* (FBT), que juntaram suas forças em 1902. O secretário-geral do FBT,

Fernand Pelloutier, um anarquista, foi influente na formulação dos princípios sindicalistas. “A tarefa de revolução é libertar a humanidade, não somente de toda autoridade, mas também de toda instituição que não tenha como propósito o desenvolvimento da produção”<sup>61</sup>, ele declarou.

Guerra de classe conduzida por métodos industriais diretos ao ponto da produção, incluindo greve geral, boicote e sabotagem (como oposição aos métodos políticos eleitorais) é tratada como a principal arma do sindicalismo. Sendo, fundamentalmente, oposto ao capitalismo, o sindicalismo advoga contra o Estado: “O Estado foi, por natureza, uma ferramenta da opressão capitalista e, em muitos eventos, foi inevitavelmente tornado ineficiente e despótico devido a sua estrutura burocrática.”<sup>62</sup>

Partindo desse ponto, sindicalistas almejam, usando greve como meio de minar e eventualmente destruir o capitalismo, não simplesmente garantir melhores condições de trabalho e salário. A expressão máxima de greve como uma arma é a greve geral (total paralisação do trabalho em todos os serviços e indústrias), objetivando paralisar o sistema capitalista.

Sindicalistas não desdenham menos do Estado socialista que os anarquistas, convencidos de que é a mesma coisa que o Estado capitalista, sendo o Estado o único empregador (com a polícia e o exército por trás de seus mandos); por causa disto, eles também estão convencidos que a classe trabalhadora estará (e tem estado) ainda pior sob um Estado socialista do que sob capitalismo de corporações.

## **Capítulo 3: Precedentes Anarquistas na África**

O continente africano tem cerca de 30 mil quilômetros quadrados que vão desde o mar mediterrâneo até o Cabo da Boa Esperança e desde o Senegal até a Somália, e ainda devem ser somadas as ilhas de Cabo Verde, Fernando Pó, Madagascar, Ilhas Maurício, Zanzibar, Comores e outros.

O território entre o Deserto do Saara e a floresta tropical é o lar de muitos povos. Entre Senegal e Gâmbia vivem os Uólofes e Tucolor, enquanto entre Gâmbia e o Vale do Rio Níger vivem os Soninkés, Mandingo, Khran, Tuaregues, Ashanti, Bambara e Djula. Os Songai dominam a área central do rio e os Basai habitam a bacia do Alto Volta. Cruzando o rio, onde atualmente é o noroeste e centro-norte da Nigéria vivem os Hauçá-Fulani, enquanto os Kanuri vivem no nordeste. Ao sul e em direção ao leste encontramos os Igbo, Iorubás, Gikuyu, Luo, Shona, Ndebele, Xhosa, Bantu, Zulu, etc. Ao norte do Saara estão o Egito e a região do Magrebe, que são habitadas por africanos árabes e berberes.

Em maior ou menor grau, todas essas sociedades africanas tradicionais manifestaram “elementos anarquistas”, os quais, através de um exame minucioso, permitem credibilidade à obviedade histórica de que governos nem sempre existiram. Estes são um fenômeno recente e não são, portanto, inevitáveis em uma sociedade humana. Enquanto algumas características “anarquistas” das sociedades africanas tradicionais existiram em grande parte dos estágios anteriores do desenvolvimento, algumas delas persistem e se mantêm vivas nos dias de hoje.

O que isso significa é que os ideais básicos do anarquismo talvez não sejam tão novos no continente africano. O que é novo, é o conceito anarquista como um movimento social ou ideologia. Anarquia como uma abstração pode ser remota para os africanos, mas não é totalmente desconhecida como modo de vida. Isto não é plenamente apreciado porque não há um corpo sistemático de pensamento anarquista que seja de origem africana. É nossa intenção neste capítulo desvendar a maneira e a extensão de “elementos anarquistas” que são naturais da África e dos africanos.

### **Comunalismo Africano**

Sociedades africanas tradicionais eram, na maior parte, baseadas no comunalismo. Este termo é usado aqui em dois sentidos. Primeiro, ele denota um modo de produção ou de formação social definitiva que advém, geralmente, ainda que não inevitavelmente, depois das sociedades de caça, e por sua vez precede o feudalismo. Se alguém aceita a evolução cultural, pode perceber que a maioria das sociedades europeias e asiáticas passou por esses estágios de desenvolvimento.

Comunalismo é também usado em um segundo sentido para denotar um modo de vida que é africano. Este modo de vida pode ser observado pelas estruturas coletivistas de sociedades africanas nas quais: 1) diferentes comunidades (próximas) desfrutavam de independência na relação de uma para outra, sem restrições; 2) as comunidades gerenciavam seus próprios assuntos e eram, para todos os objetivos práticos, autogestionadas e autogovernadas<sup>63</sup>; e 3) todos os indivíduos sem exceção participavam, tanto direta quanto indiretamente, dos assuntos comunitários em todos os níveis.

Em contraste com a Europa e a Ásia, a maioria da África nunca passou do estágio de comunalismo. Apesar do desenvolvimento nativo do feudalismo e depois do capitalismo imposto, características comunistas continuam até os dias atuais – algumas vezes de forma disseminada – na maioria das sociedades africanas que estão fora do alcance de grandes cidades e centros urbanos. Essencialmente, muito da África é comunal em ambos os sentidos: cultural (produção/ formação social) e descritivo (estrutural).

Dentre as mais importantes características do comunalismo africano pode ser ressaltada a ausência de classes, isto é, de estratificação social; a ausência de relações de exploração ou de antagonismo social; a existência de acesso igual à terra e outros elementos de produção; igualdade no nível de distribuição da produção social; e o fato de que parentesco e laços familiares fortes formam (e formavam) a base da vida social em sociedades comunais africanas. Dentro deste quadro, cada casa estava apta a prover suas próprias necessidades básicas. Sob o comunalismo, em virtude de ser um membro da família ou da comunidade, todo africano tinha garantida uma quantidade de terra suficiente para prover suas próprias necessidades<sup>64</sup>.

Em sociedades africanas tradicionais a economia era majoritariamente

hortícola e de subsistência, como Horton notou “frequentemente pequenas aldeias agrícolas, de caçadores, de pescadores e etc... cuidavam delas mesmas de forma independente com pouca referência quanto ao resto do continente”. Por isso, várias comunidades produziam excedentes de *commodities* que elas trocavam, por meio de permuta, por itens que elas não tinham. A situação era uma na qual ninguém morria de fome enquanto outros se enchiam de comida e jogavam fora as sobras.

De acordo com Walter Rodney, “neste sentido, a indústria de sal seria estimulada por uma comunidade, enquanto a indústria de ferro seria encorajada em outra. Em uma área de costa, de lagoa ou ribeirinha, peixe seco poderia ser rentável, enquanto inhame e milho cresceriam em abundância em outro lugar; provendo bases para troca...” Então, em muitas partes da África surgiu uma simbiose entre grupos que viviam de forma diferente – eles trocavam mercadorias e coexistiam em nome do benefício mútuo.

A organização política sob comunalismo era horizontal na sua estrutura, caracterizada por um alto nível de difusão de funções e poder. Liderança política, não autoridade, prevalecia e liderança não estava sentada em imposição, coerção ou centralização; surgiu de um consenso comum ou necessidade mútua.

A liderança era desenvolvida no seio familiar e laços de parentescos que estavam ligados aos mais velhos; assim era conferida somente por idade, um fator, como veremos, que era essencial no comunalismo. Na África, a idade mais velha era – e ainda é – equiparada à sabedoria e julgamento racional. Idosos comandavam as reuniões e resolução de litígios, mas raramente como superiores; a posição deles não lhes conferia uma autoridade sociopolítica tão comum no moderno sistema de Estados, ou como nos países feudais.

Havia um óbvio sentimento de igualdade entre todos os membros da comunidade. A liderança focava nos interesses do grupo em vez de focar na autoridade sobre seus membros. Invariavelmente, os idosos compartilhavam trabalho com o resto da comunidade e recebiam, mais ou menos, a mesma parte ou valor do social total produzido como qualquer outro membro, sempre através de mecanismo de tributo/redistributivos.

O relacionamento entre os coordenadores da comunidade era caracterizado por equivalência e oposição e isso tendia a impedir a emergência de especialização, e assim a divisão de trabalho entre indivíduos. Geralmente, idosos comandavam a administração da justiça, a resolução de litígios e a organização de atividades comunitárias, função que eles necessariamente compartilhavam com representantes selecionados de suas comunidades, dependendo da natureza específica da disputa ou questão envolvida.

Tais reuniões e encontros não eram guiados por nenhuma lei escrita, não haviam leis escritas. Ao contrário, aqueles eram baseados em sistemas de crenças tradicionais, respeito mútuo e princípios nativos de leis naturais e justiça. Sanções sociais existiam para vários tipos de transgressões – roubo, feitiçaria, adultério, homicídio, estupro e etc. Quando um indivíduo cometia uma ofensa, sempre a sua família inteira – seus parentes e o resto de sua família – sofria com ele e, em algumas vezes, por ele. Assim era porque tais ofensas eram entendidas não somente como acarretando vergonha para o indivíduo, mas mais ainda, para seus parentes.

Em sociedades tradicionais, africanos tomavam decisões importantes através de consenso, não por voto. O que Nnamdi Azikiwe diz sobre jurisprudência na Nigéria comunalista não é menos verdade em relação ao resto da África:

É baseado no conceito de resolução de litígios através de conciliação. É enfatizada a necessidade de resolução amigável de litígios através de compromisso mútuo... Nesta operação, o maquinário da justiça nigeriana refuta tecnicidade, mas dá ênfase em reparação, imparcialidade, razoabilidade e honestidade... o sistema legal positivo da Nigéria busca prevenir a perpetuação da injustiça e estimular igualdade, sob o entendimento de que ninguém pode enriquecer sem causa ou ter negados os princípios elementares da justiça natural.

Da mesma forma, a religião tinha a função de coesão na sociedade tradicional africana. Indivíduos se viam vivendo em um mundo controlado por uma ordem invisível de seres dos quais eles tinham que considerar para cada ação. “Em tal mundo, a vida de grupos sociais, como outras coisas, é entendida como sustentada por forças espirituais.”

Religião, nesse sentido, era primeiramente “uma interpretação teórica do mundo e uma tentativa de aplicar esta interpretação para predição e controle de eventos mundanos. Assim, havia sempre uma dialética constante entre ideias religiosas e princípios de organização social e forma social, e isto, por

sua vez, fazia com que ambas se reforçassem e influenciassem mutuamente”.

A ideia de “forças espirituais” traduzida em uma noção de divindade; um espírito terrestre ou um espírito guardião poderoso que era pessoal para os indivíduos membros da comunidade. “O campo social do homem inclui não somente relação com outros homens, mas também relação com deuses e que os dois tipos de relação tinham significativo efeito de uma sobre a outra... Em resumo, os deuses não são somente entidades teóricas, eles são pessoas. ” Estas ideias sustentavam a existência de cultos secretos ou sociedades secretas em sociedades comunais. Como parte da organização política das comunidades, os papéis de idosos, pessoas de determinado nível de idade e cultos secretos não eram vistos como divinos.

Dentre as instituições sociais que uniam as comunidades estavam os sistemas de níveis de idade ou idade superior. De acordo com Azikiwe “Geralmente, o critério do nível de idade divide homens adultos entre idosos e jovens adultos – ou mais raramente entre idosos, adultos de meia idade e jovens adultos. O sistema de níveis de idade é, geralmente, alimentado pelo sistema de idade superior, no qual os membros movem de um nível para o seguinte. ” O surgimento do sistema de níveis de idade foi uma resposta à necessidade de maior solidariedade comunal, por isso níveis de idade cruzavam famílias e linhagens.

Níveis de idade consistiam em uma série de homens que performava juntos determinadas funções e obrigações. Estas incluíam trabalhos de roça para seus membros (ou outros membros da sociedade que demandavam seus serviços), construção de estradas, saneamento ambiental e colheita da produção agrícola. Um equivalente para mulheres existia, porém, como veremos, sua importância variava de sociedade para sociedade.

Sociedades secretas – chamadas assim porque suas deliberações eram mantidas em segredo do público – realizavam funções cerimoniais e religiosas, alegando ter ligações com o espírito guardião da sociedade. Sociedades secretas, também realizavam funções judiciais, decidindo sobre as disputas mais intratáveis entre aldeias. O mais importante, a prerrogativa das sociedades secretas era a de executar as decisões e resoluções da comunidade. A admissão à sociedades secretas era aberta para adolescentes do sexo masculino, independentemente da linhagem.

Robert Horton desvendou a mística da discrição que atende às deliberações e atividades das sociedades secretas, a qual contrasta fortemente com o “aberto para todos” do sistema de níveis de idade.

Esse segredo contém as influências de rivalidade entre linhagens de duas formas. Por um lado, protege os envolvidos nas deliberações de pressões de suas várias linhagens. Isto torna mais fácil para os envolvidos considerarem qualquer situação no seu mérito e evitarem tomar posições inspiradas por interesses de determinados grupos. Por outro lado, permite à sociedade anunciar as decisões para o público como coisas coletivas e unânimes.

Membros de sociedades secretas usavam máscaras enquanto executavam decisões da comunidade, que sempre implicavam em impor sanções aos infratores. Horton explica:

Isto (de usar máscaras) faz sentido imediato uma vez considerado como dispositivo para assegurar aceitação de sanções mais severas aplicadas pela sociedade aos infratores... Onde os executores estão de máscaras fica possível o público aceitar suas decisões, por mais duras que sejam, como manifestações impessoais do desejo coletivo. Se eles ficassem sem máscaras e reconhecíveis, suas ações poderiam causar ressentimentos perigosos por suspeita de interesse em nome de determinado grupo.

Ação coletiva era o princípio social básico, e sempre havia responsabilidade coletiva e punição coletiva de infratores.

Ambos, níveis de idade e sociedades secretas, performavam funções policiais e paramilitares na ausência de uma instituição militar formal, forças armadas ou força policial. Todo membro adulto da comunidade assumia uma parte ativa na execução destas atividades para o bem da comunidade, como uma coletividade. Assim, por exemplo, era esperado que todo membro adulto da comunidade participasse na procura por bois, ovelhas, cabras ou vacas roubadas ou perdidas.

O aumento de produção foi alcançado em sociedades africanas comunais com a introdução de ferramentas de metal, notavelmente machado e enxada. De acordo com Rodney, “foi com base em ferramentas de ferro que novas habilidades surgiram na agricultura assim como em outras esferas de atividade econômica.”

Não menos importante para o alcance do aumento da produção em economias comunais foi o sistema de níveis de idade; membros constituíam um trabalho conjunto a serviço de toda a comunidade.

Diversas mudanças sociopolíticas nas economias comunais foram acompanhadas por aumento de produtividade. O surgimento de trabalhadores especializados em ferro gerou aumento de especialização e divisão de trabalho, enquanto aumento na produção possibilitou oportunidades para negócio, lucro e acumulação de riqueza desproporcional em poucas mãos. Com a expansão de atividades comerciais, a permuta começou a dar lugar ao uso de objetos metálicos como padrão de dar valor para as mercadorias.

Uma imediata repercussão dessas mudanças foi a degradação gradual de determinadas características do comunalismo e o surgimento da estratificação social, ainda que em um nível pequeno. Na virada do século XV, diversas sociedades africanas estavam fazendo a transição do comunalismo para a sociedade de classes. A estratificação social formou a base para o crescimento da sociedade de classes e o desenvolvimento de relacionamentos sociais antagônicos, culminando no estabelecimento de Estados imperiais em algumas partes da África, com formas governamentais centralizadas.

Deve ser enfatizado que, no todo, ainda que escravidão existisse em diferentes partes da África – especialmente em áreas com maior destruição de igualdade comunal – a sociedade africana nunca testemunhou uma época de escravidão como modo de produção. Feudalismo existia em alguns lugares, mas como Rodney demonstra: “na África, não há dúvida de que sociedades que eventualmente alcançaram o feudalismo foram poucas”. Consequentemente, algumas características do comunalismo continuaram com influência considerável em muitas sociedades africanas, assim como ainda têm nos dias atuais em meio ao moderno Estado capitalista. Isso demonstra a raiz antiga e tenaz do modo de vida comunal na África. Ao menos, Robert Horton observou, uma sociedade que uma vez conheceu e desfrutou dos benefícios das avaliações genealógicas não os deixa serem levados.

As manifestações de “elementos anarquistas” no comunalismo africano, como vimos acima, foram (e ainda são) difundidos. Isso inclui a ausência palpável de estruturas hierárquicas, aparatos governamentais e de mercantilização do trabalho. Para colocar isso em termos positivos, sociedades comunais foram (e são) amplamente autogestionadas, igualitárias e republicanas por natureza.

Apesar da visível igualdade e igualitarismo geralmente associados com o comunalismo africano existia um nível de privilégio e diferença interna em algumas sociedades, piorados, algumas vezes, pelo sistema tradicional de castas. Ainda deve ser adicionado que o alto nível de igualitarismo e liberdade alcançado no comunalismo não foi possível devido ao baixo nível de produção.

Então, comunalismo não foi uma utopia anarquista. Em nenhum lugar isto é mais evidente do que o, geralmente, baixo *status* da mulher em algumas formas de comunalismo. Isto era pior, ao menos na superfície, pela prática da poligamia (um homem casado com várias mulheres, sempre irmãs). Em muitas comunidades africanas, entretanto, tradições e costumes concediam certas proteções para as mulheres; muitas injúrias à elas – com a importante exceção da circuncisão e infibulação em algumas sociedades – eram severamente punidas. E haviam algumas sociedades comunais matriarcais, famosas por suas tradições de liderança feminina.

De acordo com Samir Amin, antes do surgimento de Estados imperiais na África existia um “modo de produção de aldeia”, o qual é comparável com a categoria de comunismo primitivo de Marx. Esse modo de produção de aldeia, diz Amin, foi caracterizado por uma área geográfica limitada e foi realizada sem um corpo de expropriação central, chamado Estado. Assim, não havia agência externa regulando os processos produtivos.

Similarmente, a propriedade dos meios de produção era coletiva, assim como a produção social era consumida universalmente. O excedente social era baixo e, como Bede Onimode explica, o excedente era usado como presente de reciprocidade, o que contribuía para a coesão social. Entendida como principal unidade de produção da sociedade, cada família controlava o uso do seu excedente produzido. O colapso do comunalismo na sua forma pura, não diluída, e a transição para o semifeudalismo em algumas partes da África não afetou substancialmente esses fatos.

## **Sociedades sem Estado na África**

Alguns historiadores e estudiosos têm distinguido a África pré-colonial em dois grandes grupos: comunidades que estabeleceram Estados imperiais e

aquelas que não. O antropólogo Paul Bohannan se refere às sociedades africanas sem Estado como “tribos sem governadores”, uma “forma de anarquia ordenada”.

Em outro momento, Rodney descreveu as comunidades sem Estado como:

Aquelas pessoas que não tem maquinário de coerção governamental e conceito de unidade política maior que o da família ou da comunidade. Depois de tudo, se não há estratificação de classes na sociedade isto significa que não há Estado porque o Estado surge como um instrumento para ser usado por uma classe particular para controlar o resto da sociedade em nome de seus interesses... Alguém pode considerar as sociedades sem Estado como antigas formas de organização sociopolítica na África, enquanto Estados grandes representam uma evolução distante do comunalismo – algumas vezes em relação ao feudalismo.

O termo “sociedade sem Estado” tem sido usado em um sentido pejorativo por alguns acadêmicos europeus para designar atraso decorrente da inabilidade de sociedades africanas em fundar seus próprios Estados. A formação de Estado na África, afirma a “teoria Hamítica”, foi fruto de influência estrangeira, considerando que os africanos por eles mesmos nunca teriam sido capazes de produzir algo maior que “baixo” nível de organização política. Entre as sociedades sem Estado que existiam no continente estavam Igbo, os Birom, Anga, Idoma, Ekoi, Njembe, os povos do Delta do Níger, os Tive (Nigéria), os Shona (Zimbábue), Lodogea, os Lowihi, os Bobo, os Dogon, os Konkomba, os Birifor (Burkina Faso e Níger), os Bate, os Kissi, os Dan, os Logoli, os povos Gagu e Kru, os Mano, Bassa, Grebo e Kwanko (Costa do Marfím, Guiné e Togo), Tallensi, Mamprusi, Kusaasi (Gana), the Nuer (Sudan do Sul), etc. – por um cálculo atual, seriam duzentos milhões de indivíduos no total.

Para um entendimento claro e retrospectivo das sociedades sem Estado nós devemos apresentar estudos de casos de três delas: Igbo, povos do Delta do Níger (onde hoje é a Nigéria) e os Tallensi (Gana). Sociedades sem Estado tinham a tendência de serem agrícolas, sedentárias e homogêneas.

## **Os Igbo**

A tradição oral é que os ancestrais dos Igbo (também conhecidos como os Igbo) são originários de algum lugar do Oriente Médio. Os primeiros assentamentos dos Igbo foram em Awka e Orlu, de onde se espalharam para

o sul, empurrando os Ibíbios para a margem costeira do Delta do Níger. Os Igbo geralmente seguem um padrão segmentar de organização política e social. Contrariando unidades largas, com centralização política, a sociedade Igbo desenvolveu unidades pequenas, sempre referidas como unidades políticas de vila sem reis ou chefes governando ou administrando seus assuntos. “Em Igbo, cada pessoa tem como origem... o distrito particular onde nasceu, mas quando longe de casa todos são Igbo.” Entre os Igbo tem um ditado popular “Igbo enwegh Eze” que significa Igbo não tem reis.

A unidade menor no sistema político segmentar era a extensão familiar por uma linhagem comum: várias famílias constituíam uma área e muitas áreas formavam uma vila. Os assuntos de uma vila eram controlados por quatro principais instituições: a assembleia geral de todos os cidadãos, o conselho dos idosos, os níveis de idade e as sociedades secretas; que atuavam como instrumento de controle social.

Havia também a Umuada, um corpo paralelo de mulheres, fossem casadas na vila ou tivessem nascido nela. A Umuada tinha um papel central nos processos de tomada de decisão e implementação, assim como na manutenção dos valores sociais da sociedade. Era impossível, por exemplo, tomar uma decisão sobre uma questão que afetasse diretamente mulheres ou crianças sem o consentimento da Umuada.

Membros do conselho de idosos eram, geralmente, chefes de família e, algumas vezes, eram chamados para desempenhar funções sacerdotais. Até os dias de hoje, assembleia geral de todos os cidadãos é uma característica comum da sociedade Igbo. É dever do funcionário da comunidade, empenhando o gongo, ir ao redor da vila à noite depois que os membros voltarem das fazendas para convocar todos para irem à praça da comunidade em um horário específico. O propósito da assembleia é sempre claro. Na praça da comunidade, os idosos detalham a questão e há uma expectativa de que o povo exprima suas opiniões da forma mais direta possível até que um consenso seja lançado. Nem os idosos, as sociedades secretas ou os níveis de idade poderiam declarar guerra ou aderir a um conflito armado sem antes consultar uma assembleia geral para tomar tal decisão. As escalas pequenas das funções sociais dos Igbo tornou a verdadeira democracia possível. De acordo com o historiador Isichei “umas das coisas que impressionou os

primeiros visitantes ocidentais na Igbolândia, foi como a democracia era realmente praticada. Um dos visitantes em uma cidade Igbo Níger afirmou que ele se sentia em uma terra livre, entre pessoas livres.” Outro visitante, um homem francês, disse que a verdadeira liberdade existia nas terras de Igbo ainda que tal nome não estivesse inscrito em nenhum monumento.

Apesar do sistema de linhagem segmentar dos Igbo, existiam conexões que tornavam vários grupos em um só povo. As principais dentre estas conexões eram casamento e comércio. [África ocidental é conhecida por sua tradição de mulheres comerciantes – Ed.] O costume e a tradição Igbo encorajavam casamentos entre famílias de diferentes comunidades. A maior importância na criação de laços de unidade entre os Igbo eram os oráculos, que serviam para reuni-los em santuários comuns.

Ser morador da floresta, os Igbo cultivavam comida suficiente para eles mesmos, se utilizando de trabalho comunal fornecido por ambos: níveis de idade e sistema de famílias estendidas. A organização social dos Igbo, assim como aquela dos povos do Delta do Níger, Tive e Tallensi, exprimia uma tendência definitiva em relação à liderança como oposta à autoridade. Todavia, ainda existiam poucas exceções na Igbolândia como as comunidades Onitsha e Nri que tinham seus próprios chefes.

## **Os povos do Delta do Níger**

Os povos do Delta do Níger podem ser divididos entre Ibíbios, Ijaws, Urhobos, etc. O comércio de escravo foi abundante nesta área durante os séculos XVII e XVIII. Esses povos eram na maioria comerciantes e agricultores. A base da organização político-social nessa área era de unidades bem pequenas, entendidas como sistema de “lares”, completados por famílias estendidas, níveis de idade e sociedades secretas. As sociedades secretas tinham um papel importante entre os Ibíbios, particularmente, porque o controle das instituições políticas ficava nas mãos dos seus membros ao invés dos grupos de linhagem, como no caso da Igbolândia.

Um “lar” constituído de um agricultor ou comerciante, seus escravos, seus próprios descendentes e os de seus escravos. Um número de “lares” compreendiam uma cidade-estado. Disputas entre lares eram solucionadas

por assembleias municipais compostas por chefes de lares e presididas por um chefe eleito.

Os Ijaws se dividiam em quatro clãs principais ou cidades-estado: Nembe, Kalabari, Brass e Warri. A assembleia municipal era responsável por fazer a política comunal. A sociedade secreta “Sakapu” exercia as funções administrativa e judicial. O modo de organização dos Urhobo era similar ao do Ijaws em todos os aspectos. Entretanto, um grupo no Delta do Níger, os Itsekiri, tinham um padrão de governo centralizado no parentesco, similar aos encontrados entre os Bini e os Iorubás.

Com o passar do tempo, em algumas áreas, o sistema de “lar” mudou. Com o aumento do envolvimento no crescente comércio de escravos e, mais tarde, no comércio legítimo, o sistema de “lar”, anteriormente organizado com base em linhagens foi substituído pelo o que ficou conhecido como “sistema de casa de canoa”. Sob este sistema, pessoas de diferentes linhagens formavam uma corporação comercial.

## **Os Tallensi**

Os Tallensi habitavam o território do norte da antiga Costa Dourada (hoje Gana). Hoje, eles são camponeses e cultivam, principalmente, cereais. A característica essencial de sua tradição agrícola é agricultura mista, envolvendo assentamentos permanentes e temporários, que influenciaram profundamente a organização social que esteve baseada no sistema de clãs.

Conjunto de propriedades eram conhecidos como “suman”. Um agregado residencial constituía um clã, ou um grupo de clãs, membros dos quais eram parentes sanguíneos. Direitos e deveres, privilégios e obrigações eram de responsabilidades corporativas, e qualquer membro autorizado poderia atuar em nome da unidade ou clã. Cada linhagem era encabeçada por um membro homem sênior, o qual em conjunto com outros anciãos de clãs constituíam um repositório de responsabilidades sociais e rituais. Ambos, o sistema de níveis de idade e a prática de convocar assembleias de massa, eram primordiais entre os Tallensi. Grupos, e não indivíduos, constituíam a fonte de autoridade política.

Os vários clãs dependiam, na maior parte, de trabalho comunal. Isto era possível devido às amplas linhagens dentro dos clãs para acumular riqueza baseada em seu tamanho; entretanto, em nenhum clã havia privilégio social anexado à riqueza. Socialmente e politicamente, portanto, os Tallensi eram uma sociedade homogênea, sedentária e igualitária.

\*\*\*

O que é imediatamente proeminente em nossa consideração sobre sociedades sem Estado é a ausência de centralização e concentração de autoridade. Para a maior parte é difícil apontar qualquer indivíduo como o cabeça ou regulador de diferentes comunidades. A todo o tempo o exercício de liderança em relação à autoridade era similarmente desconhecido. Qualquer autoridade que existia sempre afetava de forma limitada os muitos aspectos da vida dos indivíduos. Ao mesmo tempo, dificilmente existiam classes nessas sociedades tradicionais. É, de fato, duvidoso se existia um equivalente para a palavra “classe” em qualquer língua africana nativa – e a língua reflete os pensamentos e valores dos que a falam.

O aumento da produção e a especialização no uso de ferramentas em conjunto com o aumento de atividades comerciais entre várias comunidades por um lado, e com estrangeiros por outro lado, deu surgimento ao crescimento estável da propriedade privada, diferenciação/estratificação interna e semifeudalismo. Guerra, conquistas e empréstimo voluntário foram alguns dos outros presentes durante o período de transição colonial.

Padrões de autoridade inicial eram frequentemente codificados em formatos ritualizados de liderança. Mesmo onde sistemas de controle aumentaram seu alcance, líderes rituais em muitos casos continuaram a exercer uma influência moderada sobre líderes seculares. Estados imperiais foram estabelecidos em Kanem-Bornu, Songai, Mali, Oió, Sokoto, Benin, Zulu, Ngwato, Momba, Banyankole, Kede, Somuke, Hauçá-Fulani e etc.

## **Colonialismo e a Incorporação da África na Economia Capitalista Mundial**

A incorporação da África na economia capitalista mundial foi precedida pela

penetração sistêmica de influências capitalistas no continente antes do colonialismo. Porém, o colonialismo acelerou e solidificou o processo de incorporação.

As influências capitalistas se fizeram presentes na África, primeiro, durante a busca por expansão econômica que acompanhou e seguiu a revolução industrial na Europa. Uma das primeiras e mais importante destas influências foi o comércio de escravos. A penetração capitalista aumentou com as atividades mercantilistas e operações comerciais estrangeiras em áreas costeiras africanas por volta do fim do século XIX.

Deve ser enfatizado que o processo de penetração e a subsequente incorporação de diferentes sociedades africanas na economia capitalista mundial não foi um processo e também não ocorreu simultaneamente por todo o continente. Nas sociedades muçulmanas, o Islã foi uma importante característica do processo de incorporação, assim como uma fonte de resistência ao mesmo processo. Por um lado, o Islã forneceu uma fonte de inspiração para resistência, enquanto, por outro lado, ele forneceu a base para colaboração de classe entre aristocratas muçulmanos e administradores coloniais.

Em toda a África, a nova doutrina do livre comércio forneceu a base ideológica para a expansão dos negócios britânicos, alemães e franceses nas áreas costeiras. Na esteira da Conferência de Berlim (1884-1885), uma competição violenta pela partilha da África seguiu com as grandes potências europeias, dando início à verdadeira dominação colonial e o coroamento dos interesses imperiais sob os das sociedades tradicionais. A imposição de governos coloniais foi uma expressão dessa dominação, e motivos econômicos, primeiramente mercado e matérias-primas, constituíram sua *raison d'être*.

Houve dois estágios durante o processo de incorporação, nos quais o Estado serviu de veículo para a penetração capitalista e a absorção final de produção e distribuição nas colônias. O primeiro estágio foi de conquista violenta e o seguinte foi de dominação econômica e escravização dos povos nativos. Trabalho forçado foi primordial dentre os mecanismos adotados pelos poderes coloniais para eliminar a organização econômica tradicional.

Em adição às ações militares, as conquistas englobaram a expulsão forçada dos nativos de suas terras, que foram então apreendidas pelos colonizadores. E as apreensões foram protegidas através da supressão violenta de todas as formas de dissidência via aparato coercitivo do Estado colonial.

O período de conquista foi acompanhado pela introdução de novos processos produtivos. O objetivo fundamental desta reestruturação era vincular as economias incorporadas na economia mundial. As armas críticas usadas foram monetarização (a introdução do dinheiro), comércio, trabalho assalariado, taxação e investimento; acompanhados pelo desenvolvimento de infraestrutura e instituições sociais apropriadas. Isto sempre envolveu a introdução de incentivos com a finalidade de dissuadir a população local para recorrer à cultura capitalista e serviços e bens relacionados ao invés de investir em áreas de necessidade local.

Foi, primeiramente, para esse fim que um sistema monetário foi introduzido. Por um sistema monetário, nós nos referimos ao uso do dinheiro (isto é, objetos e símbolos naturalmente não valiosos) não somente como um meio de troca, mas, o que é mais importante, para a elevação do dinheiro e seus acessórios a um nível de preponderância cultural dentro da economia e da sociedade como um todo. Dinheiro é, afinal, o pré-requisito básico para uma economia de mercado, e sem ele a troca e o crescimento econômico são impossíveis. O processo de monetarização caminhou de mãos dadas com a expansão das relações capitalistas de produção.

Como mencionado anteriormente, uma economia capitalista demanda o estabelecimento de instituições políticas e sociais que reproduzem e regulam as relações de classe. O sistema educacional colonial serviu a este propósito. Em conjunto com a igreja, outro agente da socialização, ele forneceu a justificativa ideológica para a emergência do modo de produção capitalista na África. Assim como, é válido notar, que não havia clara distinção entre a igreja e o Estado por um lado, e entre a igreja e a escola, por outro – eles formavam um sistema integrado de apoio ideológico ao capitalismo/colonialismo. De fato, educação colonial foi uma base comum para aliança entre colonialistas e burocratas locais. Parlamentarismo político foi o resultado inevitável de tal educação.

No geral, o processo de incorporação da África na rede capitalista mundial

teve início durante os últimos estágios do comunalismo, acompanhou o feudalismo e continua nos dias atuais pela roupagem do neocolonialismo.

## **O Impacto da Incorporação**

O último resultado da incorporação africana na economia capitalista mundial foi a destruição do tradicional modo de produção comunal pré-colonial. Com o desenvolvimento do modo capitalista, o modo não-capitalista foi confrontado, transformando violentamente várias comunidades, tornando suas terras, recursos e produtos em *commodities*. Milhares de homens jovens foram arrancados de seus lares para trabalharem em empresas capitalistas e a população remanescente foi compelida a cultivar somente o que possuía valor de troca no mercado.

O ponto crítico aqui é que a destruição do sistema econômico tradicional não deu início a uma economia capitalista completa; o produto final foi, ao invés, uma estrutura capitalista distorcida, desequilibrada. Isto se deu devido à incorporação africana ter sido periférica. Estiveram ausentes a complementaridade e a reciprocidade entre setores variados da economia. A desarticulação foi caracterizada por uma ausência de conexões vitais dentro do processo produtivo. Isto é, o desenvolvimento capitalista na África foi caracterizado por uma falta de integração. Sob o colonialismo, o comércio operou para servir ao mercado externo e, geralmente, tinha pouca ligação interna; e os negócios que poderiam servir às demandas internas foram sistematicamente desencorajados a fim de garantir mercado para os bens produzidos nos países imperiais. A África continua sofrendo os efeitos do padrão de desenvolvimento distorcido.

Assim, a penetração capitalista e a subsequente integração das sociedades africanas no sistema global têm gerado uma cultura da dependência – uma dependência da periferia (África) com o centro (os países capitalistas avançados). Lucros e mais-valias são constantemente transferidos desde a periferia até o centro. Por outro lado, crises econômicas e sociais na corrente capitalista global são rapidamente transferidas para suas conexões fracas – a periferia altamente suscetível. Sobre o “desenvolvimento” da África pelo Ocidente, Leonard Goncharov observa: “O capital está sendo exportado pelos países capitalistas desenvolvidos para os países em desenvolvimento, não

com o objetivo de fornecer ajuda para o último, mas com o propósito explícito de obter o maior lucro possível. ”

Finalmente, a participação africana na economia capitalista global levou a criação de classes privilegiadas locais que se apropriam da produção social, porque o capitalismo não pode existir sem a existência de uma classe local exploradora. Entretanto, uma vez que os privilegiados nativos têm somente um papel minoritário na criação das fundações básicas do Estado pós-colonial, seus interesses estão subordinados aos dos capitalistas estrangeiros, primeiramente corporações multinacionais. Como resultado, uma aliança de classes se desenvolveu entre as duas, com a classe nativa assumindo um papel de agente para o capital internacional. Seus membros vivem nas comissões que recebem como intermediários. O domínio desta classe social, acompanhada pela falta de autonomia africana na economia mundial, tem transformado os Estados africanos em feudos.

## **Formação de classes na África pós-colonial**

Para entender as dinâmicas da formação de classes na África pós-colonial, nós precisamos antes examinar o caráter do Estado colonial precedente. O colonialismo deixou Estados africanos independentes com uma economia neocolonial, com o modo de produção capitalista substituindo os modos pré-capitalistas; isto acarretou a subjugação de trabalho local e recursos às necessidades capitalistas.

As classes que se desenvolveram após tal integração não refletem uma economia autônoma, mas uma economia dependente – elas apresentam uma versão artificial e truncada da estrutura de classe das economias ocidentais desenvolvidas. Essa estrutura de classe não é uma clássica divisão dentro das classes capitalistas: pequena burguesia e classe trabalhadora e/ou trabalhadores do campo; mas sim, uma divisão simplificada em classe administrativa e classe trabalhadora/camponesa. Isto é, as classes nas antigas colônias são compostas por aqueles que se beneficiam do neocolonialismo e aqueles que sofrem dele.

A classe comerciante local efetivamente se tornou uma classe compradora de agentes, intermediários e líderes dos interesses estrangeiros. Como colocou

Frantz Fanon, a burguesia nacional das sociedades subdesenvolvidas não estão engajadas na produção ou em qualquer iniciativa criativa, mas em atividades intermediárias. Os papéis das classes de comerciantes locais e internacionais na África pós-colonial são complementares, todavia a última determina as atividades da primeira.

A busca dos capitalistas africanos por criar indústria nativa deu a eles uma imagem nacionalista, mas eles estancaram devido à demanda do capital estrangeiro, do qual eles ainda são dependentes. O nacionalismo da classe capitalista nativa é o resultado do seu desejo de se apropriar dos recursos (ao menos para eles mesmos) do expropriador estrangeiro; e, ao mesmo tempo, é necessário seu compromisso com a liberdade do capital estrangeiro, devido sua dependência com a estrutura econômica neocolonial.

Contrário às pretensões de autonomia capitalistas locais, o capital estrangeiro ainda controla a chave das economias locais através do controle da tecnologia, finanças, locais de pesquisa e facilidades de desenvolvimento, nomeação de diretores técnicos e, em geral, controle das tomadas de decisão.

Por exemplo, um típico investimento industrial na África depende da tecnologia de capital desenvolvido para atender as necessidades das economias capitalistas avançadas. Isto facilita o fluxo de saída de recursos como lucros e pagamentos por importação e serviços, e liga o investimento aos produtores desta tecnologia. Isso, claro, dificulta consideravelmente os escassos recursos cambiais.

Esse padrão de investimento gera e depende de um padrão igualitário de distribuição de receita. Por sua vez, distribuição desigual de renda gera muito mais benefícios para as economias capitalistas avançadas do que para as economias neocoloniais.

O caráter dependente da burguesia local restringe seus membros a servir o capital estrangeiro ou a competir entre eles mesmos pelos recursos limitados disponíveis em um cenário neocolonial. Tais competições tendem a assumir a forma de um jogo de soma-zero, modificado por um arranjo no qual os competidores se definem em termos étnicos e religiosos – cada um buscando proteger seus próprios interesses.

O ponto chave de nossa análise é que o processo de formação de classe na África pós-colonial parece acidental e incompleto: ele ocorreu somente nos setores comercial e distributivo de economias variadas, enquanto os setores agrícola e industrial foram deixados de lado. Isto deveria, entretanto, ser entendido dentro do seguinte contexto: enquanto a classe compradora é a mais beneficiada da economia política neocolonial africana, vários outros segmentos da classe capitalista local também se beneficiam das estruturas burocráticas que garantem seus privilégios.

## **Socialismo Africano**

A corrente socialista global não passou pela África. Na maioria das vezes, as ideias socialistas inspiraram lutas de independência nacional e tiveram seu lugar nas lutas anticoloniais – não menos importante no movimento sindical africano que remonta à década de 1940. A principal atração do socialismo naquele momento era o seu *slogan*. Os primeiros na luta anticolonial não tinham uma visão acurada da visão de mundo socialista, e tampouco uma ideia do que uma sociedade socialista seria após a abolição ou derrubada do capitalismo. Este superficial, confuso conceito de socialismo – e as circunstâncias sob as quais o socialismo chegou à África – iriam ter, mais tarde, um impacto negativo no crescimento e desenvolvimento do movimento socialista na África.

O alvorecer da independência política nos diferentes Estados africanos forçou os nativos, conhecidos como classe política socialista, a chegar a um acordo com a tarefa assustadora de tentar construir socialismo no continente. As lideranças do movimento no período foram Kwame Nkrumah (Gana), Sékou Touré (Guiné), Patrice Lumumba (Congo), Tom Mboya e Jomo Kenyatta (Quênia), Sedar Senghor (Senegal), Modibo Keita (Mali) e Julius Nyerere (Tanzânia).

Essa safra de líderes iria mais tarde ser agrupada em seu socialismo romântico por uma segunda geração de atores políticos, incluindo Muammar Gaddafi (Líbia), Gamal Abdel Nasser (Egito), Agostinho Neto (Angola) e outros que, como os da primeira geração, quase invariavelmente proclamaram seus respectivos países como socialistas e deram prosseguimento ao estabelecimento do “socialismo” como uma questão de

política de Estado.

A noção de um “socialismo africano” foi comum a todas essas lideranças, uma singular interpretação da peculiaridade socialista adequada para o contexto africano. Variou do socialismo positivo de Nkrumah ao socialismo existencial e de “negritude” de Senghor até o socialismo democrático de Nasser e o socialismo Ujamaa de Nyerere.

Nkrumah proclamou os objetivos do socialismo positivo como emprego pleno, moradia de qualidade, oportunidades iguais de educação e o avanço cultural de todos os povos. Em sua teoria sobre *consciencismo*<sup>65</sup> Nkrumah afirmou: “Revoluções são feitas pelos homens... que pensam como homens de ação e atuam como homens de pensamento. ”

Senghor compreendia o socialismo como uma nova visão de mundo:

Tal é o caminho africano, ao menos, o caminho senegalês ao socialismo. Ele procura ser uma democracia harmoniosa, em ambos os campos político e econômico-social. Longe de rejeitá-los, o caminho africano aceita as contribuições europeias. Mas é uma questão bastante diferente da mera repetição, de uma política de imitação cega. Uma vez selecionadas tais contribuições com cuidado, devem ser integradas e impregnadas pelos valores da negritude. Negritude nada mais é que a totalidade dos valores de vida da África negra.

Por seu lado, Nasser caracterizou o socialismo como “a afirmação da soberania dos povos e aquisição de toda a autoridade nas suas mãos e a consagração de todos os poderes servindo seus objetivos – o estabelecimento de uma sociedade com base de suficiência e justiça, de trabalho e oportunidades iguais para todos, e de produção e serviços.” Ele advogava por uma revolução de dois estágios: uma revolução política que permitiria ao povo restaurar seu direito de autogoverno; e uma revolução social – um conflito de classes que terminaria de uma vez por todas com a realização de justiça social para todos.

Socialismo africano, para tanto, tem sido criticado por sua ausência de clareza e coerência teórica e, o que é ainda pior, pela maneira questionável que busca o socialismo mundial do praticado na África. Críticos do socialismo africano tem sustentado que exploração e opressão são males universais e que socialismo é universal em abrangência e aplicação (ainda que isto possa ser adaptado para específicas culturas individuais). É também

importante ressaltar que todas as variadas formas de socialismo africano foram de socialismo de Estado, e por isso sofreram com os típicos defeitos do socialismo de Estado em qualquer lugar que este tenha ocorrido; entretanto, principalmente em razão da ausência de aparato coercitivo/partidário plenamente desenvolvido. Ao menos, alguns países “socialistas” africanos foram poupados dos piores excessos do socialismo de Estado.

O balanço entre diferentes Estados socialistas e variados regimes que alcançaram o poder exhibe a ausência de realização e as mesmas, algumas vezes piores, inclinações autoritárias que caracterizaram os Estados coloniais antigos e os senhores coloniais. Todos os embriões reacionários do Estado socialista marxista presentes na União Soviética, na Europa oriental, na Coreia do Norte, na China e em Cuba estiveram presentes no socialismo de Estado africano, mesmo nos seus mais primitivos estágios. E, unicamente, o socialismo de Estado africano elevou os sentimentos étnicos (tribais) e religiosos ao nível da ideologia de Estado.

Apesar da retórica socialista, as relações de produção capitalista se mantiveram dominantes na maioria das sociedades “socialistas africanas”. Corrupção e acumulação primitiva através do uso do poder e recursos estatais caracterizaram a classe política dominante. A repressão laboral foi anunciada; na verdade, os primeiros lotes de trabalhadores sob capitalismo colonial e pós-colonial foi sempre melhor do que os sob a estrutura socialista de Estado bastante subdesenvolvida gerada por “socialistas” egoístas e, às vezes, por soldados armados e oficiais militares.

O socialismo na África, para todos os fins práticos, foi baseado no modelo Soviético/do Leste Europeu, e ele demonstrou todas as características essenciais daquele modelo. A experiência africana, talvez, tenha sido peculiar no sentido de que o Estado herdado na independência política era neocolonial. As expectativas de que o socialismo iria alterar isso nunca se concretizaram; se alguma coisa fez, o socialismo estancou o desenvolvimento e reforçou o neocolonialismo. A pauperização de países como Guiné sob Sékou Touré, Benin sob Mathew Kerekou, Etiópia sob Mengistu Mariam, etc, caminhou de mãos dadas com repressão massiva e autoritarismo presunçoso. Alguns dos regimes mais atrasados, mais reacionários que já existiram em solo africano foram “socialistas”, alguns liderados por oficiais

militares que se instalaram no poder.

Há muitos exemplos de Estados socialistas falidos na África, provavelmente o pior foi a Etiópia de Mengistu; outros são a Líbia de Gaddafi, o Benin de Kerekou e Guiné de Sèkou Touré. Nkrumah em Gana e Boumédiène na Argélia foram responsáveis pelas mais longas e profundas tentativas de instalar o socialismo na África, e ambos falharam. A única aparente exceção para este cordão de fracassos foi a tentativa genuína e plausível de Nyerere na Tanzânia para construir um socialismo usando o esquema de aldeia de Ujamaa como ponto inicial (isto também fracassou, como veremos).

Nós podemos afirmar com segurança que muito antes do colapso comunista na União Soviética e na Europa oriental, o socialismo ruiu na África deixando um rastro de crises e turbulências intermináveis. A derrubada de Nkrumah em Gana e a saída de Nasser do Egito, acompanhados pelo fracasso do programa Ujamaa na Tanzânia e das revoltas populares contra o socialismo de Estado argelino, são sintomáticos de tal fracasso.

## **Há um Anarquismo Africano?**

Há um corpo de pensamento de origem africana desenvolvido, sistêmico sobre o anarquismo? Uma vez que anarquismo como modo de vida é em grande medida africano, é praticamente certo que os africanos, em algum momento, tenham formulado ideais criativos sobre como organizar a sociedade de tal forma. Mas nenhuma ideia do tipo foi escrita. Não é surpreendente que muitas ideias não foram preservadas. Muita da literatura existente sobre o comunalismo africano e sociedades africanas tradicionais está pautada pelos trabalhos e escritores posteriores de antropólogos, historiadores, arqueólogos, sociólogos e, mais recentemente, seus homólogos africanos. Não obstante, os trabalhos e as ideias neles contidas estão fragmentadas e desarticuladas de conceitos e princípios anarquistas.

As diferentes vertentes dos avançados, não-acadêmicos pensamentos africanos – desde o tempo colonial até o período pós-independência – sobre o socialismo, revolução e colonialismo não estão tão fragmentados. Por exemplo, na euforia que culminou na independência da Nigéria, em 1960, governos regionais do ocidente e do oriente anunciaram um programa de

assentamento de agricultores buscando entre outros objetivos: a) alargar as fronteiras da liberdade e da iniciativa que os médios agricultores tinham do seu trabalho; b) liberar a produção agrícola do trabalho árduo; e c) estabelecer as bases para o surgimento da indústria agrícola de médio porte.

O programa, uma ideia de estimação da facção de esquerda radical da emergente classe local dominante da Nigéria – para a qual a independência significou mais que uma oportunidade para autogoverno – foi modelado pelo sistema popular israelense de Kibutz e tinha como intuito recriar o modo de vida comunal africano tradicional, complementado pela sua característica de igualdade e liberdade. Sob o arranjo, agricultores viviam com suas famílias em coletividade e compartilhavam os meios de produção, incluindo ferramentas e trabalho, assim como infraestrutura. A produção social era distribuída igualmente entre os agricultores e suas famílias, e o excedente era trocado através de cooperativas de agricultores.

Os assentamentos foram planejados para serem autogestionados e autogovernados. Comunidades locais forneceram terra enquanto o governo garantiu crédito aos agricultores e alocou a terra para agricultores individualmente ou grupo de agricultores. A decisão final em relação ao que plantar ficava a cargo do agricultor ou grupo de agricultores.

Espalhados em comunidades e vilarejos selecionados, os assentamentos eram eficientes e aumentaram tremendamente a produção enquanto duraram. Entretanto, rapidamente, os princípios igualitários que originaram o programa foram corrompidos por gargalos burocráticos e corrupção. E a guerra civil da Nigéria, de 1967, colapsou o experimento.

Elementos anarquistas similares são perceptíveis em menor grau no famoso “O Livro Verde” de Muammar Gaddafi, com a conhecida Terceira Teoria. O conceito de *jamarrhiriyah* – coletivos de camponeses tomando decisões sobre os assuntos que lhe são de interesse – parece ser, no papel, fascinante. No entanto, ao invés de realização, as propostas de Gaddafi foram seguidas por violações.

A crítica brutal sem precedentes de Franz Fanon ao colonialismo na África também contém sementes de princípios anarquistas que são, infelizmente, algumas vezes, obscurecidos pela fúria e retórica anticolonial. Toda a

extensão da ira de Fanon surge quando ele atenta para o aspecto racial do colonialismo. O pilar de Fanon sobre o colonialismo é ao mesmo tempo uma rejeição ao capitalismo corporativo. Ele defende uma guerra revolucionária de classes, que está implícita em sua teoria de duas partes de violência e espontaneidade. Fanon repudia aqueles que negam que o poder colonial advém do benefício material das colônias. Seu argumento antecipa a tese base das teorias contemporâneas de subdesenvolvimento que, como o capitalismo, o colonialismo foi voraz, explorador e acima de tudo tinha impedido o desenvolvimento autônomo de sociedades colonizadas.

A análise de Fanon representou uma ruptura com a teoria marxista clássica. Ainda que Marx e Engels tenham abordado a base moral do colonialismo e o tenham entendido como “catalisado pelos interesses mais vis”, eles, no entanto, viam a característica salvadora na regra colonial como um instrumento da história para permitir a revolução.

Se, como Marx e Engels parecem argumentar, colonialismo fornece benefícios materiais para os colonizados, Fanon apontaria que tais benefícios são incomparáveis à pobreza abjeta e à posição material fraca das sociedades colonizadas. O colonialismo se mostrou incapaz de fornecer e gerar as forças produtivas que Marx e Engels esperaram que destruiriam o “modo de produção Asiático”. Fanon argumenta que o colonialismo, assim como o capitalismo, foi precedido, inaugurado e mantido pela violência e só poderia ser derrubado pela ação espontânea da luta armada revolucionária.

Fanon entendeu a responsabilidade para travar uma luta armada não em partidos políticos, sindicatos ou classes trabalhadoras urbanas. Mas no povo, desde o camponês no interior até o *lumpemproletariado* que, em suas palavras, formavam uma classe política muitas vezes tratada pelos marxistas como “aventureiros e anarquistas”.

Sua visão articulada e concisa sobre o período pós-colonial é assim:

“Quando o povo aderir à violência pela libertação nacional, eles não permitirão que ninguém os chame de ‘libertadores’. Eles se mostram ciumentos com o resultado de suas ações, e tomam cuidado para não depositar o seu futuro, seu destino e a sorte de seu país nas mãos de um deus vivo... Iluminados pela violência, a consciência do povo se rebela contra qualquer pacificação. De agora em diante, a demagogia dos oportunistas e dos mágicos tem uma tarefa difícil. A ação que os levou a uma luta mão-a-mão dá às massas um sabor voraz pelo concreto. A tentativa pela mistificação se torna, durante o percurso, praticamente impossível.”

\*\*\*

Em última análise, o que encontramos nas ideias inovadoras de Julius Nyerere é um corpo de doutrina organizado e sistemático que é indiscutivelmente anarquista em sua lógica e conteúdo. A noção de socialismo de Nyerere gira em torno do conceito de Ujamaa, seu programa preferido de “aldeamento” – no qual a aldeia é compreendida como uma incubadora, um berçário do socialismo do futuro. Ujamaa, que simplesmente significa “período familiar”<sup>66</sup>, representa economia rural e comunidades sociais onde pessoas vivem e trabalham em conjunto para o bem de todos; seus governos são escolhidos e liderados pelos próprios camponeses e trabalhadores.

O conceito de Ujamaa de Nyerere esteve baseado na simplicidade, igualitarismo e liberdade que eram peculiares às sociedades africanas tradicionais. Por exemplo, a organização de sociedades comunais, especialmente a produção e distribuição da produção social, era de uma forma que havia pouco lugar para parasitismo.

Na sociedade africana tradicional, todo mundo era trabalhador. Não havia outro modo de ganhar a vida para a comunidade. Até mesmo os idosos, que poderiam parecer aproveitar o tempo sem nenhum tipo de trabalho... já tinham, na verdade, trabalhado duro durante toda a juventude... Em nossa sociedade africana tradicional, nós éramos indivíduos dentro da comunidade. Nós tomávamos conta da comunidade e a comunidade tomava conta de nós. Nós não precisávamos e nem queríamos explorar nossos amigos... todo membro da família tinha que ter o suficiente para comer e um lugar para dormir, antes disso (até mesmo o chefe de família) não tinha nada extra.

Ele explica o conceito de posse de terra africana da seguinte forma:

Para nós na África, a terra sempre foi reconhecida como sendo de pertencimento de toda a comunidade. Cada indivíduo em nossa sociedade tinha o direito de uso da terra, porque, se não, ele não teria como viver, e o ser humano não pode ter o direito à vida se não tiver o direito a meios de mantê-la. Mas o direito africano a terra era simplesmente o direito de usá-la: ele não tinha nenhum outro direito sobre ela, e tampouco passava por sua cabeça tentar ou reclamar algo mais.

Nyerere, pelas ideias acima, contrasta com a sociedade capitalista, que falha em fornecer a seus cidadãos os meios para o trabalho ou, se lhes fornece os meios de trabalho, evita que eles recebam uma parte justa do produto de seu trabalho. “Ujamaa... é oposto ao capitalismo, que busca construir uma sociedade feliz com base na exploração do homem pelo homem, e é igualmente oposto ao socialismo doutrinário.” Sob Ujamaa os bens básicos

deveriam ser comuns e compartilhados por todos os membros da unidade.

Havia uma aceitação de que não importava o que uma pessoa tivesse no percurso das necessidades básicas, eles todos tinham; ninguém podia passar fome, enquanto outros acumulavam comida, e ninguém poderia ter um abrigo negado se alguém tivesse espaço livre... uma sociedade na qual os membros tinham direitos e oportunidades iguais; na qual todos podem viver em paz com seus vizinhos sem sofrer ou impor injustiça, sendo explorado ou explorando, e na qual todos tinham um aumento gradual no bem-estar material antes que qualquer indivíduo pudesse viver no luxo.

Ele continua:

“Na Tanzânia socialista, nossa organização agrícola seria predominantemente aquela de vida e trabalho cooperativos para o bem de todos. Isto significa que a maioria dos alimentos será produzida por grupos de pessoas que vivem como uma comunidade e que trabalham como uma comunidade. Eles viveriam juntos em uma vila; eles plantariam juntos; e seriam responsáveis pelo fornecimento de serviços locais para pequenos requerimentos locais como uma comunidade. Suas comunidades seriam o grupo familiar tradicional ou qualquer outro grupo de pessoas vivendo de acordo com os princípios do Ujamaa, grande o suficiente para levar em consideração os métodos modernos e as necessidades humanas do século XXI.

A terra que a comunidade cultivou seria chamada de “nossa terra” por todos os membros; a colheita fruto da produção nesta terra seria “nossa colheita”; isto seria “nossa loja” que forneceria as necessidades individuais cotidianas; seria “nossa oficina” que construiria os tijolos para a construção de casas e outras construções, e assim por diante...

O essencial para elas (comunidades Ujamaa) seria a qualidade de todos os membros da comunidade, e os membros autogovernados em todos os assuntos que lhe dizem respeito. Uma vila realmente socialista elegeria seus próprios funcionários e eles seriam igualmente membros como todos, sempre sujeitos aos desejos do povo.

Nyerere não se enganava quanto ao fato de que a sociedade que ele tinha em mente não poderia ser implementada com força bruta. “Comunidades socialistas só podem ser estabelecidas com o consentimento dos membros,” disse ele. Ele reconhecia, porém, a importância da ação e do exemplo; persuasão moral não era o suficiente:

Seria também ingenuidade acreditar que os agricultores seriam convencidos somente com palavras – ainda que persuasivas. Os agricultores tinham que ver os benefícios do trabalho e vida coletivos antes de confiarem seus futuros a tal tipo de organização. Em particular, antes de desistirem de suas respectivas porções de terra, eles irão querer comprovar se o sistema de trabalho coletivo realmente beneficia a todos.

Por último, “como compartilhar assim como crescer, o programa voltado para as crianças, os deficientes e os idosos – devem ser decididos com a aceitação de todos os membros. Democracia de vila deve ser aberta desde o início; não há alternativa para o sistema ser bem-sucedido.”

O fato de Ujamaa ter fracassado como projeto não deve servir como negação aos argumentos de Nyerere. Suas ideias correm, transcendendo o enfado do socialismo de Estado marxista. (No capítulo 5 há uma explicação sobre o fracasso do Ujamaa).

\*\*\*

Sobre o movimento anarquista como um todo, existia e ainda existem grupos anarquistas na África do Sul – particularmente o *Anarchist Revolutionary Group* em Johannesburgo e o *Angry Brigade* em Durban. A organização anarcossindicalista pioneira na África do Sul, entretanto – conhecida como *Industrial Workers of Africa* – durou somente de 1915 até 1922. Ela foi modelada considerando a IWW (*Industrial Workers of the World*) e atuou, principalmente, entre os trabalhadores negros. É na África do Sul que correntes anarquistas se mantêm fortes na África.

Há também atividade anarquista organizada na Nigéria. O *Axe*, na década 1980, ainda que basicamente natimorto, foi uma coalizão de tendências anarquistas. Ele antecedeu a *Awareness League*, que existe desde 1990 como movimento anarquista e de libertação social. Correntes anarquistas também existem em partes do Zimbábue, Egito, Gana, entre outros lugares.

## Capítulo 4: O Desenvolvimento do Socialismo na África

Nós abordamos brevemente a atípica formação de classes em algumas sociedades na África pré-colonial. As potências europeias que invadiram e colonizaram a África a partir do final do século XIX eram países capitalistas plenamente industrializados que enxergaram na África um mercado cativo assim como uma fonte de matéria-prima para suas indústrias. Esta foi a principal razão para o colonialismo.

Os colonizadores produziram uma economia capitalista com algumas similaridades em relação às economias em seus próprios países.<sup>67</sup> Na Europa, os donos do capital expropriaram a terra e outros meios de produção de camponeses e artesãos, transformando-os em trabalhadores assalariados. Do seu trabalho, os capitalistas extraíram o excedente que foi acumulado e usado para investir em mais terras, indústrias e trabalho a fim de extrair mais excedente. Desta forma, eles produziram riqueza e reproduziram as relações sociais capitalistas ao mesmo tempo.<sup>68</sup>

Assim como vimos anteriormente, o modo de produção da África pré-colonial era qualquer coisa que não um modo de produção capitalista. Para servir aos seus interesses, os colonizadores europeus impuseram o capitalismo à África. Isto ocasionou na transformação das sociedades africanas de unidades agrícolas comunais relativamente autossustentadas em unidades dependentes das economias maiores que estavam sendo criadas.<sup>69</sup> Uma nova divisão de trabalho estava sendo forçada aos africanos acarretando um novo relacionamento material com uma sociedade maior. Nas colônias, as bases hortícolas do modo de produção africano foram progressivamente sendo destruídas ao passo que aldeias foram forçadas a produzir para exportação ou fornecer mão de obra barata para as minas e fazendas europeias. Isto criou novas classes – nova relação material – dentro das colônias. Em seu estudo sobre a Guiné colônia, por exemplo, R.E. Gali identificou várias classes coloniais:

1. uma nova classe europeia administrativa;
2. uma classe europeia de grandes proprietários;

3. uma classe europeia de grandes comerciantes (as empresas comerciais);
4. e uma classe europeia de gerência.<sup>70</sup>

Este grupo formava a classe burguesa, os donos do capital – isto é, os donos de terra e dos meios de produção. Esta classe recebia suporte do que Galli chamou de pequena burguesia.<sup>71</sup>

1. pequenos administradores do aparato estatal, das *plantations*, e nas empresas comerciais e de mineração;
2. profissionais coloniais (doutores, advogados, etc.);
3. e alguns pequenos comerciantes nativos.

Como as sociedades africanas foram incorporadas no sistema capitalista colonial? Primeiro, a nobreza e lideranças foram cooptadas para agirem como administradores para os colonialistas. Galli enxergou aqueles como uma classe agrária e não uma classe capitalista, porque não exploravam as aldeias através de um modo capitalista. Eles exploravam as aldeias, devido à sua autoridade tradicional sobre terra e trabalho.<sup>72</sup> Eles entregavam tributos e trabalho para os colonialistas, espremendo ao máximo os camponeses, mas não expropriando a terra diretamente. (Um corolário disto pode ser notado na Nigéria com relação a governantes aristocráticos – os Emires do norte da Nigéria e os tradicionais Obas no sudoeste). A nobreza e as lideranças foram as ferramentas utilizadas para a execução do controle indireto das potências coloniais sobre suas colônias africanas.

Havia também um pequeno grupo de africanos educados que os franceses chamavam de assimilados, na maioria filhos de nobres ou de lideranças enviados para cidades europeias para serem educados.<sup>73</sup> Eles foram absorvidos como oficiais de “baixa-patente” no governo e como profissionais, e ajudaram a classe capitalista colonial a administrar e manter a ordem social. Um bom exemplo disto é o personagem Obi Okonba do romance de Chinua Achebe *No Longer at Ease*.

Com o surgimento de indústrias e mineradoras em algumas colônias, uma pequena classe trabalhadora surgiu. A grande massa era, ainda, composta por camponeses, que já produziam para o mercado urbano. Por último, havia o

que Galli classificou como “*lumpenproletariado*”, aquele grupo de africanos que abandonou suas terras e foi para as cidades na vã procura por emprego. Sem educação, tais africanos se tornaram pedintes, prostitutas, pequenos comerciantes e ociosos.

No início do século XX, muito da África estava sob domínio colonial. Muitas sociedades do continente haviam sofrido uma metamorfose da sociedade pré-colonial para uma sociedade de classes antagônicas. Assim como em todas as sociedades de classe, a classe europeia imperial, em parceria com agentes locais, se engajou em uma exploração brutal do trabalho local. O trabalho local foi explorado para produzir matéria-prima para indústrias europeias e para gerar suficiente excedente para governar as colônias. O relacionamento entre as classes dominantes e subordinadas nas colônias tipificou o que tem sido classificado com “situação colonial”. Este termo capta de forma apropriada os assuntos sociopolíticos, econômicos e psicológicos de uma sociedade colonizada.

Analisando o crescimento e o desenvolvimento do anarquismo africano nós devemos nos focar nas atuais forças que resistem ao modo de produção capitalista, ambas sob colonialismo e neocolonialismo.

## **O Movimento Sindicalista e a Luta de Libertação na África**

Os sindicatos na África não começaram como organizações ideologicamente puras, revolucionárias. Ao contrário, eles emergiram durante o período colonial como resposta direta à situação colonial. Eles representaram, principalmente, uma revolta contra um status sociopolítico e econômico inferior imposto.

A emergência de sindicatos de trabalhadores africanos foi mais uma manifestação da incorporação nas economias africanas do modo de produção capitalista. Esta incorporação, como vimos anteriormente, levou à balcanização das sociedades africanas em nações e classes. Como a exploração das colônias continuou sob o colonialismo europeu, as pessoas colonizadas foram percebendo gradualmente que a situação era um impedimento às suas liberdades. A emergência de sindicatos foi a

manifestação de uma consciência de classe básica entre trabalhadores e, ao mesmo tempo, uma resposta ao regime colonial.

O crescimento e o desenvolvimento de sindicatos na África durante o período colonial refletiu condições variadas em diferentes sociedades. Nas colônias ordinárias, como Gana e Nigéria, os sindicatos eram menos revolucionários que nas colônias europeias como Argélia, Quênia e África do Sul, onde sentimentos raciais fortes trouxeram à tona as contradições da situação colonial. Nós examinaremos a seguir, com alguns detalhes, o movimento sindical na Nigéria e na África do Sul como exemplos dos sindicatos nesses dois tipos de situação colonial.

## O Movimento Sindical Nigeriano

Os trabalhadores nigerianos fizeram a sua primeira tentativa de reivindicação de seus direitos em 1897, quando trabalhadores no Departamento Público dos Trabalhadores protestaram por três dias, no mês de agosto, contra as mudanças arbitrárias sobre as horas de trabalho. Desafiando os acordos de demissão do governador McCallum, os trabalhadores se recusaram em retirar suas demandas e, no final, eles conseguiram algum alívio através de um comprometimento das autoridades.

A tendência ao entorno da agitação laboral aumentou no início do século XX como um resultado da piora das políticas governamentais coloniais. Uma vez que havia mais trabalhadores do que a capacidade empregatícia das indústrias, os empregadores instituíram contratos empregatícios opressivos, nos quais os trabalhadores eram tratados como escravos. Como Ananaba destacou em seu livro, *The Trade Union Movement in Nigeria*, estes contratos colocavam ênfase na obrigação em trabalhar, enquanto não davam qualquer atenção aos direitos dos trabalhadores.<sup>74</sup>

Ao mesmo tempo, houve uma tomada de consciência das barreiras raciais para o avanço econômico e da grande disparidade de ganhos entre europeus e africanos, até mesmo para cargos iguais.<sup>75</sup> Nas palavras de Gutkind e Gohen “o nexo colonial-racial permitiu a erosão da tomada de consciência de classe salientando a identidade comum de todos os africanos na sua subordinação e exploração dentro de uma hierarquia externa.”<sup>76</sup>

Além disso, a depressão global de 1929, tornou mais grave a condição dos trabalhadores sob o colonialismo, uma vez que os governos coloniais se aproveitaram do desespero econômico para impor tributo direto nos trabalhadores e converter trabalhos permanentes em trabalhos diários, dentre outras coisas.<sup>77</sup> Neste mesmo ano, aconteceu o famoso motim das mulheres de Aba, no qual mulheres da cidade nigeriana de Aba e de províncias no entorno protestaram contra uma nova taxa sobre suas propriedades. É instrutivo que este específico motim, no qual muitas mulheres foram assassinadas, foi organizado e realizado por mulheres.<sup>78</sup>

A radicalização dos trabalhadores na Nigéria continuou durante a década de 1930. Por um lado, devido à tomada de consciência da classe trabalhadora e, por outro, de acordo com Asoba, como resultado do novo tipo de combate jornalístico do Dr. Nnamdi Azikiwe – que trouxe a atenção do povo para as várias formas de exploração colonial. Azikiwe foi uma inspiração para a confiança dos nigerianos em sua habilidade para pôr fim à regra colonial através de ativismo político e agitação da classe trabalhadora.<sup>79</sup> Outras manifestações da tomada de consciência radical da classe trabalhadora foi o cumprimento das celebrações do *May Day* e o estabelecimento da semana dos trabalhadores.<sup>80</sup>

Outro fator relativo ao crescente sindicato radical na Nigéria foi a *Railway Workers Union*, que foi o primeiro sindicato radical a organizar greves. O radicalismo dos sindicatos pode ser atribuído à “personalidade forte e destemida de Michael Imoudu.”<sup>81</sup> Ele liderou os trabalhadores nigerianos à grandes vitórias, a mais significativa de todas foi a greve geral de 1945; nela “a solidariedade nos postos de trabalho”<sup>82</sup> foi vista, de fato, pela primeira vez no movimento dos trabalhadores nigerianos.

As greves seguintes, surgidas da natureza do sistema colonial, fortaleceram o desafio dos movimentos dos trabalhadores em relação ao *status quo* econômico e político. Em 1949, por exemplo, a trágica greve dos trabalhadores das indústrias de minério do Vale do Iva aconteceu em Enugu, Nigéria. Ele resultou no massacre de dezenas de trabalhadores realizado pelas forças policiais coloniais; mas durante a greve os trabalhadores sabotaram o processo interno das indústrias. Tal greve deu uma maior consciência de classe dos trabalhadores e plantou sementes do socialismo em seus ideais,

abrindo seus olhos para a natureza não somente do capitalismo, mas também para a natureza do governo e de suas leis.<sup>83</sup>

O movimento sindical durante o período colonial também serviu como influência de contrapeso aos investidores estrangeiros que dominavam partes estratégicas da economia nacional. Na Nigéria, estes investidores dominavam corporações transnacionais como a *Lever Brothers*, *United African Company* e a *United Trading Company*, todas mantinham um domínio forte sobre o comércio de importação e exportação. Os sindicatos lutaram coletivamente contra o monopólio estrangeiro do capital e buscaram a socialização de indústrias importantes do país, com o objetivo de instalar um governo socialista no qual a identidade da classe trabalhadora não seria esquecida.<sup>84</sup>

Ainda que o movimento dos trabalhadores na Nigéria tenha contribuído significativamente para o fim do controle colonial britânico, a Nigéria pós-independência refletiu a mesma estrutura sociopolítica e econômica que existia sob domínio colonial. Na Nigéria pós-colonial, os trabalhadores tiveram que lidar com o mesmo sistema capitalista, exemplificado pelo antagonismo entre capital e trabalho. Hoje, os trabalhadores da Nigéria estão sofrendo muito devido ao desemprego, fechamento de indústrias, lares inapropriados, transporte, sistema de saúde e educacional, insegurança social e ausência de liberdade social.

Uma característica marcante do movimento dos trabalhadores da Nigéria pós-independência, que difere do movimento dos trabalhadores da Nigéria pré-independência, é a clara ausência de perspectiva revolucionária. Desde a independência, os sindicatos têm demonstrado uma tendência de agir de acordo com a elite governante do Estado, enquanto se utiliza de jargão revolucionário.

Em 1987, sob a ditadura militar de Ibrahim Babangida, o *Nigerian Labor Congress* (NLC) participou de um grande debate sobre o futuro político da Nigéria. Os trabalhadores publicaram um “*Worker’s Manifesto*” (Manifesto dos Trabalhadores) intitulado “*Towards a Viable and Genuinely Democratic Future: [the] Nigerian Working Class position*” no qual continha 28 pontos relacionados à questões econômicas, políticas, sociais e culturais.<sup>85</sup> De acordo com o então presidente do NLC, o documento refletia as aspirações

políticas da classe trabalhadora nigeriana, que entendia ser, “via alternativa socialista, a única possibilidade de garantir um viável e estável arranjo econômico e social na Nigéria”.<sup>86</sup>

O manifesto do NLC defendeu aumentar a consciência política da classe trabalhadora, e também demandou uma participação total da classe trabalhadora na vida política. A posição presente no documento sobre a economia futura é que a classe trabalhadora deveria planejar e controlar os processos de produção e distribuição. De acordo com o manifesto:

Desde a tomada do controle da economia através dos chamados investimentos superfaturados, nós temos visto claramente a colaboração de multinacionais e seus agentes locais na destruição da nossa economia, perpetrando fraudes e corrupção, e influenciando tecnocratas e administradores no desempenho dos negócios governamentais. O que a Nigéria requer hoje sob a liderança da classe trabalhadora é tomar nosso destino em nossas mãos através de ação política apropriada – socialização dos meios de produção, distribuição e troca.<sup>87</sup>

Infelizmente, sempre houve uma divergência profunda entre teoria e prática quanto à liderança do movimento da classe trabalhadora na Nigéria. Na realidade, a liderança do sindicato tem compartilhado do interesse de classe da elite governante. E isto tem suas origens na era pré-independência, quando a liderança da classe trabalhadora considerou a luta de libertação e a causa do movimento dos trabalhadores como indissolúveis, e então se aliou aos partidos políticos nacionalistas. Crowther chegou a considerar um partido nacionalista, o *National Council of Nigeria and the Cameroons*, quase que como uma “confederação de sindicatos”.<sup>88</sup>

Na Nigéria pós-independência, o romance entre a liderança de sindicatos e partidos políticos tem florescido ainda mais. Na Nigéria da malfadada Terceira República, por exemplo, houve tentativas corajosas por parte do movimento dos trabalhadores em formar partido político sob a égide do *Nigerian Labour Congress* com o objetivo de competir com outros partidos políticos. Quando a tentativa fracassou, o líder da NLC, Paschal Bafyau, na companhia de seus apoiadores, concorreu pelo *Social Democratic Party* (Partido Social-Democrata) e contestou as primárias presidenciais do partido, mas perdeu.

Com o fortalecimento da luta contra a ditadura militar na Nigéria, tem havido alguns sucessos. Líderes dos trabalhadores como Frank Kokori, secretário-

geral do *National Union of Petroleum and Natural Gas Workers*, e Milton Dabibi, secretário-geral do *Petroleum and Natural Gas Senior Staff Association* (ambos os sindicatos representando trabalhadores da indústria petrolífera, a principal do país), demonstraram coragem admirável, em 1994, quando eles lideraram seus sindicatos para uma greve que durou dois meses e que paralisou o setor em todo o país. Quando o governo militar reagiu usando soldados para quebrar a greve, os trabalhadores recorreram à sabotagem. As greves foram tão efetivas que o país ficou virtualmente paralisado durante o período grevista. Em Lagos, a cidade comercialmente movimentada da Nigéria, ruas e avenidas ficaram praticamente desertas, o transporte público parou e os escritórios fecharam as portas. Como noticiado no *The Lagos Guardian Newspaper*, o administrador militar do estado de Lagos, Cel. Oyinlola, teve que ir a pé para a cerimônia de abertura de um seminário por não ter conseguido encontrar combustível para o veículo oficial que utilizava.<sup>89</sup>

Um aspecto interessante e instrutivo dessas greves foi o objetivo político – “trazer a ditadura militar ao fim”. Em seu ultimato de 72 horas dado ao governo federal, o braço do NLC em Lagos demandou:

1. que o governo federal deveria imediatamente e incondicionalmente libertar todos os ativistas políticos e dos trabalhadores presos no país;
2. que todos os meios de comunicação fechados deveriam ser reabertos;
3. e, que o governo deveria estabelecer um diálogo imediato com os trabalhadores e todos os grupos, minorias e etnias descontentes do país.<sup>90</sup>

Com o aprofundar da crise, o NLC em Lagos concluiu que “será um grande desserviço aos trabalhadores do estado de Lagos se o NLC baixar os braços e permitir que os trabalhadores continuem a sofrer...”<sup>91</sup> Consequentemente, determinou que, no estado de Lagos, todos os “trabalhadores de bancos e empresas de seguros, fábricas, indústrias, conselhos governamentais locais, corporações públicas, serviço civil estatal e federal, e assim por diante, aderissem à greve desde o dia 12 de julho de 1994 até nova decisão do conselho”.<sup>92</sup> A anarcossindicalista *Awareness League* teve uma participação ativa na greve e nos protestos, convicta que o fim do governo militar permitiria uma grande oportunidade para a luta por uma sociedade

libertadora. Nunca desde a guerra civil de 1960, o Estado nigeriano esteve tão perto de se desintegrar. Mas a junta militar do general Sani Abacha respondeu emitindo decretos que tornavam os sindicatos ilegais, prendendo ativistas e líderes de trabalhadores em massa, e saqueando meios de comunicação de oposição ao regime.

Uma coisa permanece clara: apesar das tentativas corajosas do movimento dos trabalhadores para revolucionar a Nigéria, seus esforços foram limitados em alcance e conteúdo. Uma primeira razão é que, sendo de estrutura centralizada e hierárquica, os sindicatos funcionaram como organizações autoritárias, burocráticas. Seus líderes sempre entenderam seus cargos como oportunidades de atingir interesses particulares. O NLC deseja ver uma sociedade nigeriana mais humana, mas as inspirações ideológicas que baseiam as ações da organização não contemplam uma sociedade de tipo completamente diferente, construída pelos trabalhadores se organizando nos seus locais de trabalho e em suas comunidades. Geralmente, líderes nigerianos dos trabalhadores não têm aspirações para além do envolvimento com os poderes que controlam a economia e o Estado. Conseqüentemente, as atividades do movimento não estão assentadas em uma clara concepção da realidade de classe e da luta política. Em sua visão de mundo sobre uma sociedade melhor e livre, a maioria dos líderes dos trabalhadores falhou ao direcionar suas atividades contra o jugo duplo do capital e do Estado. Este modelo tem sido típico nas colônias “normais” antigas quando contrastado com colônias europeias como a África do Sul.

## **O Movimento dos Trabalhadores na África do Sul**

A África do Sul se destaca como um dos países africanos no qual os trabalhadores têm tido um papel decisivo na luta por mudança sociopolítica significativa. A luta da classe trabalhadora sul-africana começou antes da formação da África do Sul, de 1910 até 1922, quando os trabalhadores se engajaram em batalhas sangrentas contra a classe capitalista. A documentação feita por Gary Jewell sobre os conflitos entre empregadores e trabalhadores é muito instrutiva. De acordo com Jewell, em período de uma década a orgia da violência tinha resultado em uma chamada dos trabalhadores para “República vermelha ou sindicalista dos trabalhadores”.<sup>93</sup> Ainda que tais primeiras revoltas tenham sido realizadas por trabalhadores

brancos, com o tempo algumas das greves foram iniciadas por negros. Em 1920, por exemplo, uma greve dos trabalhadores negros municipais de Porto Elisabeth, organizada por Samuel Masabala do *Cape Provincial Native Congress*, resultou na polícia matando a tiros 19 trabalhadores.<sup>94</sup> Isto acarretou uma greve no Rand, na qual cerca de 40 mil mineradores negros demandaram melhorias nas condições de trabalho de cargos reservados para brancos.<sup>95</sup>

Em 1921, Percy Fisher, secretário do *South African Mine Workers Union*, tinha iniciado uma formação de um *Miner's Council Action*, que se desenvolveu em *Red International of Labor Unions*, com uma missão revolucionária. Jewell identificou quatro principais correntes que formavam o sindicato:

1. o partido comunista bolchevique, com elementos DeLeonist, em favor de um governo sindical;
2. Afrikaner Mynwerkersbond, composto por Afrikaners brancos pobres que buscavam um sindicato Afrikaner para destruir os capitalistas britânicos e estabelecer a república;
3. partido de trabalhadores moderados, liderado por Archie Crawford;
4. e, a antiga rede sindicalista da *IWW*.

Jewell notou que “a presença de sindicalistas independentes da *IWW* é comprovada pela classificação como crime, por parte do governo, da tentativa de realização de greve por ‘uma República sindicalista ou vermelha dos trabalhadores’.”<sup>96</sup> A narrativa de Jewell sobre o evento que levou a declaração da República dos Trabalhadores Vermelhos é informativa. De acordo com ele, a greve foi realizada por trabalhadores de diferentes indústrias, incluindo mineradores de carvão da *South African Industrial Federation's coal miners*, depois sendo acompanhados por mineradores de ouro, engenheiros e trabalhadores poderosos.

No confronto entre trabalhadores e governantes, o governo de Smuts tentou vorazmente destruir a solidariedade entre os trabalhadores, mas obteve pouco sucesso. Quando se tornou claro que os trabalhadores continuariam firmes quanto às suas demandas, Smuts forneceu suporte militar oficial aos chefes

das minas e declarou a lei marcial, instando eles a reabrirem as minas.<sup>97</sup> Com o não vingar das negociações, o *Miners Council of Action* “aproveitou a iniciativa e forçou a *South African Industrial Federation* a anunciar greve geral”.<sup>98</sup> A declaração da República dos Trabalhadores Vermelhos seguiu a proclamação da greve geral. O governo de Smuts respondeu enviando batalhão do exército e força aérea para atacar os trabalhadores grevistas. A sede dos grevistas em Benoni foi bombardeada no dia 14 de março e ao menos 153 pessoas morreram durante o ataque.<sup>99</sup>

Tem sido argumentado que em razão dessa greve ter sido conduzida, primeiramente, por trabalhadores brancos com relativo suporte dos negros houve uma ausência de solidariedade de classe. Entretanto, Jewell cita a perspectiva de James Duke de que a greve e a declaração de República dos Trabalhadores Vermelhos foram “um grande avanço nas relações de raça e de luta de classes, virtualmente uma guerra civil Africâner com suporte negro aos Africâneres”.<sup>100</sup>

A imposição do apartheid em 1948, no entanto, estabeleceu na África do Sul uma guerra de classes que foi largamente acompanhada por questões raciais. Com a ascendência do apartheid, a identificação de classe e a luta de classes na África do Sul se tornaram pautadas pela cor de pele dos trabalhadores. Isto começou dois anos antes, em 1946, quando uma greve de 60 mil trabalhadores negros não recebeu nenhum apoio do sindicato dos mineradores brancos, e foi rapidamente esmagada pelos donos das mineradoras e pelo governo de Smuts.<sup>101</sup>

Em 1956, o governo nacionalista desintegrou o *South African Trades and Labour Council* por questões raciais – a *South African Confederation of Labour* foi feita por brancos e o *Trade Union Council of South Africa* foi feito por não brancos (negros e asiáticos). Enquanto o apartheid emasculava o movimento dos trabalhadores e os dividia por questões raciais, greves em massa por partes dos negros continuaram durante a década de 1970, muitas vezes visando criar aumentos salariais para os trabalhadores.

Mas o ímpeto real do sindicato dos trabalhadores negros radicais durante o apartheid foi a *Labour Relations Act* de 1981, o qual deu aos sindicatos um pouco de reconhecimento e permitiu sua atuação dentro da legalidade.<sup>102</sup> Em

1975, o *Progressive Party* tinha declarado a África do Sul como o segundo país com maior número de greves na África (depois do Marrocos).<sup>103</sup> Mas em 1976, Vorster Botha, então primeiro-ministro da África do Sul, se vangloriou que a “África do Sul era um país livre de greves”<sup>104</sup> a investidores alemães. Todavia, as greves resultaram em uma perda de 243 mil dias de trabalho durante os três primeiros meses de 1988, e uma greve que contou com 2 ou 3 milhões de trabalhadores entre os dias 6 e 8 de junho do mesmo ano foi a maior já registrada na história da África do Sul.<sup>105</sup> Ainda que salários e condições de trabalho fossem as principais razões das greves, um fator agravante foi a pressão do capital sobre o regime para reduzir o número de postos de trabalho no serviço público, restringir o aumento dos salários em 3% e privatizar a economia como forma de resolver a crise econômica do país.<sup>106</sup>

O *Congress of South Africa Trade Unions* (COSATU), uma organização sindicalista, foi fundado no dia 30 de novembro de 1985, durante o período de estado de emergência de julho 1985 a março de 1986.<sup>107</sup> O *National Union of Mine Workers* (NUM) foi o maior afiliado da COSATU.<sup>108</sup> Nós podemos dizer que os dias gloriosos de luta de classes na África do Sul ressurgiu com o nascimento da COSATU. Em 1986, o movimento dos trabalhadores na África do Sul, sob a liderança da COSATU e com suporte de estudantes e organizações comunitárias, celebrou o centésimo *May Day* com uma greve. Ao mesmo tempo, isto foi a maior ação do tipo em toda a África do Sul; cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores demandaram que o dia fosse reconhecido como feriado público.<sup>109</sup>

Outra demonstração de solidariedade entre os trabalhadores ocorreu no dia 1 de outubro de 1986, o dia de luto pelos 177 mineradores que foram vítimas do desastre de mineração de Kincross. A paralisação laboral foi organizada pelo *National Union of Mine Workers* e 325 mil mineradores aderiram.<sup>110</sup>

Como uma força de resistência ao monopólio estrangeiro do capital, os sindicatos aprovaram a retirada de investimentos na África do Sul. As sanções econômicas e as campanhas por retirada de investimentos liderada pelos sindicatos, e posteriormente adotada por muitos governos ocidentais, contribuiu em muito para o fim do regime de apartheid.

A luta da classe trabalhadora sul-africana que precedeu o colapso do apartheid mostrou que muitos trabalhadores estavam preparados para perder seus empregos no percurso conflituoso. T.B. Fulani apontou que quando um trabalhador negro na África do Sul adere a uma greve, o trabalhador arrisca não somente perder sua casa mais também perder sua casa na cidade e ser forçado a ir para um Bantustão (uma área economicamente depressiva similar à área indiana dos Estados Unidos – ed.).<sup>111</sup> Apesar do aumento significativo nos custos de vida, impostos, aumento do desemprego e crescente repressão aos sindicalistas, o número de greves na África do Sul continuou a crescer durante os anos que precederam o fim do regime de apartheid. Fulani resumiu a gama das demandas sociais, econômicas e políticas dos sindicatos sul-africanos: desde 1979, os trabalhadores têm reclamado o direito de formar sindicatos por eles próprios; eles rejeitam todas as instituições criadas pelo governo como conselhos comunitários e o conselho do presidente; eles foram contrários à implementação de uma nova taxa no imposto de renda dos negros em 1984; e, eles demandam a saída das tropas do governo de dentro das cidades dos negros. Eles lutaram contra os baixos salários e a vitimização dos trabalhadores e eles organizaram um boicote de fábricas e lojas de brancos.

Ainda que o movimento da classe trabalhadora na África do Sul possa se vangloriar de um longo período de luta, tal luta não tem transformado eficazmente a sociedade. Na luta contra o regime de apartheid, os sindicatos sul-africanos foram aparelhados pela classe média política do *African National Congress* (ANC) que sofre da ausência de objetivos revolucionários claros. O resultado desse aparelhamento foi comprometer o ideal de uma sociedade completamente diferente. As lideranças dos sindicatos se tornaram uma parte integral da luta reformista da ANC pela regra da maioria na África do Sul. Não é por acaso que muitos líderes da COSATU participam da cabide de empregos do governo pós-apartheid de Nelson Mandela.

O governo da ANC não representa nada substancialmente diferente para a classe trabalhadora na África do Sul. Isto está claro tanto para a elite governante quanto para a classe trabalhadora. O mesmo modo de produção capitalista antigo, baseado na exploração do trabalho pelo capital continua existindo na África do Sul. A tarefa da classe trabalhadora ainda é uma transformação revolucionária da sociedade, isto é, estabelecer realmente uma

nova sociedade baseada na liberdade e igualdade socioeconômica.

\*\*\*

Socialismo e comunismo como um modelo ideológico não é totalmente novo na África; ele ganhou terreno na África do Sul a partir da formação do *Communist Party*, em 1921. Os comunistas sul-africanos, que saíram do *Labour Party*, em 1915, para formar a *International Socialist League (ISL)* tinham como um de seus objetivos alcançar o internacionalismo proletariado.<sup>112</sup> Um editorial da quarta edição do *The International*, o jornal semanal da ISL, afirmou no dia 1 de outubro de 1915 que “um internacionalismo que não concede direitos totais que uma classe trabalhadora nativa é capaz de demandar é uma falsidade... Se a Liga lida resolutamente com as questões nativas em consonância com princípios socialistas ela terá sucesso ao sacudir o capitalismo sul-africano até a sua base...”<sup>113</sup> Assim, a ISL fez esforço para identificar junto com os trabalhadores e com a população negra em situação de opressão. Ela fez contato com todas as organizações negras existentes como o *African National Congress*, e fundou o sindicato *Industrial Workers of Africa*.<sup>114</sup>

Em 1921, tendo em vista o contexto favorável da terceira internacional, a ISL Marxista-DeLeonista aderiu aos 21 pontos de Lenin e formou o *Communist Party of South Africa*. Seus líderes eram S.P. Bunting, W.H. Andrews (antigo presidente do *Labour Party*) e Ernie Shaw e Percy Fisher (mineradores). Ainda que tenham adotado o formato organizacional do partido bolchevique, os partidos comunistas da África do Sul recebiam forte influência das perspectivas sindicalistas revolucionárias da *IWW (Industrial Workers of the World)* e pelos conceitos sindicais de DeLeonist.<sup>115</sup>

Mas, com o passar dos anos, o *South African Communist Party* sofreu uma forte transformação no seu relacionamento com o Estado e na sua concepção de luta por uma sociedade melhor. Ele abandonou seu programa revolucionário inicial e, em aliança com outros grupos nacionalistas, começou a trabalhar por uma libertação de dois estágios: uma revolução democrática burguesa seguida de uma revolução socialista. O partido estava mais preocupado com a questão do poder do Estado do que com o poder de classe e dedicou pouca atenção para acabar com o poder e privilégio na sociedade sul-africana.

Os principais movimentos de libertação na África do Sul – o *African National Congress* e o *South Africa Communist Party* – adotaram um documento conhecido como *Freedom Charter* como um guia para a libertação da África do Sul. A *Freedom Charter*, entretanto, enquanto propunha restringir as operações do capitalismo monopolista, não buscava o fim do sistema capitalista. Assim como observou Sisa Majola, a *Freedom Charter* “entende o desenvolvimento de pequenas empresas capitalistas como um resultado das várias barreiras raciais”.<sup>116</sup> Portanto, a *Freedom Charter* buscava uma África do Sul na qual todas as pessoas “deveriam ter direitos iguais para fazer negócio onde quiserem, para fabricar e participar de todos os negócios, trabalhos e profissões”. Majola então observou que mesmo as demandas contidas na *Freedom Charter*, que são “restrição de propriedade de terras baseada por questões raciais deve acabar e toda a terra deve ser redividida entre aqueles que nela trabalham para expelir a fome<sup>117</sup>”, não necessariamente propõem a socialização da terra. A partir disto, nós podemos concluir que as ideias iniciais que motivaram o *South African Communist Party* se perderam, elas foram comprometidas pela aliança com grupos nacionalistas que tinha como finalidade conquistar poder político.

## A “Revolução” na Guiné

A tão falada revolução na Guiné merece comentários no que se refere ao partido que liderou a revolução, o *Democratic Party of Guinea* (PDG). Este foi um partido de massa com uma ideologia revolucionária baseada nos interesses dos trabalhadores e camponeses.

A organização dos trabalhadores na Guiné era liderada por Sekou Touré, um descendente de um famoso líder da resistência antifrancesa e colonial do século XIX. Sob a orientação de Toure, os sindicatos uniram seus protestos contra o governo francês aos de variadas organizações regionais e étnicas, criando o PDG. Em seus primeiros anos de existência, o PDG manteve forte relacionamento com o sindicalismo francês, através da CGT<sup>118</sup>.

O objetivo dos fundadores do PDG foi criar um partido de massa, e conseguiram isto, ao menos, durante a luta por independência. O PDG conseguiu mobilizar massas atraindo trabalhadores com questões de pão e manteiga – salários, benefícios, etc – e os camponeses em relação às

necessidades deles sobre estradas e escolas, e também devido ao ressentimento dos últimos em relação aos seus respectivos chefes locais e nobrezas que os haviam vendidos para os franceses. Eles atraíram, particularmente, mulheres e jovens, ambos os grupos que eram extremamente explorados pelos anciãos e chefes.

Os chefes locais na Guiné eram mais ou menos administradores de impostos dos franceses, sugando o sangue de seu próprio povo. Eles também forneciam trabalho forçado para minas e fazendas. Eles passaram a ser mal vistos por seu próprio povo, e a PDG aproveitou isto. Em 1956, o partido havia unido o país e varreu as eleições daquele ano. Isto levou o governador francês a reconhecer que o posto de chefe “estava gravemente comprometido... e que não era mais admissível manter contra ventos e tempestades os chefes, uma vez que não representavam nada mais”. Após a eleição, o PDG implementou comitês populares, alguns dos quais produziram listas de queixas sobre seus chefes exigindo reparações. Isto assustou muitos chefes, muitos dos quais fugiram para a capital, Conacri.

Em 1957-58, o PDG destituiu o poder dos chefes e estabeleceu governos locais eleitos popularmente, destruiu os monopólios comerciais e reformou o governo. Quando em 1958, o povo da Guiné votou pela independência, os franceses fugiram em massa e, em reposta, levaram embora o que conseguiram – até mesmo telefones das paredes. Somente 20 de cerca de 41 mil administradores franceses ficaram. O palco foi então configurado para que os interesses dos camponeses e dos trabalhadores influenciassem o governo e o desenvolvimento da Guiné. Mas, como na África do Sul, isto durou pouco. Os novos políticos “revolucionários” substituíram os ideais da luta de libertação, como é de se esperar quando políticos “revolucionários” ocupam posições de poder e privilégio.

## ***A Awareness League: um Movimento Anarquista Africano***

A *Awareness League* começou como um grupo de estudo dentro da Universidade da Nigéria, Nsukka, nos meados da década de 1980. O grupo continuou a funcionar como uma coalizão essencialmente de esquerda composta por marxistas, trotskistas, ativistas de direitos humanos e radicais

de diferentes tendências. Até 1989, o grupo era composto, em sua maioria, por estudantes ativistas, jornalistas e universitários. As diferentes tendências internas geraram intensos debates e autocríticas.

Esse tipo de grupo não era, todavia, uma novidade. Na *Ibadan University*, uma coalizão de esquerda similar, *The Axe*, existia desde 1983. Seus membros publicaram por um tempo, um jornal semanal chamado *The Axe*, e depois *The Socialist Register*. Este grupo mal sobreviveu à crise que afetou a esquerda, notoriamente a esquerda autoritária, durante a segunda metade da década de 1980.

Os debates que surgiram na *Awareness League* no final da década de 1980 trouxeram à luz a necessidade de transcender a estrutura do corpo organizacional – isto é, sua informalidade e a aparente ausência de um direcionamento ideológico claro. Esta agitação coincidiu com a convulsão política do Leste Europeu e a crescente impopularidade do socialismo marxista ao redor do mundo.

O colapso eventual do Comunismo foi previsto em uma profunda análise do jornal *The Torch*, uma publicação mensal da *Revolutionary Socialist League* nos Estados Unidos. Os antigos trotskistas do *The Torch* explicitaram um profundo e completo repúdio ao marxismo-leninismo e ao sistema de socialismo de Estado que adveio dele. Escritas por Ton Taber e intitulado “*A Look at Leninism*”, as matérias eram uma tentativa de mostrar que o socialismo de Estado de tipo Soviético estava condenado.

Membros da *Awareness League* acompanharam tais críticas atentamente. E as duras críticas não deixaram dúvidas aos membros da *Awareness League* sobre qual caminho a organização deveria seguir. Em resposta às matérias escritas pelo *The Torch*, a *League* escreveu: “nós somos um grupo de jovens, universitários desempregados, estudantes e artesãos interessados em e comprometidos com ensinamentos e princípios socialistas. Nós temos o socialismo revolucionário como nosso manifesto... Nós estamos bastante impressionados pela publicação de *A Look at Leninism*, a qual consideramos uma importante autocrítica e que nenhum verdadeiro marxista ou revolucionário pode se dar ao luxo de ignorá-la.”

Eventos subsequentes levaram à transformação do grupo em uma

organização anarquista, ainda que tenha mantido seu antigo nome. No dia 1º de fevereiro de 1990, a *Awareness League* abandonou formalmente sua antiga imagem de coalizão de esquerda. A carta do grupo, aprovada em 1991, anunciou a *League* como uma: organização social libertária inspirada pelos e comprometida com os ideais, princípios, objetivos, fins e propósitos do socialismo revolucionário e anarcossindicalismo, caracterizados como antítese do estadismo e das manifestações e instituições advindas dele.

Com o capitalismo entranhado em crises intermináveis e suas instituições – sociais, econômicas, políticas e culturais – sucumbindo cada vez mais ao redor do mundo, o imperativo para uma luta contínua contra as forças capitalistas nunca foi tão grandioso. É instrutivo notar que a crise do capitalismo tem sido mais intensa e previsível nos países subdesenvolvidos do terceiro mundo. Não é surpreendente afirmar ao menos que: “as correntes do capitalismo teriam que quebrar nas suas conexões mais fracas”.

A *Awareness League* apoia os princípios e diretrizes do internacionalismo, convencida de que fronteiras nacionais e territorialidade são somente criações artificiais. A *League* se posiciona em favor da paz e rejeita a guerra, militarismo, fascismo e racismo assim como a aquisição de tecnologias que promovam guerra, militarismo e, que por sua vez, impedem a paz e a coexistência pacífica entre as nações.

A *League* defende a violência somente como forma de resistência à violência e às técnicas e táticas violentas da classe governante, suas agências e colaboradores ou como forma de luta por libertação. Para tal fim, a *Awareness League*, como uma frente anarcossindicalista e socialista revolucionária proclama em todo o mundo e insiste que nenhuma forma de colaboração pode existir entre as classes reinantes – exploradora – e suas vítimas, as massas.

A *League* cresceu, desde então, em tamanho para mil membros em todos os 15 estados sulistas da Nigéria, assim como nos estados de Kaduna, Adamawa e Plateau no norte. Em 1996, a *League* foi aceita como a seção nigeriana da *International Workers Association* (IWA), a internacional anarcossindicalista.

## Capítulo 5: O Fracasso do Socialismo na África

O desenvolvimento econômico tem sido central nas ideologias dos Estados africanos pós-coloniais. Em sua escolha sob qual modelo ideológico adotar para o desenvolvimento econômico, alguns Estados escolheram uma forma de socialismo – “socialismo africano”, como tem sido chamado por alguns dos seus proponentes. No entanto, o termo socialismo empregado aqui não implica em uma abordagem rígida como o marxismo-leninismo. Assim sendo, Senghor identificou “valores espirituais” que ele considerou terem sido perdidos na União Soviética comunista sob comando de Stalin; Kwame Nkrumah não viu contradição entre socialismo e cristianismo; e Julius Nyerere associava o socialismo africano ao parentesco tradicional de solidariedade através de seu conceito de Ujamaa. Defensores do socialismo africano sustentam que o determinismo material da teoria marxista não pode ser aplicado na África, considerando as condições econômicas e sociais africanas extremamente distintas (da europeia). Portanto, defendem um socialismo africano descentralizado e democrático, o qual eles vinculam à história e cultura do povo africano.

Mas o conceito de socialismo africano tem sido severamente criticado. Goldthorpe identificou uma forte vertente elitista no “socialismo africano”. De acordo com ele, onde há socialismo na África, foi planejado pela elite. De maneira similar, Paul Sigmund apontou que muitos Estados africanos pós-coloniais enxergam o governo forte como a única forma de alcançar modernização e desenvolvimento, e seus líderes utilizam ideias como a “ditadura democrática” de Sekou Toure para expressar suas crenças de que um governo ou um partido político deve liderar o povo. Nkrumah, quem defendeu o socialismo africano, declarou que o seu *Convention People’s Party* formava o núcleo da nova sociedade de Gana. Isto requereu que o partido se “generaliza-se” na sociedade. Como disse Nkrumah “o CPP é uma força poderosa, mais poderosa do que qualquer coisa que tenha aparecido na história de Gana. É a força da união que guia e norteia a nação e é o centro nervoso das aspirações positivas na luta pelo irredentismo africano. Sua supremacia não pode ser desafiada. O CPP é Gana e Gana é o CPP.”<sup>119</sup>

As políticas atuais e os fracassos dos regimes “socialistas africanos” revelam o vazio da retórica de grandiosidade. O poeta africano Okot de forma

perspicaz compreendeu o fracasso e a tragédia dos regimes africanos no pós-independência em um artigo intitulado “*Indigenous Ills*”

“... as características mais impressionantes e assustadoras de todos os governos da África é que, sem exceção, todos eles são ditaduras e praticam discriminação cruel que fazem do apartheid na África do Sul parecer manso. O socialismo africano pode ser entendido como governo das pessoas pelos educados para os educados... [É a] discriminação de homens educados no poder contra seus compatriotas – seus irmãos e irmãs, mães e pais, contra a própria gente largada nos vilarejos.”<sup>120</sup>

Vamos atentar para algumas específicas circunstâncias nas quais o socialismo africano fracassou em melhorar a vidas das pessoas. O que aconteceu à revolução da Guiné depois da independência? Alguns analistas descrevem o que aconteceu na Guiné pós-independência como uma simples reação exagerada; mas, em busca de uma análise mais detalhada recorreremos ao livro de Samir Amin, *Neo-Colonialism in West Africa*. De acordo com Amin, o primeiro ponto importante é que depois da independência, o PDG se abriu para os partidos de oposição que haviam apoiado os chefes locais. O segundo ponto importante é que, apesar da organização democrática original desde a vila até o topo, rapidamente as principais decisões para o país passaram a ser tomadas pelo secretário-geral e pelo órgão executivo político. Assim, as decisões tomadas, rapidamente, se tornaram centralizadas. O PDG incorporou sob sua guarda todas as organizações, incluindo sindicatos e organizações de mulheres; concentrando poder no topo.

Tendo em vista isso, é óbvio que os camponeses guineenses tiveram pouco impacto nas decisões políticas. Como temos visto, as decisões eram executadas por um quadro de poucos funcionários públicos africanos educados pelos franceses e por um número de expatriados. Pelo primeiro plano trienal, os camponeses seriam organizados em cooperativas e o governo estabeleceria um número específico de fazendas estatais utilizando tecnologia moderna. Mas, em 1970, Amin pôde reportar a total ausência de um estágio inicial de implementação de cooperativas e, em seguida, os planos de cooperativas foram abandonados. Ele também percebeu que a modernização agrícola não aconteceu.

R.E. Galli destaca dois pontos para o fracasso da revolução da Guiné. Um foi a supercentralização do partido no período pós-independência. O segundo e mais fundamental, o governo e o partido escolheram de forma deliberada confiar a base econômica do país na extração mineral ao invés da produção

agrícola. Desde o momento que chegou ao poder, o PDG se aliou às companhias mineradoras que estavam nas mãos do capital estrangeiro. De acordo com Galli, o partido enxergou a mineração como uma ferramenta para extrair um superavit econômico que manteria o Estado e garantiria o poder para o PDG, porque a mineração poderia garantir uma fonte de renda independente dos trabalhadores e camponeses, e o PDG poderia se permitir ignorar os interesses daqueles.

Todavia, apesar dos seus investimentos na mineração, a Guiné permanece como um dos países mais pobres do mundo. As Nações Unidas classificaram a Guiné como um dos 31 países menos desenvolvidos; e com um baixíssimo PIB. Os trabalhadores guineenses, como alguém pode suspeitar, não estão bem – durante as décadas de 1970 e 1980 os salários diminuíram enquanto a inflação cresceu.

O propósito de analisar a Guiné aqui não é para montar um quadro completo de sua economia política, mas sim desvendar a farsa do socialismo de Estado e, em particular, o papel do Estado nesta farsa. As lições a serem aprendidas com a Guiné são:

“Não pode haver desenvolvimento na África que não aumente a produtividade e renda dos camponeses e dos trabalhadores, especializados ou não, que representam cerca de 90% da população economicamente produtiva da África subsaariana. Qualquer política de desenvolvimento que almeje uma mudança significativa deve abordar a vida da maioria pobre.”

A dependência do poder estatal sobre os trabalhadores e camponeses contribui diretamente para o subdesenvolvimento na África.

Um processo de produção agrícola bem-sucedido terá base nos trabalhadores e camponeses administrando as coisas por eles mesmos (coletivização voluntária), a eliminação do lucro e de uma apropriada aplicação da tecnologia.<sup>121</sup>

Tanzânia é outro pertinente caso de estudo de um país no qual seus líderes se dedicaram ao desenvolvimento rural logo após conseguirem a independência (da Grã-Bretanha). Julius Nyerere, o chefe do governo da Tanzânia, foi um dos maiores proponentes do socialismo africano e do princípio de autossuficiência. Em 1979, ele recebeu a *World Conference on Agrarian Reform and Rural Development* afirmando:

Desenvolvimento rural significa desenvolvimento. Isto indica uma abordagem e uma ordem de prioridades. Isto envolve todos os aspectos do governo e atividades sociais. Isto significa atuar para reverter o tradicional fluxo de riqueza desde áreas rurais para as cidades e aplicar tal riqueza em canais que beneficiarão os trabalhadores que produziram com suas mãos e mentes. Isto significa transferir para as áreas pobres e rurais a riqueza produzida nos mais ricos setores econômicos. Em quase todos os países em desenvolvimento, tais questões demandam uma revolução nos atuais padrões de despesas e impostos governamentais. Elas serão feitas se, e somente se, o povo puder organizar o seu poder e em seu benefício.

A Tanzânia implementou a pregação de Nyerere? Para responder tal questão vamos analisar a história do socialismo na Tanzânia.

Tanganyika conquistou sua independência da Grã-Bretanha em 1961, depois de anos de luta liderada pela *Tanganyika African National Union* (TANU). TANU foi liderada por professores, funcionários públicos mais novos, comerciantes, fazendeiros ricos, trabalhadores de escritório, empregados assalariados, lojistas – basicamente pela classe educada e profissional das áreas urbanas e de fazendeiros ricos e comerciantes das áreas rurais. TANU foi bem-sucedida na mobilização dos camponeses, que deu algum suporte econômico e organizacional. Como o PDG, TANU aspirava ser um partido de massa. Em 1964, ela se organizou por células em cidades e no interior. A organização se estendeu desde vilarejos em direção a distritos, regiões e, finalmente, a nível nacional.

Os britânicos não abandonaram Tangayika (mais tarde Tanzânia, depois de se juntar a Zanzibar) como os franceses fizeram na Guiné, todavia pouquíssimos europeus viveram algum dia no país. Os britânicos donos do capital eram representados indiretamente pelo Estado colonial e pelos gestores de suas *plantations* e empresas. Eles empregavam a classe comercial asiática como um grupo intermediário, que incluía comerciantes responsáveis pelas importações e exportações e funcionários como advogados, funcionários do Estado e gerentes dos negócios. Esse grupo asiático intermediário podia ser comparado com os intermediários franceses na Guiné. Mesmo após a independência os asiáticos se mantiveram em seus postos habituais.

O resto da sociedade tanzaniana pós-colonial pode ser dividida da seguinte forma. Havia uma classe asiática de artesãos, trabalhadores de escritório, pequenos comerciantes e até mesmo alguns empregos assalariados. Eles estavam mais acima na hierarquia que seus colegas africanos. Outra classe era formada por fazendeiros ricos. E ainda havia outra composta de

trabalhadores mineradores, de *plantations*, construção e serviço. Este último era um grupo pequeno, mas, ainda assim, importante, ainda que nunca tenha exercido influência significativa na TANU. A última e mais numerosa classe era a camponesa, dividida entre camponeses médios e pobres.

Uma das primeiras ações do novo governo tanzaniano da TANU foi a consolidação de seu poder e de sua posição em contraposição ao da classe asiática comercial. Isto foi feito limitando a atuação da última e estendendo o Estado para tomar o controle de empresas comerciais e industriais; o Estado se moveu para assumir a posição asiática de intermediário entre o povo e o capital externo.

O governo também se posicionou contra os fazendeiros ricos, os que mais tinham se beneficiado das cooperativas criadas para facilitar o mercado. Quando ineficiências e a corrupção se tornaram aparentes, o governo se colocou contrário às cooperativas. E, para consolidar seu controle, a TANU se posicionou contrária à *National Unions of Workers*, em 1964, depois de uma série de disputas que colocaram a organização sob controle do ministério do trabalho. Depois de meados de 1960, os trabalhadores tanzanianos perderam seu direito de greve.

Ao final da década de 1960, podia-se notar que os líderes da TANU haviam limitado as capacidades econômicas e a influência dos maiores rivais ou potenciais rivais: a classe comercial asiática; os fazendeiros ricos; e a classe trabalhadora. O passo seguinte foi consolidar sua hegemonia em relação a esses grupos e a qualquer outro que ainda não estivesse sob seu controle.

Os líderes da TANU desenharam seu relacionamento com o capital estrangeiro e os camponeses na Declaração de Arusha de 1967. O Estado nacionalizou a terra e também tomou controle da maioria das propriedades nos principais meios de produção – os bancos e as grandes empresas industriais. Isto significou que o Estado da Tanzânia estava expulsando o capital estrangeiro? Isto significou que o Estado se recusou a assumir um papel de intermediário? De acordo com pesquisadores notáveis como Colin Leys, John Saul e Michaela Von Freyhold, não. Depois de tudo, o Estado estava somente nacionalizando os bancos e as indústrias, em alguns casos oferecendo um mix de capital com grandes empresas estrangeiras, e se tornando seus parceiros. De acordo com Von Freyhold “nenhuma burguesia

nacional pode se permitir ignorar as facilidades oferecidas pelo capital internacional”. E, devemos notar, o capital derramado por Banco Mundial, Estados Unidos, Canadá, Suécia, Alemanha, Dinamarca, até mesmo China e ainda a Grã-Bretanha assistiram na criação de infraestrutura, treinamento de gestores e fomento do desenvolvimento agrícola e rural. Ao final da década de 1970, a ajuda externa estava pagando 50% do orçamento governamental com desenvolvimento.

Essa aliança de interesses nacionais com o capital externo não solucionou o problema da crescente necessidade governamental por uma base econômica – isto é, receita para manter o Estado e excedente para investir em desenvolvimento. Nem construiu uma base política apoiada em um círculo eleitoral leal.

Foi contra esse pano de fundo que Julius Nyerere se voltou para os camponeses, que constituíam 90% da população, pregando um retorno aos princípios do comunismo africano. Dali em diante, a agricultura e o povo se tornariam a base para o desenvolvimento. O governo encorajou os camponeses tanzanianos a formarem por eles mesmos vilas assentadas na cooperação e no trabalho comunal – as vilas Ujamaa. Para dar apoio a isso, o governo forneceria serviços públicos como estradas, escolas e etc. Em setembro de 1967, Nyerere divulgou um comunicado, *Socialism and Rural Development*, no qual ele explicou três princípios tradicionais fundamentais mantidos pelas famílias africanas: igualdade, respeito mútuo por todas as famílias e participação nos benefícios da produção coletiva. Estes eram a base para as vilas Ujamaa.

Atualmente, não há nenhuma vila Ujamaa sobrevivente na Tanzânia, somente há memórias delas. A economia está em uma crise produtiva e financeira séria. A produção agrícola continua diminuindo e abunda a escassez de alimentos.

No início da década de 1970, Gavin Williams escreveu um artigo curto mas muito interessante intitulado “*Taking the Part of the Peasants*”, no qual ele comparou as políticas dos governos da Tanzânia e da Nigéria. Ele percebeu que em ambos os casos os governos consideravam os camponeses o problema em vez de solução para aumentar a produtividade agrícola. Apesar de um governo se afirmar como socialista e o outro ser declaradamente capitalista,

ambos os governos focaram no exterior, particularmente tecnologia e *expertise* estrangeira, para desenvolver a agricultura e ignoraram os camponeses.

O modelo Ujamaa fracassou porque ele deteriorou-se em controle estatal sobre os camponeses. Através de suas burocracias e assistências técnicas, o Estado começou a ditar aos camponeses o que fazer e o que não fazer, o que produzir e o que não produzir. Logo, também, o Banco Mundial e outros doadores beneficentes sequestraram o programa. A estratégia do governo/Banco Mundial/ajuda externa era implementar uma meta nacional de produção para cada produto, incluindo produtos exportados como algodão, café, castanhas de caju, chá, sisal e tabaco. O estágio seguinte era implementar metas regionais para que cada produto crescesse mais em cada região – um tipo de divisão regional do trabalho. O terceiro estágio era passar tais metas para as vilas através de um aparato estatal. O que fosse produzido pelos camponeses era vendido para as autoridades e o governo controlava os preços. Desta forma, o Estado espremeu os camponeses na busca pela maior quantidade de excedente possível. Teria sido simplesmente impensável imaginar que a Ujamaa, em sua forma original e não diluída, teria sido bem sucedida como parte de um sistema de Estado. Portanto, seu fracasso era lógico e inevitável.

O socialismo africano tem fracassado em outras partes da África também. Na Etiópia de Mengistu, por exemplo, a tão falada *Workers Party*, no final da década de 1980, tinha fracassado em sua tentativa de colocar as bases para uma transformação socialista da agricultura, a realização de produção alimentícia autossuficiente e melhora nos padrões de vida. Ainda que os defensores do regime normalmente culpem os fracassos “por fortes relacionamentos com países capitalistas... [o que significa que a Etiópia foi] fortemente afetada pela pior crise econômica do mundo capitalista, ”<sup>122</sup> a crise foi provocada amplamente pelo Estado etíope capitalista e burocraticamente centralizado. É também importante apontar que o regime de Mengistu de estilo soviético foi um dos mais terríveis violadores dos direitos humanos já visto na história da África.

Em Moçambique, o plano de dez anos de desenvolvimento econômico adotado, em 1980, pelo partido governante, FRELIMO, se mostrou um

fracasso. Este fracasso foi apontado como culpa da “agressão estrangeira de gangues de bandidos”. Nada foi dito do centralismo excessivo do planejamento e da gestão moçambicanos, nem sobre a estrutura colonial herdada dos portugueses.

Na África ocidental, a “revolução” de Burkina Faso, de 1984, chegou ao fim em 1987, com o assassinato de seu impulsionador Thomas Sankara. Ainda que Sankara reconhecesse que a maioria da população camponesa era a força chave, ele teve uma infeliz atitude extremamente crítica em relação ao movimento sindical e aos partidos de esquerda. <sup>123</sup> Os esforços de Sankara foram direcionados ao *Committees of the Defense of the Revolution* (CDRs). Os CDRs eram organizados em todos os locais de trabalho e em todas as vizinhanças e unidades militares como “defensores” da revolução; isto é – como em Cuba – eles funcionavam como espiões para o governo e como promotores de suas políticas. Os CDRs em Burkina Faso, entretanto, não tiveram tempo para desenvolver a eficiência cubana, que pode ser considerada a espinha dorsal (ou, ao menos, os mais longos tentáculos) do aparato repressivo cubano. Ahmed Azad em sua revisão do livro *Thomas Sankara Speaks* observou que “nenhuma tentativa real parece ter sido feita... para resolver o papel, função, deveres e responsabilidades dos CDRs e os do movimento sindical.”<sup>124</sup>

Em 15 de outubro de 1987, Sankara foi assassinado pelo seu amigo e camarada Blaise Compaore. Ao justificar o golpe, Compaore disse que a revolução burkiana tinha se desviado sob o comando de Sankara; ele comparou seu “processo de retificação” ao da glasnost na União Soviética. Entretanto, de acordo com Jabulani Mkhathshwa a ideia de Compaore sobre a glasnost“ é a distinção de classe que está ocorrendo no povo, a criação de uma pequena burguesia e a importação da Mercedes Benz”<sup>125</sup>. Jabulani culpa Compaore pela implementação de políticas econômicas contrárias aos ideais originais da revolução. Como temos visto, todavia, o processo de traição já estava bem encaminhado sob Sankara.

Nós podemos ver que os tão falados partidos e regimes socialistas na África – os que levaram seus países à independência e os que alcançaram o poder no período pós-independência – não tiveram sucesso em mudar a vida e o destino dos trabalhadores e camponeses pobres. Esses regimes não

alcançaram nada mais que os regimes capitalistas já não tinham alcançado. Se fizeram alguma coisa, eles mantiveram e expandiram o antigo sistema de privilégio de classe. O resultado foi que o antagonismo de classe, instabilidade e crise econômica confrontou o continente. À medida que a crise se agrava e a perspectiva por uma radicalização das massas aumenta, regimes africanos têm sido compelidos a reagir. Alguns se tornaram ditaduras plenas e se tornaram claramente repressivas; outras tentaram uma ou outra forma de ajuste estrutural; e, há ainda outras que experimentaram várias formas eleitoreiras. Todavia, todas são paliativos almejando, temporalmente, diminuir a inquietação dos trabalhadores e camponeses, para os quais o dia-a-dia se tornou sinônimo de miséria.

## **Capitalismo de Estado e Instabilidade**

É o momento de observar como o sistema de capitalismo de Estado na África tem criado estruturas sociopolíticas e econômicas instáveis, assim como tem prospectado seu próprio colapso. Ao analisar a conexão entre capitalismo de Estado e instabilidade na África, nosso primeiro objetivo é demonstrar como as manifestações econômicas do capitalismo de Estado – subdesenvolvimento, dependência e subordinação aos interesses estrangeiros somados à pobreza, ao analfabetismo e às doenças – têm gerado instabilidade política.

A raiz do subdesenvolvimento africano é, claramente, a implementação do capitalismo colonial. Explicando de outra forma, a história econômica recente da África é resultado do seu passado colonial, o aspecto mais significativo foi o deslocamento do modelo de produção africano pré-colonial através de uma expansão do capitalismo mercantilista da Europa para a África. Como temos visto, durante as lutas pela libertação nacional, as relações econômicas fundamentais estabelecidas durante o período colonial não foram, geralmente, vistas como prejudiciais para as nações em desenvolvimento. Nacionalismo na África esteve, primeiramente, limitado à eliminação definitiva da dominação política estrangeira e a concessão de independência política testemunhou a perpetuação do antagonismo de classes e o surgimento de uma classe governante nativa.

Sobre essa instabilidade do sistema político africano atual o professor Claude

Ake explica que há uma grande pressão contra as existentes relações exploratórias de classes e também contra a sobrevivência da elite governante e do Estado. A estas pressões ele atribui: primeiro, a pobreza desesperadora dos trabalhadores africanos; segundo, a gigantesca discrepância econômica entre ricos e pobres; terceiro, crescentes expectativas devido à modernização; quarto, os modelos atraentes oferecidos pelos países desenvolvidos tornados ainda mais impressionantes pela mídia e pela penetração limitada de bens de consumo e de empresas de varejo nos mercados africanos; quinto, a politização do povo africano devido às suas frustrações com as experiências coloniais e pós-coloniais.

Ake observa que o povo africano está, basicamente, demandando duas coisas. A primeira é igualdade, que implica, por efeito, a abolição do capitalismo de Estado e do privilégio de classes. A segunda é “bem estar social... aliviando a agonia do querer extremo.”<sup>126</sup> Ake, entretanto, aponta que nenhuma destas demandas serão ofertadas pelas elites governantes africanas, porque a “própria condição do subdesenvolvimento limita drasticamente a expansão do desenvolvimento econômico”. Assim, os capitalistas não podem reagir de maneira favorável às pressões revolucionárias sem cometer um suicídio de classe, o que, obviamente, eles não farão. De acordo com Ake, isso deixa as elites com a opção de tentar desencorajar tais demandas, enquanto impedem suas manifestações. Isto é o que Ake entende como “despolitização”.

De acordo com Ake, a primeira manifestação da despolitização na África é a pregação de regimes africanos em defesa da ideologia de um Estado de partido único; isto, claramente, tende a tornar os regimes africanos mais repressivos. Na perspectiva de Ake “todo país africano é, por efeito, um Estado de um partido, no sentido de que todo regime na África roga para si a exclusividade no direito de governar e proíbe oposição organizada”. Além disso, “considerando as contradições da sociedade africana contemporânea, a despolitização não pode ser executada sem repressão brutal”.

Ao atentar para os efeitos da despolitização nos regimes africanos, poderia ser argumentado que, uma vez que a despolitização ajuda a manter a existente estrutura de classes, ele promove “estabilidade política”<sup>127</sup>. “Estabilidade política” significa, neste contexto, a persistência da estrutura política, especialmente a relação entre classes dominantes e subordinadas. A

despolitização neste sentido fortalece a estabilidade dos regimes uma vez que leva à homogeneização das classes exploradoras. “Despolitização aumenta homogeneização através da imposição da unidade ideológica por meio da construção de alianças entre facções, da cooptação de oponentes perigosos pela facção hegemônica e pela liquidação completa de outras facções.

Por outro lado, despolitização talvez acentue instabilidade governamental. De fato, Ake afirma que “ao final, a despolitização intraclasse é mais propícia à instabilidade governamental do que à estabilidade”. Ele explica apontando que “isto reforça significativamente o efeito desestabilizador que o estatismo produz por focar a ambição de todas as facções da classe exploradora, primeiramente, na tomada do poder estatal, tornando a luta das facções burguesas por hegemonia muito importante”<sup>128</sup>. Na verdade, supressão na arena política não elimina a crise na sociedade. Mesmo com a despolitização das massas ou com a implementação do sistema de um partido, a instabilidade continua porque as bases objetivas da diferença entre as facções se mantêm na sociedade. Assim, as pressões aumentam, acompanhadas de tensões sociais explosivas entre grupos do sistema. “Quando as principais diferenças nesse sistema político monólito aparecem, invariavelmente há uma crise.”<sup>129</sup> De acordo com Ake, as opções para resolver tais diferenças são extremamente limitadas porque elas surgem da subestrutura. Os governantes são obrigados a recorrer à coerção, mas isto somente degrada o ambiente político instável, criando oportunidades e condições que facilitam intervenção militar.

## **O Fator Militar**

Na visão de Peter Harris, o crescente distanciamento entre a progressiva maioria empobrecida e os poucos privilegiados gera o potencial para crises nos sistemas políticos africanos.<sup>130</sup> Descrevendo o fenômeno de golpes militares como a característica atual do desenvolvimento político africano, Harris relembra que Frantz Fanon havia previsto desde 1950, que as classes médias e profissionais africanas que haviam liderado movimentos nacionais de independência iriam virar as costas para o povo e se alinhar aos interesses estrangeiros.

Sobre conflito de classes na África, Markovitz explica que a razão

fundamental para a facilidade de golpes militares ao redor do continente é que os políticos representavam somente os privilegiados.<sup>131</sup> Ele concorda com Ruth First que devido à ausência de uma base econômica produtiva socialmente enraizada o “poder fica nas mãos de quem controla os meios de coerção. Encontra-se em uma arma, utilizada ou guardada.”

De acordo com Harris, com a corrupção e o lucro da classe governante tendo se tornado latente e a estagnação das economias africanas tendo alcançado o estágio de falência nacional, o descontentamento popular se espalhou. Como resultado, muitos regimes se livraram de suas máscaras populistas. Isto, combinado com o descontentamento popular, abriu a possibilidade de golpes militares. Como Fanon previu, quando o descontentamento dos trabalhadores e camponeses cresce e o regime se vê forçado a recorrer à medidas severas, “são as forças armadas que se tornam o árbitro...”<sup>132</sup> De acordo com Harris, oficiais militares, importante segmento da classe governante local, entram na arena política substituindo os políticos desacreditados, todavia prevenindo mobilização popular. As forças armadas assumem o poder não somente para dar continuidade à dominação da classe privilegiada local, mas também para proteger o interesse neocolonial da antiga metrópole e das corporações multinacionais. Como afirmou Fanon “os profissionais qualificados cujas mãos ambiciosas esfregam as notas de banco de um país atingido pela pobreza serão, cedo ou tarde, palha nas mãos de forças armadas inteligentes manipuladas por *experts* estrangeiros. Por isto, a antiga metrópole pratica governança indireta, através da burguesia que aquela sustenta e das forças armadas nacional...”<sup>133</sup>

Harris e Murray também analisaram como os graves problemas econômicos dos regimes africanos pós-independência têm causado o declínio de partidos nacionalistas populistas e de líderes nacionais carismáticos que lideraram a luta por independência. Harris acredita que os partidos nacionalistas e a regra de partido único estejam se tornando formas obsoletas de proteger os interesses de capitalistas locais e internacionais devido à combinação da estrutura econômica predatória e da crescente consciência da corrupção da elite. Murray atribui a isso as condições econômicas deploráveis na África, crescimento do cinismo político e a permanente busca humana por liberdades nas esferas social, econômica e política. Murray afirma que tal declínio é o resultado direto dos efeitos da estagnação econômica, inflação urbana,

ossificação dos partidos nacionalistas e da rapacidade das elites governantes.<sup>134</sup>

Murray argumenta que em razão da situação política e econômica, muitos governos pós-coloniais têm se mostrado incapazes de lidar com as crescentes contradições em suas sociedades e têm tido dificuldade de legitimar sua autoridade. Como resultado, ambas as pressões internas e externas têm provocado mudanças do governo civil para o militar. De acordo com Murray, a corrupção e a incompetência dos políticos nacionalistas têm aumentado os “custos marginais” da atividade econômica nesses países e estão minando as funções desses regimes como “seguradoras políticas”<sup>135</sup> do capital externo. As forças armadas, por outro lado, tem oferecido “uma alternativa mais eficaz para o capital externo e para a burguesia local sem se beneficiar diretamente dos regimes desacreditados”.<sup>136</sup>

Então, tipicamente, as forças armadas intervêm e chegam ao poder no auge do crescente descontentamento popular, particularmente durante as recessões econômicas e a decadência e corrupção das lideranças políticas. Eles são bem-sucedidos em tirar proveito da indignação moral do povo e justificam a tomada do poder destacando a corrupção e ineficiência dos políticos. Kenneth Grundy afirma que sob a euforia inicial do estado de coisas que clama por intervenção militar, os militares conseguem aumentar as expectativas das massas para além do que podem entregar.<sup>137</sup> Esta estratégia, claramente, cria uma bomba relógio.

A longo prazo, os regimes militares se mostram menos capazes de conquistar apoio popular do que os regimes civis que substituíram. Por causa da bomba relógio da impossibilidade de atender o aumento das expectativas, os militares são forçados a recorrer à medidas repressivas e arriscar um golpe dentro do golpe ou devolver o poder para um novo regime civil. Devido à relutância dos regimes militares em devolver o poder, isto coloca em jogo um ciclo vicioso de golpes dentro de golpes e ajuda a “trazer ao foco a crise política e social da sociedade neocolonial.”<sup>138</sup> De acordo com Harris, esta crise deriva do fato de que “a pequena burguesia local (incluindo seus componentes militares) não tem poder econômico e tampouco o apoio de outro estrato social que estabilize sua posição de dominação e privilégio.” Conseqüentemente, eles são forçados a confiar em medidas repressivas. Isto

“aumenta a consciência crítica das classes subordinadas e a polarização da sociedade africana.”

## **Corrupção Política e Instabilidade Social: Estudo de Caso de Gana e Nigéria**

Por causa do seu papel na criação de instabilidade nos Estados africanos a corrupção política (oficial) está diretamente associada com o, e é quase sinônima de, sistema de Estado. A existência do Estado e a manipulação de estruturas e instituições do Estado pela elite governante para a (má)alocação e (má)distribuição de bens e serviços públicos acarreta práticas corruptas. Levine define a corrupção política como “uso não programado e não autorizado dos recursos e/ou bens políticos públicos para fins privados, isto é, não públicos.”<sup>139</sup> Na África, o golpe de Estado é sempre precedido por instabilidade gerada pela corrupção política.

Em Gana, o governo populista *Convention Peoples Party* (CPP) de Kwame Nkrumah foi mais ou menos um conglomerado de grupos com interesses diferentes, alguns dos quais estavam mais do que outros preocupados com a pilhagem e expropriação da riqueza nacional. Para este fim, é pertinente, como afirmou o professor Card, fazer uma distinção entre a liderança do CPP e os membros do CPP com o objetivo de compreender o que Card classificou de “classe” base do partido.<sup>140</sup> A tendência de ver o CPP durante seus 15 anos de existência como uma entidade indivisível tem borrado essa distinção.

Como Card apontou, muitos membros da liderança do CPP começaram suas carreiras como radicais independentes “com pouco ou nada a perder, no sentido fanoniano.” Entretanto, com o passar dos anos, muitos dos primeiros líderes do CPP ganharam acesso à riqueza e ao poder pelo Estado e “as diferenças em puros interesses pessoais começaram a se refletir em diferenças quanto à questões políticas relacionadas à extensão e ao ritmo do socialismo ganês.” Em 1960, quando o expurgo interno da antiga liderança começou com seriedade alguns dos antigos líderes “radicais” já tinham se tornado homens ricos, cuja prosperidade estava “vinculada ao Estado e ao capital externo.”

A corrupção política do CPP começou na década de 1950, quando o partido

começou a consolidar o controle sobre a população, sobre os centros econômicos e sobre o poder político. O partido organizou seus braços por todo o país, implementou uma variedade de organizações auxiliares e começou a colocar seus membros em posições-chave em diversas agências do governo. Levine cita como exemplo o que aconteceu quando o partido conseguiu garantir controle da *Cocoa Purchasing Company* (CPC), formada em 1952, como uma agência do *Cocoa marketing Board*. Uma investigação, em 1956, da CPC revelou que o CPP usou o controle da CPC sobre empréstimos agrícolas, compra em grandes quantidades e transporte para enriquecer os cofres do partido, coagir agricultores a entrarem no partido e controlar o pequeno comércio que era dependente do cacau. Em 1961, as acusações de corrupção pela liderança do partido estavam muito altas para serem ignoradas, e nem mesmo a “Dawn Broadcast”, de 8 de abril de 1961 – muito celebrada por Nkrumah –, na qual ele denunciou a corrupção oficial e investigação interna, quebrou a cultura de corrupção que havia dominado o partido e a burocracia estatal. Ocran acusa a corrupção de ter sido institucionalizada pelo alto-comando e entre os ministros e seguidores de Nkrumah dentro do CPP.<sup>141</sup> Ele menciona um relatório da comissão de inquérito sobre os assuntos da Companhia de Desenvolvimento Nacional na qual está escrito que foi “ostensivamente estabelecida para financiar o CPP, mas que isso depois se tornou uma casa de subornos pago para o partido e para o Nkrumah pessoalmente. ” Ocran conclui que “os ganeses dentro ou fora do partido estavam se aproveitando para saquear a pequena Gana, sem qualquer obstáculo ou impedimento. ”

O citado acima ocorreu durante o governo “socialista” de Kwame Nkrumah, considerado à época o farol da esperança dos países em processo de descolonização na África. Na Nigéria, logo após a independência em 1º de outubro de 1960, o jovem Estado esteve perto, primeiramente, de ruir e mais tarde de um caos constitucional e de uma guerra civil sangrenta. O resultado foi uma sucessão rápida de regimes civis e militares. No final da década de 1970, sob comando do Gal. Olusegun Obasanjo foi estabelecida uma assembleia constituinte para escrever uma constituição para o país. Em 1979, foi produzida a constituição que foi inaugurada pelo governo civil de Alhaji Shehu Shagari.

Como governos nigerianos civis e militares anteriores, o regime de Shehu

Shagari foi um espetáculo de corrupção. As contas mal explicadas deslizaram pelos legisladores nacionais lubrificadas por suborno. Sob Obosanjo, e depois Shagari, o governo nigeriano perdeu milhões de dólares por fraude; um exemplo sob o governo de Shagari foi a perda por fraude de 20 milhões de dólares nigerianos pela *Federal Housing Corporation*.<sup>142</sup> Outro exemplo foi a venda de 4 mil sacos de arroz para os mandachuva do partido governante por 6 dólares cada saco. Eles, então, revenderam os sacos por 60 ou 90 dólares. Um descontente secretário permanente da câmara alta do parlamento mencionou altos funcionários públicos – passados e atuais – como alguns dos beneficiários. Ele alegou que licenças de importação foram dadas à 121 pessoas para 255,350 toneladas de arroz e que o presidente Shagari pegou 200 mil toneladas para ele.<sup>143</sup>

Um ano depois do gigantesco Edifício da República, em Lagos, pegar fogo, a *Audit Division of The Federal Capital Territory* foi desfeita. O incidente estava conectado à uma fraude de 15 milhões de dólares envolvendo pagamento de vouchers do departamento. Outro exemplo de fraude foi reportado no final de 1982, ocasião na qual cinco oficiais do alto escalão da *Nigerian External Telecommunications Company* foram presos em razão de uma fraude de 53 milhões de dólares nigerianos. Estes incidentes são somente a ponta do iceberg da corrupção que atolou o regime de Shagari pouco antes do golpe militar de 1 de dezembro de 1983.

Corrupção e roubo de fundos públicos por funcionários públicos têm, desde então, se tornado um modo de vida na Nigéria, já que todo regime luta para “bater” o recorde do antecessor. Este modo atingiu seu ápice sob o governo do Gal. Ibrahim Babangida, o qual, junto de seus assessores, desviou bilhões para contas em bancos internacionais. O Gal. Abacha, o sucessor, não é menos corrupto.

Há alguma relação entre as duas variáveis – corrupção política e instabilidade socioeconômica – nos Estados africanos? Joseph Nye, em seu artigo “*Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis*” argumenta que da mesma forma que a corrupção destrói a legitimidade das estruturas políticas, ela contribui para a instabilidade e praticamente leva a desintegração nacional. Em muitos Estado africanos “a corrupção contribui(u) para a aura de desilusão que precede(u) golpes e torna(ou)

impossível, para os regimes, a obtenção de apoio popular (ou da elite) quando as fichas estavam para baixo.”<sup>144</sup>

Nye observa que “uma das mais importantes funções do governo é fornecer bens e serviços para destinatários qualificados sob uma base previsível e regular.”<sup>145</sup> De acordo com ele, há dois problemas na alocação de bens e serviços através de relações politicamente corruptas. Primeiro, eles tendem a ser alocados de forma seletiva, não em relação à necessidade ou utilidade, mas com base em relações pessoais. Segundo, tal alocação tende a ser “não confiável porque os próprios bens estão amarrados à fortunas políticas e posição do distribuidor ou funcionário encarregado.” Indivíduos ou grupos que não integram nenhuma rede de distribuição ficam completamente de fora, ou, na melhor das hipóteses, ficam à margem.

Nesse cenário, é possível perceber que em sistemas políticos capitalistas/estatais corruptos a distribuição de bens e serviços públicos cria desigualdades sociais e exacerba as já existentes. Na África, o abismo entre possuidores e não possuidores tem aumentado desde a independência, com grupos étnicos majoritários ou minoritários se deteriorando. Não é de admirar que ambos os grupos têm se tornado alienados e cínicos. Por exemplo, o “*Dawn Broadcast*” de Nkrumah foi ridicularizado por seus colegas e críticos, além de ter sido recebido com cinismo pelo público porque a corrupção do regime estava na época muito evidente para ser escondida.

O impacto final de tudo isto é uma rejeição de governo e processos políticos pela maioria pobre da África e a intensificação de pressões revolucionárias em todo o continente.

## **Ajustamento Estrutural, Eleitoralismo e Futuro Africano**

A introdução do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional (FMI) em meados de 1980 foi um claro sinal, se ainda era preciso de algum, que os regimes africanos pós-independência não tinham cortado os laços com o imperialismo. Apesar da independência política, Estados africanos ainda estão bastante amarrados ao capitalismo internacional.

O controle externo das políticas econômicas africanas é facilitado pelo endividamento maciço de regimes africanos com governos europeus e americano e instituições financeiras. Como Ablaye Diagne, um professor de economia na Universidade do Senegal, afirmou “o endividamento é um dos mecanismos através do qual países africanos têm se mantido sob jugo da exploração imperialista mais feroz.”<sup>146</sup> Diagne identificou algumas das causas deste endividamento maciço como: 1) a forma na qual países africanos estão integrados na divisão internacional capitalista do trabalho; 2) políticas econômicas seguindo o padrão; 3) em particular, as formas de endividamento e o uso de recursos tomados por empréstimos externos; 4) a corrida armamentista, sob a qual a África tem sido saqueada pelo imperialismo; e, 5) políticas de reescalonamento da dívida.

Em razão da crise econômica que enfrentam, muitos governos africanos não têm tido escolha a não ser tomar empréstimos de instituições financeiras como Banco Mundial e FMI. Um pacote padrão do FMI sempre engloba, dentre outras coisas, as seguintes condicionalidades: 1) desvalorização da moeda; 2) restrição monetária e aperto fiscal; 3) corte no orçamento, com profunda redução de gastos públicos; 4) congelamento de salários; e 5) grande redução ou eliminação de subsídios de preços e importação.

Chinweizu explica que o remédio do FMI usado para terminar com a dor de cabeça de liquidez de um país quase sempre piora o paciente. Isto se dá, principalmente, porque o “acordo” com o FMI é desenhado para ajudar países com bases industriais fortes – países que podem solucionar problemas de liquidez através de um aumento competitivo dos preços dos seus produtos industriais. Mas para países africanos, com base industrial fraca ou inexistente, a solução do FMI só faz aumentar a exportação de matérias primas em um fraco mercado mundial de *commodities* com preços baixos.

Todavia, governos africanos não têm tido alternativa para a falência se não tomar empréstimos com o Banco Mundial e o FMI, e implementar as duras medidas de austeridade que eles demandam. A Etiópia, por exemplo, introduziu medidas de austeridade enquanto Mengistu usava o tesouro nacional com gastos militares; e a Nigéria primeiramente introduziu medidas de austeridade, em 1981, durante o regime corrupto de Shagari e depois de novo, em 1986, já pelo Programa de Ajustamento Estrutural do Banco

Mundial/FMI.

A imposição de medidas de austeridade tem consequências a longo prazo para muitos países africanos. Ao invés de aliviar problemas econômicos, tais políticas de “ajustamentos” os exacerbam. Crescimento de desemprego, inflação, uma elevação no custo de vida e outras piores das condições sociais desmascaram os pressupostos do PAE. Suas consequências sociais por conta própria já são grande incitação para conscientização revolucionária da classe trabalhadora africana; mas com a radicalização em potencial deste setor da sociedade africana há uma propensão ao retorno de governos militares para proteger os privilégios das elites locais e estrangeiras.

Além da propensão à intervenção militar, alguns regimes africanos introduziram convenções constitucionais como meios de sabotar a crescente conscientização radical. Tal convenção foi empregada em Benin, onde o presidente Matthew Kerekou passou o bastão político a Nicéphore Soglo. A Nigéria é o último exemplo na África onde o governo implementou uma convenção constitucional para prevenir uma mudança radical.

Convenções constitucionais sempre geram eleitoralismo como forma de aliviar os problemas nacionais. Todavia o eleitoralismo na África é somente uma tática diversionista para mascarar a transferência de poder de uma classe exploradora para outra. O fato de ditadores em países como o Congo, Etiópia, Angola, Moçambique e Malauí terem implementado o eleitoralismo multipartidário é a evidência de que isto não leva a lugar algum. Como em qualquer lugar, o eleitoralismo na África não faz nada para mudar fundamentalmente o *status quo*; não faz nada para abolir o sistema de privilégios e diferenciação de classes. Parece óbvio que a este ponto o eleitoralismo não permite perspectivas positivas para a África. Não há nada a escrever sobre a taxa de sucesso de vários movimentos políticos “democratizantes” na África como direitos humanos e Estado de direito.

A implementação de PAEs e convenções constitucionais têm coincidido com o colapso do marxismo-leninismo ao redor do mundo. A África tem testemunhado o colapso de ditaduras comunistas na Etiópia, Benin e Somália; e regimes socialistas do Zimbábue, Moçambique e Angola estão cambaleando e têm respirado através da abertura de suas economias aos investimentos e comércio estrangeiro, e ao permitir o “livre mercado”. O

ponto é, entretanto, que o colapso do tão falado socialismo africano não implica triunfo do capitalismo, porque o capitalismo africano está inserido em uma profunda crise. O ponto é uma justificativa da crítica anarquista ao capitalismo privado corporativo e ao capitalismo de Estado mascarado de socialismo.

A atual crise na África oferece ao anarquismo uma oportunidade histórica para fincar raízes no continente africano. Na realidade, a África pós-colonial tem estado em um fluxo ideológico, mas tal fluxo tem aumentado com o colapso do marxismo. A maioria dos Estados africanos pós-coloniais tem uma tradicional tendência ao capitalismo porque este lhe foi forçado como condição de conquistar independência política. Em função do fracasso do capitalismo, outros Estados africanos optaram pelo “socialismo” de Estado, o qual também fracassou. Isto leva a África à uma alternativa de desenvolvimento que confrontará a atual crise de fome, pobreza e doenças garantindo que capacidade produtiva africana não fique sob controle das classes capitalistas ou governantes.

Atualmente, as forças armadas na África não têm pretensão de oferecer uma alternativa para o capitalismo ou para o “socialismo” de Estado. Se alguma coisa, a maioria dos militares está consciente de que eles são parte da crise que o continente enfrenta. Já se foram os dias em que os estudiosos eurocêntricos pintavam as forças armadas africanas como alternativa para modernização e desenvolvimento. Atualmente, os regimes militares africanos sabem que a magnitude da crise que o continente enfrenta está além de suas capacidades supervalorizadas. Está, finalmente, sendo amplamente reconhecido que intervenção militar nos Estados africanos é fundamentalmente reacionária, uma aberração temporária que serviu para reverter os ganhos dos pobres em suas lutas contra as elites governantes. Isto funciona da seguinte maneira:

Ao chegar ao poder, os militares impõem leis marciais em uma tentativa de assegurar a parte estatal desintegrante. Com a continuação ininterrupta da crise apesar de repressão militar e ditadura, o regime militar é forçado a anunciar data para as eleições e o retorno da elite civil governante. Na realidade, isto é um círculo vicioso: eleições levam a um governo civil corrupto, seguido de intervenção militar, que por sua vez é seguido de eleições que levam a um governo civil corrupto e assim por diante.

Para resumir, os regimes africanos militar e civil representam mera fase

transicional na marcha rumo a uma sociedade que atenderá completamente as aspirações humanas por liberdade, igualdade e padrão de vida humano. Em toda a África, a enorme tragédia, sociopolítica e econômica, que tem sido continental desde o primeiro contato com o capitalismo e o sistema de Estados continua a se aprofundar. É contra este cenário que demandamos uma nova ordem social inevitável, a qual gerará uma reorganização da vida social assentada no comunismo libertário, abolição do Estado e partidos políticos, o desaparecimento do monopólio de propriedade e a eliminação de todas as formas de dominação. Isto será alcançado através da implementação de comunas econômicas e órgãos administrativos gerenciados pelos próprios trabalhadores e camponeses africanos em seus locais de trabalho, formando um sistema de conselhos voluntários livres que não serão subjugados ao controle autoritário ou a qualquer governo ou partido político.

## **A Questão de Direitos Humanos**

Os registros de direitos humanos dos países africanos – seja militar (Nigéria), “socialista” (Zimbábue e Líbia) ou democrático burguês (Quênia e Gana) – nunca foram piores que os atuais. Isto a despeito da corrente burguesa democrática atual que varre o continente. Geralmente, a eleição de fachada é a única característica da transição de uma ditadura autoritária ou de Estado de partido único para uma “democracia” multipartidária. Mesmo a menor agenda de direitos humanos se perde na confusão.

Na Nigéria, por exemplo, o número de prisioneiros políticos detidos sem julgamento nos últimos cinco anos cresceu para mais de 1000. Diversos detentos diariamente perdem suas vidas nas cadeias e masmorras policiais ao redor do país, muitas vezes sem qualquer registro de suas detenções<sup>147</sup> ou mortes. O governo nigeriano regularmente fecha ou proíbe jornais e outras publicações que considera críticas. Nada, porém, ilustra melhor o estado hobbesiano da Nigéria do que a facilidade misteriosa com a qual as autoridades militares promulgam decretos que substituem os tribunais regulares, em especial o notório *Decree No.2* que removeu a jurisdição dos tribunais sobre a prisão indefinida de pessoas.

Aqueles que sofrem confinamento prolongado desde 1991 são líderes de trabalhadores, ativistas políticos, estudantes e políticos. Isto inclui quatro

membros da *Awareness League* detidos em 1992 e não liberados até março de 1993. Os governantes militares da Nigéria têm, desde então, proscrito todos os sindicatos de trabalhadores, dissolvido suas lideranças e congelado seus ativos. A repressão massiva na Nigéria é somente igualada pelo clima de insegurança que toma conta do país por conta das atividades criminosas de bandidos armados, desempregados desesperados e *gangsters*.

Na Líbia, da mesma forma, centenas de presos políticos, incluindo prisioneiros de consciência, são mantidos em centros de detenções por razões e/ou sob condições contrárias às normas internacionais de direitos humanos. Um relatório compilado pela Anistia Internacional (MDE 19/02/1992) aponta 554 presos políticos na Líbia, em 1992, um aumento de 127 em relação ao ano anterior. Alguns destes prisioneiros têm estado detidos desde 1974.

Como a Nigéria, a Líbia assinou protocolos de direitos humanos relevantes incluindo a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Isto proíbe tortura e outros tratamentos desumanos, degradantes e cruéis. Infelizmente, tais acordos têm feito pouco ou nada para interromper os abusos de direitos humanos perpetrados por esses Estados “socialistas” árabes. Zimbábue é outro Estado “socialista” com um pobre registro de direitos humanos. Sob o governo de 17 anos de Robert Mugabe, o Estado patrocinou perseguição e intimidação de oponentes políticos e o arrocho aos sindicatos se tornou rotina. E na Argélia, a população é mantida refém em um virtual estado de terror entre um governo militar autoritário e uma oposição fundamentalista islâmica assassina.

A situação, na África, das emergentes “democracias” como Quênia, Gana e Costa do Marfim não é tão diferente. Nesses países a violação de direitos humanos é sistêmica, permitindo assim que as autoridades invoquem dispositivos constitucionais e legais. No Quênia, Arap Moi está engajado em uma campanha de limpeza étnica contra algumas nacionalidades como o Kikuyu e Luo. E no nominalmente Egito democrático, a polícia está conduzindo uma “guerra suja” contra uma oposição islâmica fanática e violenta.

O que emerge é uma onipresença do controle do autoritarismo estatal – nas novas democracias, nos ainda Estados socialistas e, claro, nos países de governo militar. É extremamente improvável que tal situação mude de forma

significativa enquanto regimes capitalistas privado/corporativo (civis ou militares) e regimes de Estados capitalistas (“socialistas”) se mantiverem no poder. A abolição destes regimes e a reorganização social assentada em elementos anarquistas das sociedades africanas tradicionais é a única solução.

## **Capítulo 6: Obstáculos para o Desenvolvimento do Anarquismo na África**

A teoria anarquista, para colocar de forma leve, tem sido entendida na África como uma ideologia à margem, de esquerda; uma indicação disto é que o anarquismo não recebe mais do que uma passada de olho durante um programa de curso universitário africano. Isto é paradoxal porque em nenhum outro continente há tendências anarquistas tão fortes quanto na África, e porque em tempos modernos a propensão de converter a ação de massa em luta de classes continua viva na África. Nós agora devemos considerar alguns dos fatores que têm trabalhado contra o desenvolvimento do anarquismo na África.

### **Educação Colonial**

Uma das realidades desagradáveis que encontramos enquanto escrevíamos este livro foi o quão pouco os africanos contemporâneos sabem sobre anarquismo, incluindo os cientistas políticos ou sociais africanos (os quais provavelmente devem ter tido um ou dois cursos de ideologias políticas comparadas). Em termos de literatura, nada é encontrado nas prateleiras de universidades ou livrarias. Isto não é surpresa, entretanto: Ron Taber observou, em sua crítica ao marxismo, que por mais de 70 anos o anarquismo foi ocultado pelo marxismo. Em nenhum lugar esta subordinação do anarquismo ao “socialismo” marxista tem sido maior que na África.

Muito da escassez literária anarquista na África é resultado do sistema educacional colonial e da concomitante hegemonia da literatura imperialista ocidental na África. A educação colonial na África não buscou educar uma ampla gama de estudantes; ao contrário, os educadores europeus selecionaram o que consideravam o mais importante para uma educação avançada. Um resultado disto é que somente uma pequena parcela da população africana foi (e é) alfabetizada. O corolário disto foi o surgimento de uma elite acadêmica que se considera superior em relação ao resto das pessoas. Uma vez que suas premissas filosóficas e ideológicas vêm das sociedades de classe europeia, e não de sociedades africanas comunais e relativamente sem grupos privilegiados, a educação colonial dividia em vez

de unir.

A educação africana tradicional, ao contrário, enfatiza a interdependência dos indivíduos de uma comunidade e não a competição entre eles. Isto incutia uma consciência social de grupo e promovia um espírito igualitário; o que naturalmente acarreta em esforços comuns e compartilhamento dos produtos produzidos. Por outro lado, a educação colonial enfatizou o individualismo e fez da existência social algo competitivo. O espírito comuna foi suplantado por conceitos de “eu” isolado e ambicioso, materialismo e desejo desenfreado por dominação. Consequentemente, a África tem se tornado um continente de grupos atomísticos, antagônicos e competitivos extremamente comprometidos com lealdades tribais e dominados por visões etnocêntricas.

Em resumo, a educação colonial tem levado a um alto número de analfabetos, até mesmo entre os educados. Nem os estudiosos eurocêntricos e tampouco os afrocêntricos têm estudado o anarquismo em relação à África. E isto tem garantido que o anarquismo, como um corpo sistemático de pensamento, se mantenha como uma matéria esotérica, quando não desconhecida, para muitos africanos.

## **O Sistema Legal**

O sistema legal africano é uma ressaca do passado colonial. Por exemplo, como em outras antigas colônias britânicas, o sistema legal da Nigéria é simplesmente uma imitação da *common law* e equidade britânicas. Ele entende as leis e costumes nativos como coisa de bárbaro já que não refletem os padrões europeus e seus sistemas de valores.

As leis coloniais foram formuladas, essencialmente, para manter a “lei e a ordem”, e isto se mantém como o objetivo cardinal das leis africanas pós-coloniais. Isto contrasta fortemente com o sistema africano pré-colonial de direitos e liberdades. Sociedades africanas tradicionais tinham um grande senso de humanidade e respeito pela dignidade humana. Os africanos pré-coloniais desfrutavam de muitos direitos que nos dias atuais seriam considerados sob a rubrica de direitos civis e políticos como liberdade de associação, direito de ir e vir e liberdade de expressão. Direitos econômicos e sociais básicos como o direito de uso de um pedaço de terra, direito ao

trabalho e direito à educação também eram comuns nas sociedades africanas tradicionais. E tais direitos eram reconhecidos e protegidos. A “adjudicação”, se pode ser chamada desta forma, consistia tipicamente de uma “audiência” justa das partes opositoras diante de toda a vila ou conselho dela; a decisão tomada era, geralmente, respeitada e considerada a final. O sistema legal africano pós-colonial, porém, concebe lei como um corpo de regras para a preservação do Estado e a perpetuação da ordem e da estabilidade. Em muitos lugares, qualquer defesa em prol da derrubada do Estado é considerada traição e é punida com a morte.

Em uma tentativa de humanizar o sistema legal africano, em junho de 1981, a 18ª assembleia dos chefes de Estado e governo da Organização da União Africana (OUA) adotou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. (Sua consciência coletiva foi estimulada por Idi Amin de Uganda, Jean Bedel Bokassa da República Centro Africana e Marcias Nguema da Guiné Equatorial.) Esta carta buscou empurrar o sistema legal africano para longe de suas pesadas influências coloniais; ela foi de alguma forma influenciada pela tradição africana com ênfase (relativa às tradições ocidentais) no indivíduo como parte de um grupo e a correlação de direitos e deveres. Entretanto, a Carta está muito aquém de formular novas leis que poderiam garantir os direitos, liberdade e bem-estar econômico da maioria da população.

Por exemplo, o artigo 13(1) da Carta garante o direito de participar do governo da seguinte forma: “todo cidadão deve ter o direito de participar livremente dos assuntos de governo de seu país, seja diretamente ou pela livre escolha de representantes em conformidade com as regras prescritas na lei.” Ao analisar esta cláusula, podemos perceber que a parte final “*em conformidade com as regras prescritas na lei*” tira do artigo qualquer conteúdo significativo de direitos humanos. Igualmente o “*direito de participar livremente*” é vago e sem significado, e não tem nenhuma consequência. A interpretação objetiva da cláusula é que alguém é “livre” somente no que se refere a aplicação das leis nacionais. Kotey argumentou que considerando a experiência africana de Estado de partido único, ditaduras militares e autocracias “revolucionárias”, oferecer ao povo africano o direito de participar dos assuntos de governo de seu país dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei nacional é o mesmo que oferecer nada.

Em resumo, o sistema legal africano continua um impedimento para o desenvolvimento do anarquismo na África. O corpo de leis existente é inspirado no capitalismo e é desenhado para manter o *status quo* e o sistema de Estados. Na maioria das partes da África, ditaduras militares e autocracias civis têm introduzido decretos e estatutos que proíbem os trabalhadores de organizarem sindicatos por conta própria. Em alguns países, de fato, greves e outras formas de ação dos trabalhadores são absolutamente proibidas. Como não vê nada de errado com o sistema de Estados na África, a Carta Africana não pode solucionar as questões de antagonismo e opressão de classe no continente africano.

E ao mesmo tempo, enquanto africanos continuarem apoiando o sistema legal de inspiração colonial/ocidental – e, importante apontar, aceitarem suas filosofias e racionalidades subjacentes – o sistema legal africano continuará um importante obstáculo para a liberdade humana e para o desenvolvimento do anarquismo na África.

## **A Classe Militar e o *Status Quo***

Com o descontentamento continuando a aumentar e a possibilidade de ação revolucionária crescendo, os militares africanos continuam a agir para manter o *status quo*. Roger Murray explica a intervenção militar como uma tentativa de prevenir a radicalização do povo e situações revolucionárias. Subjacente a isto reside o fato de que as forças armadas são componentes centrais da classe governante nacional em todos os países da África e por isto ambos se beneficiam da continuidade governamental e de alianças com investidores externos, e, em muitos casos, recebendo propina.

Os militares entendem sua função como proteger o Estado de ameaças tanto internas quanto externas. Isto se torna óbvio se examinarmos os golpes militares. O professor Nnoli observa que no golpe de janeiro de 1966, na Nigéria, os golpistas não tinham nenhuma intenção, fosse explícita ou implícita, de atender aos interesses dos pobres. “Seu interesse era a reformulação do sistema, em outras palavras, alcançar os interesses das classes privilegiadas sem impor tensões indesejadas no sistema.” Todavia, alguns comentaristas têm apelidado este golpe militar de “revolucionário”. Para dissipar tal ilusão, tudo o que alguém precisa fazer é olhar para os

resultados concretos dos golpes militares africanos no campo econômico, social e de direitos humanos. Os resultados são, invariavelmente, enriquecimento dos militares, contínuo empobrecimento da maioria e abusos terríveis dos direitos humanos.

Para resumir: como a radicalização da consciência da massa cresce, os militares intervêm sob o pretexto de tentar impedir que a sociedade viva em um estado de “anarquia” – uma palavra-chave usada erroneamente de forma deliberada para apontar caos e desordem. O que os militares têm sucesso em fazer é reverter temporariamente os ganhos dos trabalhadores e camponeses em suas tentativas de melhorar suas próprias vidas.

## **Etnia x Consciência de Classe**

A questão nacional na política africana deriva da história colonial africana e do neocolonialismo atual. O processo de colonização na África, no qual grupos étnicos foram arbitrariamente reagrupados em corpos políticos artificiais, resultou em crescentes tensões étnicas e discriminação social e econômica. Onigu Otite observou que o acesso desigual a recursos políticos e econômicos entre vários grupos étnicos inevitavelmente transforma divisões étnicas em antagonismos. A competição capitalista pelo controle do maquinário governamental define grupos e faz sentimentos étnicos serem contrários uns dos outros. Assim, as questões são distorcidas e simplificadas como étnicas – em vez de questões de classe. O Dr. Inyang Eteng, em um artigo apresentado no *Nigerian Anthropological and Sociological Association*, expôs o sucesso da classe governante nigeriana em utilizar o etnicismo e a religiosidade para esconder “a base de classe dos problemas básicos do país.” De acordo com Eteng “a consequência perniciosa da [consciência] étnica é o encorajamento ao ódio comunal, corrupção, violência, manipulação religiosa e conflito interétnico, e impedir o crescimento de uma consciência de classe em favor de uma consciência étnica/estatal.”

Tudo isto torna difícil para o anarquismo fincar raiz na África, porque os padrões encontram facilidade para atomizar (desfigurar) a classe trabalhadora fortalecendo o etnicismo. O movimento dos trabalhadores, por exemplo, se tornou polarizado devido às linhas étnicas e as questões são analisadas por

um prisma étnico. Na Nigéria, quando o *National Union of Petroleum and Natural Gas Workers* (NUPENG) propôs, em 1994, uma greve geral para pedir o fim da ditadura militar, as lideranças da NUPENG dos setores do norte do país resistiram à greve. Suas justificativas? Eles sentiam uma identificação étnica com o ditador militar, que era nortista.

## **Fatores Religiosos e Culturais**

Religião é uma característica marcante na vida africana. Muito antes do primeiro contato com os europeus, os africanos haviam desenvolvido sistemas de crenças religiosas e práticas ritualísticas. O padrão de crença religiosa era em grande medida baseado na cultura, e se expressava através de mitos em torno de questões sobre a vida e a morte. Como vimos no capítulo 3, algumas crenças e rituais solidificaram a natureza comunal das sociedades africanas tradicionais. Mas, como todas as religiões, as africanas tradicionais tinham aspectos conservadores/reacionários. O lugar preeminente que concedeu o ser supremo ou deus nos assuntos dos homens requeria que todos os membros da sociedade agissem e pensassem de uma determinada maneira; a manutenção de crenças compreendidas como contrárias aos principais costumes e valores sociais levaram a consequências terríveis.

Apesar da compatibilidade entre anarquismo e modo de vida tradicional africano, a cultura africana continua desgostosa quanto a qualquer conjunto de ideias que contrarie crenças religiosas ou que promova valores que estejam de fora do corpo principal tradicional, especialmente se aquelas propuserem a derrubada do sistema existente. Isto não é surpreendente, no entanto, devido à forte afinidade entre poderes espirituais e temporais.

A religião continuará sendo um fator inibidor apesar de outros fatores como exploração capitalista, desigualdade econômica e social, e tirania governamental – tudo que inspira desespero, o qual a religião, especialmente as religiões ocidentais importadas, alimenta. Se a guerra é a saúde do Estado, o desespero é a saúde da religião. Até que trabalhadores e camponeses africanos encontrem sistemas de crenças que forneça a eles real esperança de felicidade no aqui e agora, eles continuarão a se agarrar à falsa esperança religiosa de felicidade na vida após a morte.

## Solidariedade Internacional

Como mencionado anteriormente, o anarquismo como um corpo sistemático de pensamento só agora começa a conquistar aderentes na África. Há muito ainda a ser feito. A necessidade de fazer as pessoas se conscientizarem das bases teóricas do anarquismo e entenderem que o anarquismo é, ao menos, tão relevante quanto outras ideologias é de máxima importância. Na África hoje, como em muitos outros lugares, a palavra anarquismo é sinônimo de violência e caos. Mas a imagem do anarquismo mudará se uma literatura suficiente sobre o tema se tornar acessível. Para este fim, grupos anarquistas na África precisam produzir folhetos, panfletos e jornais. Há também necessidade de alternativas para a mídia eletrônica estatal, que em conjunto com jornais estatais e corporativos são quase sempre a única fonte de informação para os trabalhadores.

A África continua sendo um continente no qual nenhum modelo ideológico pode ser considerado bem-sucedido. Diferentemente da América e da Europa, onde capitalismo e “comunismo” têm sido institucionalizados e praticados com sucesso qualificado e limitado, a África apresenta uma oportunidade histórica para qualquer ideologia capaz de tirar as pessoas da miséria do dia a dia. Os grupos anarquistas existentes no continente devem ter e terão papel histórico importante nisto.

A África também precisa de apoio internacional para seus grupos anarquistas, que somente começaram a desafiar o sistema capitalista/de Estado. Sem apoio internacional, esses grupos, os quais são vistos pelos governos somente como baderneiros, terão pouca chance contra o terrorismo organizado de Estado. Devido à aliança entre Estado e capital internacional, as classes governantes locais são obrigadas a receber apoio de seus colaboradores internacionais para esmagar qualquer ameaça ao *status quo*.

Em último caso, as classes governantes locais pediram o envio de tropas estrangeiras como tentativa de manter seus privilégios, como ocorreu na província de Shaba, no Congo, na década de 1960? Claro que irão. Claramente, a luta contra o capital internacional e contra o sistema de Estado, se ela tem alguma esperança de sucesso, deve ser internacional.

# Capítulo 7: Futuro Anarquista na África

## Anarquismo no Contexto Mundial

As perspectivas para o anarquismo no continente africano estão, em última instância, conectadas ao futuro do anarquismo em todo o mundo. Devido à sua perspectiva e plataforma internacionalista, o futuro do anarquismo deve ser abordado dentro de um contexto global; qualquer tentativa de localizá-lo produzirá necessariamente um resultado distorcido. Os obstáculos para o anarquismo são, ao final, globais; apenas suas especificações são determinadas por circunstâncias locais como no caso da África.

As crises do capitalismo e, mais tarde, do “socialismo” marxista em todo o mundo têm, historicamente falando, assegurado o futuro do anarquismo. A crítica devastadora de Marx sobre o capitalismo como modo de produção continua válida globalmente assim como era na época em que Marx a concebeu. Mas a lógica admirável e a abordagem sistemática do marxismo têm, em última análise, sido desfeita pelas contradições internas marxistas.

O apego aberto do marxismo ao sistema de Estado e suas estruturas, como as convulsões na União Soviética, Europa oriental, África e Ásia têm demonstrado claramente, é um defeito fundamental. Isto tem feito dos objetivos declarados do marxismo (liberdade, socialismo e sociedade sem classes) algo estúpido. O fato de ainda haver poucos Estados autoritários espalhados – China, Coreia do Norte e Cuba – não dificulta esta conclusão. Dois resultados nesses países se mostram parecidos: o colapso do sistema e da ideologia de socialismo de Estado, como ocorreu na Europa oriental e como os Estados perdem a capacidade de se sustentarem (Cuba e Coreia do Norte); e a transformação do socialismo de Estado para o capitalismo de Estado – de fato, com semelhanças notáveis ao estilo italiano fascista (China).

De toda forma, socialismo de Estado, como capitalismo, está condenado. Através da história, a tendência geral do desenvolvimento da sociedade humana tem sido em torno de uma igualdade social e maior liberdade individual. O ritmo é agonizante de tão devagar e tem havido inúmeros reveses, mas a tendência geral é inegável. A mudança tem sido uma constante

nesse desenvolvimento e, com certeza, será uma constante no futuro. Tendo em vista as crises endêmicas e irracionais do capitalismo e do socialismo de Estado, o próximo passo da humanidade quase inevitavelmente deve ser em torno de uma liberdade individual maior e de uma igualdade social maior – isto é, em torno do anarquismo e, especialmente, em torno das expressões sociais anarquistas: anarcossindicalismo e anarco-comunismo.

O “comunismo” marxista é um experimento fracassado. Ele simplesmente não entregou os bens (liberdade, bem-estar social e igualdade social); e tendo em vista sua história no século XX, parece óbvio que ele não pode entregar estes bens.

Tampouco pode o capitalismo, incluindo a variedade de *laissez-faire* com a qual os “libertários” americanos estão tão enamorados. Mera eliminação do Estado enquanto é mantida a economia capitalista não eliminaria a hierarquia, a dominação e a estrutura de classe. Isto não pode e não poderia levar a uma verdadeira liberdade positiva. O melhor que isto poderia produzir seria alguma liberdade crescente da interferência externa.

Quase um século atrás, Emma Goldman definiu liberdade positiva como “liberdade para fazer”. Enquanto existirem disparidades gigantescas de riqueza e receita, parece óbvio que esta liberdade positiva existirá realmente para um pequeno número de indivíduos – e a igualdade social se manterá uma ilusão. Claro que liberdade positiva é uma liberdade relativa e não absoluta; o melhor que podemos fazer é lutar por uma liberdade positiva igual. E nós não podemos alcançar isto sob nenhuma forma de capitalismo.

Então, o “socialismo” marxista prometeu (mas fracassou na entrega) liberdade positiva igual, enquanto suprimiria liberdades “negativas” (liberdade para coibir/coerção); e o capitalismo tem entregado somente liberdades negativas severamente restringidas. E isto não contempla a liberdade positiva igual.

A humanidade pode fazer melhor.

## **A Condição Africana**

A África hoje está prostrada, sangrando e sendo sufocada por todos os lados,

uma vítima do capitalismo, e em grande medida, pelas ambições do socialismo de Estado. A miséria que devasta seus povos, as condições de pobreza abjeta, sordidez e doenças em que vivem existem junto com luxo irresponsável, rapacidade e corrupção de seus líderes. A miséria da esmagadora maioria é o resultado da opulência de poucos, os quais estrangulam os recursos e produção social em conjunto com o poder do capital internacional, que lhes confere poder virtual sobre a vida e a morte da maioria.<sup>148</sup>

A classe burguesa local agindo como intermediária e agente comissionada de corporações multinacionais, concedendo contratos e licenças, apropriada para ela mesma, com ajuda do Estado, o excedente social africano. Enquanto a classe burguesa local é muito privilegiada quando comparada com o resto da população, ainda ocupa uma posição de subserviência na relação com o capital estrangeiro; isto, claro, é o resultado da retenção da estrutura econômica colonial no período pós-colonial.<sup>149</sup>

O acima exposto é acompanhado por coerção e repressão massiva de todas as formas de protesto da maioria pobre. Os salários na África são piores que qualquer lugar; eles são tão baixos que mal garantem subsistência. E os salários escravos pagos estão perpetuamente “em atraso”, meses de atraso.

A situação no autoproclamado “socialismo” de Estado não é melhor. O partido socialista governante e o Estado são, para qualquer propósito, fundidos em um só. O efeito líquido é que o processo de acumulação primitiva (para o benefício de uma minoria) se realiza em uma velocidade ainda maior que nos países capitalistas desenvolvidos – e porque nos países “socialistas” africanos o Estado é o único proprietário dos meios de produção, a luta pelo poder na África é feroz, muitas vezes impiedosa. Isso explica a facilidade e regularidade com as quais os políticos africanos, uma vez no poder, se transformam da noite para o dia em governantes e presidentes para a vida, impermeáveis quanto a deterioração socioeconômica dos seus países.

Em um nível global, o relacionamento entre África e o resto do mundo é caracterizado por troca desigual e marginalização. O processo funciona assim: a África é responsável pela produção de matérias-primas e produtos

primários de baixo valor, enquanto ela paga por produtos finais a um valor exorbitante. Por causa desta troca desigual, as nações africanas são nações endividadas que precisam recorrer a empréstimos externos. O resultado é uma dívida total das nações subsaarianas de 300 bilhões de dólares. Isto, claro, cobra um preço das economias nacionais. Uma média de 40% de todos os ganhos cambiais pagam, anualmente, encargos da dívida, deixando pouco ou nada para o desenvolvimento.

A década de 1980 testemunhou o colapso das economias em todo o continente. Em resposta a isto, os países desenvolvidos, atuando sob a égide do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, formularam uma *Política de Ajustamento Estrutural* (PAE) de terra arrasada e empurraram pela goela abaixo dos africanos (ver capítulo 5). No momento da produção deste livro, 35 países africanos foram forçados a adotar tal programa. Isto implica em desvalorização drástica das moedas nacionais, incluindo a privatização de indústrias do Estado e de corporações.

Na década de 1990, a situação foi de mal a pior. Taxas de crescimento negativo são a ordem do dia, assim como desemprego, inflação de dígito triplo, queda da capacidade de produção industrial e aumento da criminalidade. E aqueles que carregam este fardo são os pobres, os trabalhadores e os camponeses. Muitos economistas, incluindo economistas capitalistas, concordam que os débitos africanos são impagáveis.<sup>150</sup>

Contra esse pano de fundo, partes da África irromperam em orgias de violência, efetivamente soletrando o começo do colapso do moderno sistema de Estado-nação no continente; e o surgimento de uma nova e revoltada geração neste momento de caos é um importante fator para determinar como e em qual direção a crise atual será solucionada.

Entretanto, não importa o quanto queiramos explicar os eventos na Libéria, Somália, Ruanda, Serra Leoa, Etiópia, Moçambique, Angola, Sudão, Argélia e não menos importante Nigéria e Zaire, a verdade é que eles têm suas raízes no sistema de Estado capitalista e nas relações econômicas e sociais que este gera. O sistema moderno de Estado-nação, como o sistema de Estado imperial antes dele, tem fracassado na África, assim como tem fracassado no resto do mundo.

## Anarquismo e a Questão Nacional na África

Talvez a pergunta mais importante sobre a quebra do moderno Estado-nação é a “questão nacional”, também chamada de direito de “autodeterminação”.<sup>151</sup> O debate gira em torno do direito de diferentes grupos étnicos quanto ao desenvolvimento sociocultural autônomo dentro dos Estados.

A questão nacional é de particular relevância para a África tendo em vista a heterogeneidade interna dos Estados. Muitos conflitos civis no continente têm sido de responsabilidade, direta ou indireta, da falta de homogeneidade populacional. O problema é acentuado pelas soluções proferidas pelo capitalismo e pelo socialismo de Estado: o primeiro oferece liberdades individuais e de grupos sem igualdade; o segundo oferece igualdade sem liberdade.

Comum em ambos os sistemas, no entanto, é o apelo estridente ao patriotismo, um conceito que Bakunin rejeitou com desdém por ser entendido como interesse unido da classe privilegiada.<sup>152</sup> Escondido atrás de apelos patrióticos, o Estado na África impõe injustiça e miséria a seus sujeitos, assim como em qualquer outro lugar. E patriotismo produz uma consciência falsa – na qual indivíduos agem diretamente contra seus próprios interesses – que permite que indivíduos perdoem, na verdade deem apoio, a injustiça e a miséria causadas pelo sistema de Estado. O Estado, nas palavras de Bakunin, “recicla, mutila e mata a humanidade em seus indivíduos, assim... estes nunca vão sair do nível de cidadãos para o nível de homens.”<sup>153</sup>

A democracia capitalista e o socialismo de Estado alcançaram o mais alto degrau de intensificação da opressão racial e nacional. O apoio marxista ao princípio de autodeterminação nacional é tão ilusório quanto é o apoio do capitalismo a liberdade individual.

G.P. Maximoff esclarece:

Direitos nacionais não são um princípio neles mesmos, mas um resultado do princípio de liberdade. Nenhuma nação ou nacionalidade, como uma associação natural de indivíduos baseada em uma língua comum, pode encontrar condições adequadas para o seu desenvolvimento normal dentro dos limites de um ambiente capitalista e uma organização estatal. Nações fortes conquistam as fracas e

se esforçam para desintegrar as últimas como meio de assimilação artificial. Por esta razão, a dominação nacional é uma companhia constante do Estado e do capitalismo.<sup>154</sup>

A questão nacional na África, então, é somente um componente do problema principal – a saber, a realização de liberdade e igualdade verdadeiras. A “questão nacional” é por isso periférica aos reais interesses das classes trabalhadoras e camponesas africanas. Enquanto o capitalismo e o sistema de Estado existir, “autodeterminação” das nacionalidades determina pouco. Maximoff apontou que sem uma mudança fundamental “O direito de uma nação à autodeterminação” e a uma existência soberana independente não é nada a não ser o direito da burguesia nacional de exploração ilimitada do proletariado.”<sup>155</sup>

Tendo dito isso, o anarquismo não se coloca em oposição ao direito de nacionalidades ou grupos étnicos da África ou de qualquer outro lugar. Mas o anarquismo se coloca acima da ambição mesquinha e limitadora associada com a busca por autodeterminação nacional. Os anarquistas enxergam liberdade, igualdade e justiça como objetivos maiores que interesses nacionais, e a luta por estes objetivos maiores deve ser internacional. O ponto, claro, é que qualquer Estado – não importa o quão nacionalista seja – é um inimigo desses objetivos. Maximoff explica:

Nações que alcançam seu direito à autodeterminação e que se tornam Estados, por sua vez começam a negar os direitos nacionais para suas minorias subordinadas, para perseguir suas línguas, seus desejos e seus direitos de serem elas mesmas. Neste sentido, “autodeterminação” não somente não traz à nação a questão da liberdade interna com a qual o proletariado está mais interessado, como também fracassa em solucionar o problema nacional. Ao contrário, ele se torna uma ameaça para o mundo, uma vez que Estados devem sempre buscar expansão às custas de seus vizinhos fracos.<sup>156</sup>

Por esta razão o anarquismo repudia qualquer tentativa de solucionar a questão nacional que esteja dentro do sistema de Estado. Maximoff argumenta:

Uma real e total solução será possível somente em condições de Anarquia, por um comunismo emanado pela liberdade individual e alcançado pela livre associação de indivíduos em comunas, de comunas em regiões, de regiões em nações – associações assentadas na liberdade e na igualdade e criando uma unidade natural na pluralidade.<sup>157</sup>

Os anarquistas demandam a libertação de todas as colônias existentes e apoiam a luta por independência nacional na África e ao redor do mundo

desde que expressem a vontade do povo daquela nação. Entretanto, os anarquistas também insistem que a utilidade da “autodeterminação” será bem limitada se o sistema de Estado e o capitalismo – incluindo o capitalismo de Estado marxista – forem mantidos.

A implicação disto para a África é óbvia. Uma solução viável para os inúmeros problemas advindos da questão nacional na África, como os conflitos civis mutuamente destrutivos, é possível somente se vier de fora do sistema de Estado. Isto requer a destruição do sistema de Estado, combinada com ações solidárias e revolucionárias internacionais. A eliminação do sistema de Estado é um objetivo de longo prazo que será difícil de alcançar, mas é definitivamente melhor do que a abordagem mecânica atual, expressada na criação de uma multiplicidade de inviáveis Estados-nação ao redor do continente.

## **Anarquismo – O Caminho para a África Seguir**

A relevância do anarquismo para a sociedade humana tem sido mais óbvia na África que em qualquer outro lugar. Tendo em vista a enormidade de problemas que assustam os povos africanos – as condições socioeconômicas debilitadas sob as quais a maioria da população vive e o status econômico desprivilegiado vis-à-vis outros continentes – o anarquismo é o único conceito libertador capaz de direcionar “o continente escuro” para um caminho de avanço.

A situação tem estado ruim por muito tempo; somente um tratamento drástico pode satisfazer uma população, desde Cape Town até o Cairo, com raiva, amargura e impaciência crescentes. As condições incluem os aparentes problemas endêmicos dos conflitos étnicos ao redor do continente; a contínua marginalização econômica da África em um nível global; a inexplicável miséria de 90% da população africana; e, de fato, o já corrente colapso do Estado-nação em muitas partes da África.

Tendo em vista tais problemas, um retorno aos “elementos anarquistas” do comunismo africano é realmente inevitável. O objetivo de uma sociedade autogestionada nasceu da vontade livre de seu povo e destituído de controle autoritário, e a arregimentação é tão atraente quanto possível a longo prazo.

Do ponto de vista global, a civilização humana está passando por um período de transição ocasionado pelo colapso do “socialismo” marxista e da crise evidentemente insuperável do capitalismo e do sistema de Estado. Então, para onde vamos? Como já apontamos, todos os avanços na história da humanidade até o momento foram possíveis pela busca da humanidade pela liberdade e solidariedade humana. Uma vez que esta ânsia parece um instinto natural e, portanto, não deve desaparecer tão cedo, a constante evolução da sociedade será em direção da liberdade, da igualdade e da comunidade.

O processo da transformação anarquista na África pode ser comparativamente fácil se considerarmos que a África não tem uma base capitalista forte, formação de classes bem desenvolvida e um estável sistema de Estado. O que é preciso agora é um programa de longo prazo para construção de consciência de classe, educação relevante e aumento de participação individual nas lutas sociais. Enquanto isto, as crises e mutações no capitalismo, socialismo de Estado e sistema de Estado, individual ou coletivamente, só podem crescer. Para a África em particular, o desenvolvimento a longo prazo só é possível se houver uma ruptura radical com o capitalismo e o sistema de Estado – os instrumentos principais do nosso desenvolvimento aprisionado e da nossa estagnação. Anarquismo é a saída da África.

---

## Notas

<sup>1</sup>Bacharel em História pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e Mestre em História da Arte pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

<sup>1</sup>N. do T. Aqui os autores utilizaram na versão original as palavras “liberty” e “freedom”. Ambas podem ser traduzidas para o português, neste contexto, como liberdade.

<sup>2</sup>The New Encyclopaedia Britannica (15th Edition), Volume I, 1990, p. 371.

<sup>3</sup>The Encyclopedia Americana (International Edition), Volume I, 1981, p. 277.

<sup>4</sup>Collier’s Encyclopedia, Volume 2. New York: MacMillan, 1982, p. 127.

<sup>5</sup>Russell, B. Roads to Freedom. London: Unwin, 1977, p. 44.

<sup>6</sup>Ibid., p. 57.

<sup>7</sup>Bakunin, Mikhail. Marxism, Freedom and the State. London: Freedom Press, 1984, p. 22.

<sup>8</sup>Ibid., p. 5.

<sup>9</sup>Ibid., p. 31.

<sup>10</sup>Kropotkin, P. Anarchism and Anarchist Communism. London: Free Press, 1987, p. 23.

<sup>11</sup>Ibid., p. 29;

<sup>12</sup>Ibid., p. 51 e 52.

<sup>13</sup>Bakunin, Op. Cit., p. 33 e 34.

<sup>14</sup>Kropotkin, Op. Cit., p. 39.

<sup>15</sup>Bakunin, Op. Cit., p. 33 e 34.

<sup>16</sup>Maximoff, G.P. Program of Anarcho-Syndicalism. Sydney: Monty Miller Press, 1985, p. 10.

<sup>17</sup>Ibid., p. 11.

<sup>18</sup>Ibid., p. 13.

<sup>19</sup>Ver The Principles, Aims and Statutes of The International Workers Association.

<sup>20</sup>N. do T. Os autores utilizaram nesta passagem “wields and exercises over”. Acredito que na língua portuguesa a palavra exerce é a melhor para ambas as palavras em inglês, todavia achei fortuito apontar nesta nota o vocabulário utilizado pelos autores.

<sup>21</sup>Dielo Trouda Group, Organisational Platform of the Libertarian Communists, 1926, Irish Edition, republished by Workers Solidarity Movement, p. 18.

<sup>22</sup>Maximoff, Op. Cit., p. 34.

<sup>23</sup>Ver Doyle, K. Workers Solidarity, Issue #36, Outono 1992, p. 20.

<sup>24</sup>Ver Statutes of the International Workers Association.

<sup>25</sup>N. do T. Os autores utilizaram a palavra “means” que em português pode ser traduzida como “significa”. Acredito que a ideia fosse escrever meio, abrindo uma discussão com os escritos de Maquiavel que sustenta que os fins determinam os meios – propondo naturalização do uso da violência pelo Príncipe, figura que representa o Estado. Todavia, acredito ser necessária essa nota, para que os leitores saibam da escrita original dos autores.

<sup>26</sup>N. do T. Aqui os autores utilizaram a palavra “guerrilhaism” que poderia ser traduzido como guerrilherismo. Todavia, como não é uma palavra utilizada no debate e discussão brasileira considere que seria melhor traduzir

para guerrilha.

<sup>27</sup>Anônimos, *You Can't Blow Up a Social Relationship: The Anarchist Case Against Terrorism*. Tucson, Arizona: See Sharp Press, 1990, p. 20.

<sup>28</sup>Russell, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>29</sup>Citado em Russell, *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>30</sup>Bakunin, *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>31</sup>Ver *Anarchism Toward the 21 Century*, publicado pelo Anarchist Media Institute, p. 27.

<sup>32</sup>Kropotkin, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>33</sup>Ver Kropotkin, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>34</sup>*Ibid.*

<sup>35</sup>Ver Bakunin, *Op. Cit.*, p. 12, 28 e 30. Ver também Russell, *Op. Cit.*, p. 48, 96 e 98.

<sup>36</sup>Citado em Russell, p. 51.

<sup>37</sup>Kropotkin, *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>38</sup>*Ibid.*, p. 23 e 2.

<sup>39</sup>Ver Russell, B. *Roads to Freedom*. London: Unwin, 1977, p. 26. Russell, *Op. Cit.*, p. 65 e 66.

<sup>40</sup>*Ibid.*, p. 29.

<sup>41</sup>Citado em Russell, p. 30.

<sup>42</sup>Por exemplo, em 1869, ele começou uma tradução para o russo do “*Das Capital*”, o livro cuja doutrina econômica ele concordava entusiasmadamente.

<sup>43</sup>Citado em Russell, p. 48.

<sup>44</sup>Ibid., p. 51.

<sup>45</sup>Ibid.

<sup>46</sup>Bakunin, M. *Marxism, Freedom and the State*. London: Freedom Press, 1984, p. 11 e 12.

<sup>47</sup>Russell, Op, Cit., p. 52.

<sup>48</sup>Bakunin, Op, Cit., p. 39.

<sup>49</sup>Ibid., p. 47.

<sup>50</sup>Ibid., p. 32.

<sup>51</sup>Citado em Dolgoff, S. (ed.) *Bakunin on Anarchy*. New York: Alfred A. Knopf, 1971, p. 331-332.

<sup>52</sup>Bakunin, Op, Cit., p. 16.

<sup>53</sup>Russell, Op, Cit., p. 57.

<sup>54</sup>Citado em Dolgoff, Op. Cit., p. 323.

<sup>55</sup>McLoughlin, C. “Anarchism and Marxism”, *Workers Solidarity Magazine*, Issue #39, 1993.

<sup>56</sup>Appadorai, A. *The Substance of Politics*. London, Oxford University Press, 1978, p. 124.

<sup>57</sup>Ibid., p. 120.

<sup>58</sup>Ver *The Encyclopaedia Britannica* (15th Edition), Vol. II, p. 464.

<sup>59</sup>Russell, Op. Cit., p. 62.

<sup>60</sup>Russell, Op. Cit., p. 62.

<sup>61</sup>Appadorai, Op. Cit., p. 120.

<sup>62</sup>Citado em The New Radical Thinker, Sept. – Dec. 1994. Ver também Russell, p. 64.

<sup>63</sup>N. do T. Os autores utilizaram as palavras “self-managing” e “self-accounting”. Acredito que a primeira faça menção à capacidade de gestão da própria comunidade, enquanto que a segunda aponta para a capacidade da comunidade apurar sua própria produção e necessidades.

<sup>64</sup>No original os autores apontam que tal porção de terra era garantida tanto para membros masculinos quanto femininos utilizando “his or her own needs”. Na tradução não encontrei forma de manter a mesma estrutura na oração e aplicar tal distinção, por isso acrescentei esta nota.

<sup>65</sup>N. do T. Os autores usam a palavra “*consciencism*” que, assim como o termo consciencismo no português, não existe na língua inglesa. A tradução deste termo foi então uma tentativa de manter a proposta linguística dos autores.

<sup>66</sup>N. do T. Os autores utilizaram o termo “familyhood”. A palavra ‘family’ é o mesmo que família e o sufixo ‘hood’ expressa tempo ou período, por isto “período familiar”.

<sup>67</sup>Nota ausente no original.

<sup>68</sup>Nota ausente no original.

<sup>69</sup>Nota ausente no original.

<sup>70</sup>N. do T. A primeira e a quarta classes são parecidas nos nomes devido ao uso dos adjetivos “administrative” e “managerial” empregado pelos autores. No inglês há uma sutil diferença entre ambos os nomes. O primeiro está mais voltado para planejamento a fim de alcançar resultados e objetivos, enquanto o segundo cuida mais do dia-a-dia para que os resultados sejam possíveis.

Assim, achei melhor diferenciar as classes aqui a fim de apontar que a administrativa estava acima da de gerência.

[71](#)Nota ausente no original.

[72](#)Nota ausente no original.

[73](#)Nota ausente no original.

[74](#)Nota ausente no original.

[75](#)Nota ausente no original.

[76](#)Nota ausente no original.

[77](#)Nota ausente no original.

[78](#)Nota ausente no original.

[79](#)Nota ausente no original.

[80](#)Nota ausente no original.

[81](#)Nota ausente no original.

[82](#)Nota ausente no original.

[83](#)Nota ausente no original.

[84](#)Nota ausente no original.

[85](#)Nota ausente no original.

[86](#)Nota ausente no original.

[87](#)Nota ausente no original.

[88](#)Nota ausente no original.

[89](#)Nota ausente no original.

[90](#)Nota ausente no original.

[91](#)Nota ausente no original.

[92](#)Nota ausente no original.

[93](#)Nota ausente no original.

[94](#)Nota ausente no original.

[95](#)Nota ausente no original.

[96](#)Nota ausente no original.

[97](#)Nota ausente no original.

[98](#)Nota ausente no original.

[99](#)Nota ausente no original.

[100](#)Nota ausente no original.

[101](#)Nota ausente no original.

[102](#)Nota ausente no original.

[103](#)Nota ausente no original.

[104](#)Nota ausente no original.

[105](#)Nota ausente no original.

[106](#)Nota ausente no original.

[107](#)Nota ausente no original.

[108](#)Nota ausente no original.

[109](#)Nota ausente no original.

[110](#)Nota ausente no original.

[111](#)Nota ausente no original.

[112](#)Nota ausente no original.

[113](#)Nota ausente no original.

[114](#)Nota ausente no original.

[115](#)Nota ausente no original.

[116](#)Nota ausente no original.

[117](#)Os autores utilizaram duas palavras “famine” e “hunger”, todavia ambas podem ser traduzidas para “fome”.

[118](#)N. do T. Esta é a sigla da central sindical francesa *Confédération Générale du Travail*, ainda existente.

[119](#)Goldthorpe, J.E. “The Sociology of the Third World”, em *The African Communist* No. 106, Third Quarter, 1986, p. 59.

[120](#)“Indigenous Ills in Socialism in Tanzania,” *Ibid.*

[121](#)Galli, R.E. *Lecture on political economy*, University of Calabar, 1982.

[122](#)*The African Communist*, No. 117, Second Quarter, 1989, p. 70-71.

[123](#)*Ibid.*, p. 82-83.

[124](#)*Ibid.*, p. 83.

[125](#)*Ibid.*, p. 72.

[126](#)Ake, Claude. Revolutionary Pressures in Africa. London: Zed Press, 1978.

[127](#)Ibid., p. 79.

[128](#)Ibid., p. 80.

[129](#)Ibid.

[130](#)Harris, R., ed. The Political Economy of Africa. New York: Schwenkan Publishing Company, 1975, p. 30.

[131](#)Markovitz, L. Power and Class in Africa. New Jersey: Prentice Hall, 1977, p. 306.

[132](#)Fanon, F. The Wretched of the Earth. Middlesex, England: Penguin, 1961, p. 174.

[133](#)Ibid.

[134](#)Murray, R. “The Social Roots and Political Nature of Military Regimes,” em Gutkind , P.W., ed., African Social Studies. London: Heinemann, p. 384.

[135](#)N. do T. Os autores utilizaram “political holding companies”. Enquanto “political” significa político, “holding company” é o mesmo que seguradora (empresa de seguros). Esta nota busca salientar a crítica que os autores fazem ao apontar a existência do Estado como ‘empresa política’ que assegura os interesses externos, do capital internacional.

[136](#)Ibid., p. 385.

[137](#)Grundy, K.W. “The Negative Image of Africa’s Military,” Review of Politics, Vol. 30, 1968.

[138](#)Ibid.

[139](#)Levine, V.T. Political Corruption: The Ghana Case. Palo Alto, California: Stanford University Press, 1975, p. 65.

<sup>140</sup>Card, E. “The Political Economy of Ghana,” em Harris, R., ed., *The Political Economy of Africa*. New York: Praeger, 1969, p. 182.

<sup>141</sup>Ocran, A. *Politics of the Sword*. London: Rex Collings, 1977, p. 45.

<sup>142</sup>Nigerian Department of Information, Printing Division, Lagos (Audit Report, 1982).

<sup>143</sup>Sunday Concord Newspaper, October 9, 1983, p. 1.

<sup>144</sup>Nye, J. “Corruption and Political Development,” em Levine, Op. Cit., p. 65.

<sup>145</sup>Ibid.

<sup>146</sup>Citado em Levine, Op. Cit., p. 65.

<sup>147</sup>N. do T. Aqui os autores utilizaram as palavras “prisons” e “detentions”, que podem ser traduzidas para o português como “prisões” e “detenções”, respectivamente. Para evitar redundância no corpo do texto, foi feita esta nota.

<sup>148</sup>Ake, C. *A Political Economy of Africa*. New York: Longman, 1981, p. 33.

<sup>149</sup>Williams, G. em Gutkind e Waterman, eds., *African Social Studies*. London: Heinemann, 1977, p.176.

<sup>150</sup>Ver o artigo de Pius Okigbo “Africa External Debt Crisis”, apresentado em um simpósio público na University of Lagos, novembro de 1989.

<sup>151</sup>Maximoff, G.P. *Program of Anarcho-Syndicalism*. Sydney: Monty Miller Press, 1985, p. 46.

<sup>152</sup>Bakunin, M. *Marxism, Freedom and the State*. London: Freedom Press, 1984, p. 32.

<sup>153</sup>Ibid.

[154](#) Maximoff, Op. Cit., p. 45.

[155](#) Ibid., p. 46.

[156](#) Ibid., p. 47.

[157](#) Ibid.

## **Apêndice: Entrevista com Sam Mbah, março de 2012**

Entrevistador: É um prazer apresentar Sam Mbah, o autor da obra inovadora *Anarquismo Africano* e também advogado, jornalista e ativista. Esta entrevista está sendo gravada em Enugu, Nigéria, em março de 2012. Sam, muito obrigado por separar um espaço na agenda para esta entrevista.

Sam: O prazer é todo meu Jeremy.

Entrevistador: Já faz cerca de 15 anos desde a publicação do seu livro sobre perspectivas anarquistas na África. O que você adicionaria ou mudaria, caso isso passe pela sua cabeça, no livro e quais as ideias apresentadas nele?

Sam: Sim, eu gostaria de olhar para o que eu adicionaria, e não mudanças. Desde a publicação do livro eu venho coletando novos materiais que fui encontrando desde o período de escrita e pesquisa. Eu acredito que exista espaço no livro para adicionar mais material, não mudança ou subtração. Eu acredito que exista espaço no livro para novos materiais e eu de certa forma já comecei a trabalhar nisso durante a versão em espanhol, que foi publicada em 2000, na qual eu escrevi um longo prefácio no qual eu tentei articular alguns dos assuntos que não estão no original. Eu tentei olhar para mais sociedades africanas que compartilham as mesmas características que os Igbo, os Tiv, os Efik, os Tallensi e uma multiplicidade de tribos e grupos sociais que existem na Nigéria e que eu já os mencionei no livro. Eu também tentei explorar outros grupos de outras partes do mundo, especialmente da América Latina, e pude esboçar alguns paralelos entre a existência social e o sistema de organização social deles com características do anarquismo – como eu entendo ele.

Entrevistador: Para aqueles de nós que não lemos a versão recente, você poderia recapitular o que o anarquismo significa para você e como isto está conectado com alguns dos aspectos intrínsecos da cultura africana?

Sam: Claro. De imediato, eu destaquei no livro que o anarquismo como uma ideologia, como um corpus ideológico e como um movimento social está ausente na África. Este é o ponto que fiz claramente no início do livro. Mas anarquismo, como uma forma de organização social, como uma base de organização da sociedade, não está ausente na África. É uma parte integral da nossa existência como um povo. Eu me referi ao sistema comunal de

organização social que existiu e ainda existe em diferentes partes da África, no qual as pessoas vivem suas vidas em comunidade e se entendem como parte integral das comunidades, e o que contribuiu imensamente para a sobrevivência das comunidades como unidades. Eu destaco aspectos de solidariedade, aspectos de coesão social e harmonia que existiram em muitas sociedades comunais na África e tento desenhar conexões com as percepções anarquistas, incluindo: ajuda mútua, desenvolvimento autônomo de pequenas unidades, e um sistema que não é baseado na monetização dos meios e forças de produção em sociedade. Então, eu olho para trás e sinto que, como já mencionei, que desenvolvidas novas pesquisas sobre essas questões contribuíram para entendermos como essas sociedades foram capazes de sobreviver. Mas, novamente, com advento do colonialismo e com a incorporação de economias e sociedades africanas à órbita capitalista, algumas dessas questões mudaram. Começamos a ter uma classe rica, começamos a ter uma classe de governantes que se coloca acima de todas as outras pessoas. Começamos a ter uma sociedade extremamente militarizada na qual o Estado e aqueles que controlam o Estado compartilham do monopólio dos instrumentos de violência e estão dispostos a empregar sua força contra os cidadãos. Isso é o negócio deles.

Entrevistador: Nos últimos anos, nós temos acompanhado um crescimento do autoritarismo em muitas partes do mundo e medidas de austeridade na esteira do atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos e, recentemente, da crise financeira global. Como você enxerga essas questões e como elas afetam a África e a luta aqui?

Sam: Quando eu escrevi 'Anarquismo Africano' com meu amigo, nós escrevemos em oposição à três décadas de governo militar, cerca de quatro décadas de regime militar na Nigéria. Regime militar era uma forma de governo que acreditava em uma supercentralização de poder, acredita na ditadura, e isso era uma vertente que se desenvolveu no capitalismo. Assim, enquanto a Nigéria e muitas partes da África estavam sob pressão de regime militar e autoritarismo militar, hoje nós temos uma administração civil nominal, uma democracia civil nominal. Algumas pessoas têm chamado isso de regra democrática, outros têm chamado de democracia disfuncional, todos os tipos de nomes tentam mostrar que isso está longe de ser uma democracia. E para mim, isso é uma extensão de regime militar. Isso é, de fato, uma fase de regime militar. Porque se você olhar para a democracia na Nigéria e o

resto da África, aqueles que estão moldando a implementação e o futuro dessas democracias são, predominantemente, ex-militares e os civis que são seus colaboradores e apologistas.

Por isso, olhando globalmente, o capitalismo está em crise. De qualquer forma, o capitalismo não pode existir sem crises. Esta crise é o que muitos filósofos, desde Marx até Hegel, até Lenin, até Kropotkin, até Emma Goldman, e mais recente Noam Chomsky têm abordado extensivamente: a tendência à crises no capitalismo. Então, desde a publicação de ‘Anarquismo Africano’ até os dias de hoje nós temos acompanhado o 11 de setembro, a ‘guerra ao terror’, a crise financeira de 2007/08, e hoje estamos enfrentando a maior crise econômica que é remanescente da grande depressão dos anos 1930. E não há garantia absoluta que, mesmo que a economia se reerga dessa crise econômica, não enfrentará outra crise – porque a tendência às crises é uma parte integral do capitalismo. Para nós, aqui, estes desenvolvimentos históricos têm impactos graves em nossa sociedade, em nossa economia, em nosso governo.

Se nós começarmos com o incidente de 11 de setembro, hoje estamos sob as amarras do terrorismo e contra-terrorismo. Aqui na Nigéria, durante o último ano, o país tem vivenciado bombardeios, explosivos, nós estamos vendo todos os dias um crescimento diário de explosões com bombas. E como o estado nigeriano reage? Ele reage com mais força, e no processo de usar mais força isso cria danos colaterais ao redor. Por isso, nós não estamos imunes à raiva do terrorismo e à ‘guerra ao terror’ que o ocidente aderiu no pós 11 de setembro. Nosso país também está sob terror. E é irônico que em qualquer momento que uma bomba explode, o governo berra: “Isso é terrorismo! Isso é terrorismo!” Mas a tendência de ação dura do governo e das agências do Estado que usam força e violência excessivas para resolver questões que poderiam ser resolvidas sem perder nenhuma vida são mascaradas e vistas como normais. Mas em qualquer momento que uma bomba explode, o Estado diz que é terrorismo. Eu diria que o governo, o Estado, na África, é a principal fonte de terrorismo. Eu acho que a sociedade estará muito melhor no dia em que o Estado e suas agências deixarem de atuar como instrumentos de terror contra a população ordinária, contra as pessoas comuns.

Então, a crise econômica global, tem impactado as economias africanas de forma negativa, incluindo a Nigéria – porque nós somos parte e parcela do sistema capitalista global, ainda que sejamos parceiros inferiores no mercado

capitalista global. Nossa economia é dependente de *commodities*. Nossa economia é baseada em monocultura. Qualquer coisa que acontece com o petróleo gera um efeito de crise em nós. E essa é uma das razões porque você viu nigerianos e o Estado nigeriano em um impasse no início deste ano [2012] sobre subsídios fantasmas que o governo diz querer remover e que o povo protestou contra.

Entrevistador: Você poderia explicar um pouco mais sobre o subsídio para o imposto do combustível para aqueles que não estão familiarizados em como isso funciona na Nigéria?

Sam: Claro. O imposto do combustível, ou como chama o governo nigeriano “o subsídio do combustível”, entende que o governo está subsidiando o preço do combustível para os cidadãos – que o povo nigeriano não está pagando o verdadeiro valor do combustível. Mas o argumento contrário é que nós somos um país produtor de petróleo e por isso não há razão para que o preço seja baseado no mercado internacional ou global. Nós temos refinarias, nós temos cerca de quatro refinarias que juntas têm uma capacidade de refinamento de 500 mil barris por dia. Mas você descobre que nos últimos 20 anos essas refinarias ficaram sem funcionar. Elas não funcionaram devido à corrupção. Elas não têm funcionado porque os poderes que estão no país não têm interesse em vê-las funcionando. A única razão pela qual essas refinarias não estão funcionando é que há muita corrupção e muita gente no governo, nas forças armadas e na burocracia que se beneficia da importação de produtos derivados de petróleo refinado. A Nigéria é o único país da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) que tem 100% das suas necessidades de produtos derivados de petróleo refinado importadas.

Entrevistador: Então no início deste ano [2012]...

Sam: Então o povo nigeriano está falando: se nossas refinarias estivessem trabalhando e refinando o petróleo cru, o governo poderia dizer qual o custo para refinar esses produtos. E baseado no custo desse processo de refinamento poderia estabelecer um preço. À medida que você não é capaz de manter refinarias funcionando e está estabelecendo o preço dos produtos derivados do petróleo de acordo com o mercado internacional, você está cometendo um grave erro. Porque o custo de vida na Nigéria é diferente do custo de vida dos Estados Unidos. O governo diz: “nós pagamos tanto pela importação do petróleo quanto pelo subsídio – isso significa que não há diferença entre o custo de importação e de subsídio. Mas você descobre que

mesmo aqueles que fizeram parte do governo, mesmo ministros, falam abertamente que muito do subsídio que pagamos está baseado em documentação fraudada, a qual o governo não investiga e não fez nenhum esforço para esclarecer e que engloba ação de funcionários do alto escalão de agências e órgãos que deveriam regular a indústria petroléira. Estes são aqueles que pagam grandes quantias de dinheiro para eles mesmos e para suas companhias. Deixe-me ilustrar o conceito de subsídio do petróleo com uma referência. O governo nigeriano permite uma multiplicidade de empresas importarem produtos derivados do petróleo. Eles compram produtos refinados de uma multiplicidade de companhias internacionais, quando a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NCP), que é estatal, pode fazer contratos com refinarias estrangeiras e receber os produtos direto das refinarias. Mas não, eles preferem procurar atravessadores, que compram os produtos das refinarias e revendem para a NPC por preços exorbitantes.

Entrevistador: Então o que aconteceu no início do ano [2012]?

Sam: No início do ano, o governo queria, supostamente, desregulamentar o setor de logística, transporte, distribuição e comercialização (*downstream*) da indústria petroléira. Grupos da sociedade civil organizada e de trabalhadores resistiram ao processo. Naquele momento, foi convocada uma greve de duas semanas. Durante essas duas semanas as pessoas ficaram longe do trabalho, houve protestos nas ruas de Lagos, Kaduna, Port Harcourt, Kano, Ibadan e em diferentes partes do país. E como o governo percebeu a determinação da população, resolveu mudar o aumento de 100% no preço dos produtos derivados do petróleo para 30%. E, claro, praticamente todo o movimento dos trabalhadores traiu a massa, porque a população estava preparada para continuar com os protestos e barrar o aumento de 30% também. Mas o movimento dos trabalhadores nos traiu, e aqui estamos.

Eu diria que é uma luta infinita. Eu acredito que o governo ainda busca alcançar seu objetivo de 100% de aumento nos produtos derivados de petróleo. Porém, se ainda houver alguém no governo que continua a raciocinar, que ainda tem alguma noção da realidade, esse alguém perceberia que a determinação dos nigerianos em resistir ao aumento arbitrário, baseado em falsas análises sobre o que compõe o subsídio, não é algo passageiro. As pessoas também estão se mobilizando. Assim como o governo está elaborando outras estratégias para aumentar o preço do petróleo na “calada da noite”, o povo está revisando os acontecimentos recentes e descobrindo

outras formas de atuar em nome de suas reivindicações.

Entrevistador: Durante a massiva e muito inspiradora mobilização, notamos elementos que refletem movimentos globais recentes, uma parte do protesto foi chamado de ‘Ocupa Nigéria’. Nós temos visto uma explosão dos movimentos ‘Ocupa’ e da ‘Primavera Árabe’, o que você pensa sobre eles?

Sam: Sim, sim, o movimento ‘Ocupa’ de partes dos Estados Unidos e da Europa tem inspirado muitas pessoas na Nigéria. A firmeza e a coragem que têm sido demonstradas pelo movimento ‘Ocupa’ em diferentes partes de capitais dos Estados Unidos e Europa, é uma amostra das infinitas possibilidades que abundam da vontade de luta do povo. A Primavera Árabe, por outro lado, tem sido a mais saborosa experiência para nós na África. Na verdade, eu venho conversando com colegas e tentando destacar que a Primavera Árabe deveria acontecer na África subsaariana, mais do que no mundo árabe do norte da África, porque as condições abjetas de vida na África são muito piores se comparadas com os padrões relativamente avançados de países árabes e de nossos vizinhos do norte da África. Por isso, a Primavera Árabe deveria acontecer na África subsaariana. Isto é o que penso. Mas, então por que não está acontecendo? É porque nós não estamos sendo capazes de transformar nossa raiva em determinação, nós não temos sido capazes de criar uma consciência social, para conseguirmos instigar e sustentar a luta.

Mas, se baseando no que tem acontecido recentemente na Nigéria, eu não tenho dúvidas de que as pessoas estão começando a tirar lições do que está acontecendo no mundo árabe. E estão começando a se perguntar: “se pode acontecer no mundo árabe, porque não nós?” Se pessoas que estão vivendo em condições sociais melhores escolhem lutar, combater, protestar nas ruas, por dias e meses sem fim, como nós não fazemos a mesma escolha se nem temos luz. Energia elétrica na Nigéria é luxo. Nossa economia é baseada em geradores. A rede elétrica estatal funciona em péssimas condições. Os ricos usam geradores. Você produz virtualmente sua própria água, sua própria segurança. Nada funciona aqui. Diferentemente se você for para a Líbia – eu nunca fui, mas tenho lido histórias da Líbia, Egito, Tunísia. Essas são sociedades melhor organizadas, onde há serviços públicos. Mas aqui estamos nós, na África subsaariana, onde nada funciona. Por isso, eu posso falar sem pestanejar que os protestos de janeiro na Nigéria, foram ramificações de movimentos ‘Ocupa’ nos Estados Unidos e Europa e da Primavera Árabe. Eu

não sei se nossos protestos podem ser entendidos como ‘Primavera Nigeriana’, mas acredito que nossa primavera ainda está à caminho.

...

Entrevistador: Sam, a mudança climática é uma grande ameaça para os nigerianos, assim como para todas as pessoas no mundo. Quais são as questões ambientais específicas aqui e que tipo de consciência existe sobre justiça climática e de desenvolvimento sustentável?

Sam: Vou responder sua pergunta por duas perspectivas. Deixe-me começar pela perspectiva geral e depois vou para a perspectiva mais pessoal. A ameaça da mudança climática é real. Nós, desta parte do mundo, não estamos imunes a tais ameaças. Se olharmos ao entorno, o nível de umidade está crescendo. Nos últimos tempos, onde eu vivo – em um pequeno bangalô de três cômodos – se não tem luz (sem eletricidade, sem ventilador), eu dificilmente consigo dormir. Meus filhos dificilmente conseguem dormir, com exceção das estações chuvosas – isso se torna mais fácil durante as estações chuvosas. Porque o que faz isso ficar mais perigoso é que a rede elétrica está em frangalhos. Eu percebi que nos últimos três ou quatro anos, entre os meses de março e abril, antes das chuvas recomeçarem, eu suou como nunca suei em toda a minha vida. Eu estou vivenciando aumentos dos níveis de temperatura que eu não vivenciei durante minha juventude, e mesmo durante os anos 80 e 90. Nos últimos cinco anos, as pessoas estão tendo que conviver com uma temperatura escaldante. E as razões disso não são exageradas.

Se olhar ao entorno, as florestas que costumavam existir... Seu eu for ao meu vilarejo, onde existiam densas florestas, onde as crianças pequenas teriam medo de entrar, hoje as florestas não existem mais. As pequenas árvores e miniflorestas que existem estão sendo derrubadas diariamente, e não há meios para verificar a devastação. Não há agência do governo atuando nesta área do país a fim de regularizar, minimizar ou acabar com o desmatamento. Assim, as árvores estão sendo derrubadas como nunca antes e ninguém está fazendo nada para substituir essas árvores. A cobertura florestal está diminuindo e nesta parte do país, na qual a densidade populacional é provavelmente a maior da África – excluindo o Delta do Níger – nós percebemos que a atividade humana está impactando de forma séria e negativa no meio ambiente. As pessoas constroem de forma descontrolada, estradas são construídas, arbustos são queimados. Está em curso um

desmatamento em grande escala. E uma das consequências desse desmatamento nesta área do país é a erosão do solo – barrancos e até mesmo estradas estão sendo rompidas. Assim, logicamente, córregos, rios e riachos que costumavam ter vidas aquáticas agora estão secando. Há um córrego que fica cerca de 200 metros da minha casa no vilarejo. Durante minha juventude eu nunca vi ele seco. Mas nos últimos 10 anos, se não houver chuva nos meses de fevereiro, março e abril, em alguns períodos o córrego seca.

Entrevistador: E o que as pessoas estão pensando sobre isso, porque as pessoas querem desenvolvimento, mas como isso pode ser compatível com sustentabilidade?

Sam: As pessoas comuns não têm consciência sobre o que está acontecendo. Elas estão culpando forças malignas, mãos invisíveis e todo tipo de objetos metafísicos pelos acontecimentos recentes e pelo desenvolvimento. E, de fato, é dever do governo educar a população sobre as consequências negativas do desmatamento, da utilização inapropriada de recursos, sobre os benefícios de um desenvolvimento sustentável planejado – tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Mas o governo não faz muito a respeito. Há, de fato, uma escassez de esclarecimento e conscientização públicos sobre essas questões.

E você percebe que em nossos vilarejos, as terras que eram férteis já não estão produzindo tanta comida, tanta colheita como costumavam. Essas são consequências da mudança climática.

Ainda sim, na elite, nos poucos esclarecidos, há um entendimento de que sim, algo está errado. Mas, na população não há consciência, não há esforço para fazê-los entender que é importante para eles mesmos garantir que eles protejam o meio ambiente.

Entrevistador: Você mencionou o Delta do Níger. Esta é uma área da Nigéria onde a luta pelo meio ambiente e por petróleo tem sido aguda, com derramamento de grandes quantidades de petróleo e também de atividades militantes – o que têm impactado a produção de petróleo e reclamado parte da riqueza provinda do petróleo para o povo. Qual a sua visão sobre as atividades dos militantes no Delta do Níger?

Sam: As atividades dos militantes não deveriam ser analisadas como isoladas. A militância é consequência das explorações perpetradas pelas companhias de petróleo que operam no Delta do Níger, que não aderiram práticas

internacionais de melhores condutas que existem em outros lugares do mundo. Na Nigéria, como elas são cúmplices do Estado, agem como querem. Elas agem como se o amanhã não existisse. Elas agem porque não tem ninguém para contê-las, para controlá-las. Então, a militância no Delta do Níger é consequência das tendências e práticas exploratórias e da absoluta falta de zelo com o meio ambiente durante a exploração, drenagem e produção de petróleo por parte das companhias petroleiras que operam no Delta do Níger.

Então – a partir desse pano de fundo – os grupos militantes estão respondendo à clara e presente ameaça à existência das comunidades da região do Delta do Níger. Quando éramos jovens, aprendemos que a maior parte das comunidades, tribos e grupos sociais do Delta do Níger vivia da pesca. Mas com o constante derramamento de petróleo, espoliação do meio ambiente e desnudação da fauna e da vida aquática do Delta do Níger muitas das indústrias pesqueiras estão desaparecendo. Muitas das atividades agrícolas de outrora também estão desaparecendo.

Então, quando você rouba das pessoas o meio ambiente, como, em estado de sanidade normal, você espera que as pessoas sobrevivam? Continuam a existir como povo? Veja, nosso povo tem um ditado que diz que a natureza tem um meio de vida à disposição para cada povo. Eu vou dar um exemplo. No sudeste, na terra dos Igbo, nosso povo sobreviveu, principalmente, da terra. Nós sobrevivemos em nossas palmeiras, nosso povo fazia óleo de palma (azeite de dendê), nosso povo plantava; isso era o meio de subsistência básico. Se você for para o norte, eles não têm palmeiras. Eles sobrevivem de outras formas agrícolas como plantação de cebola, de inhame... e de criação de animais. Se você for para o Delta do Níger, o meio de subsistência é a pesca e algumas outras formas de agricultura. Então, se nós concordarmos que a natureza tem à disposição de cada povo um meio de subsistência, nós estamos testemunhando a retirada dos meios de subsistência do Delta do Níger através das atuações de companhias petroleiras que não estão preocupadas com Responsabilidade Social Corporativa.

Assim, é esse o contexto que vejo ser o cenário do surgimento da militância no Delta do Níger, desde os anos 90 até os dias de hoje. Sim, a maioria dos grupos militantes estão engajados em todas as formas de criminalidade e bandidagem possíveis, o que não é do interesse da população do Delta do Níger. Mas isso, de maneira alguma, diminui o pecado original que os levou

a pecar.

Entrevistador: Sim, pegando o gancho do pecado, a Nigéria é uma sociedade bastante religiosa. A religião está bastante entranhada aqui. E, conseqüentemente, isso acarreta decisões conservadoras, quando não violentas. Qual a sua visão sobre a religião na Nigéria e o que ela significa para o anarquismo e a organização de um modo mais amplo?

Sam: Eu diria que a religião e a prática religiosa adentrou uma nova fase na Nigéria. Antes da chegada do colonialismo, a maioria do nosso povo cultuava religiões africanas que adoravam deuses pequenos: deus do trovão, deus do rio e outros semelhantes. Com a chegada do colonialismo, as duas principais religiões – islamismo e cristianismo – se tornaram predominantes para os nigerianos.

A rivalidade e competição entre as duas religiões tem obscurecido o fato de que nem todos os nigerianos são cristãos ou muçulmanos. Mesmo na região centro-norte, você vê tribos pagãs e diferentes formas africanas de religiosidade. Mas hoje, a Nigéria é estereotipada como sendo cristã no sul e muçulmana no norte. Ainda assim, se você for para o norte encontra muitos que não aderiram ao islã, e se você vai para o sul encontra muitos que não aderiram ao cristianismo.

Mas eu diria que nos últimos 20-30 anos, a singular influência dessas duas religiões na sociedade tem sido negativa, no sentido de que ambas as religiões vêm se tornando fontes de manipulação, manipulação política dos cidadãos. Quando você escuta falar que há uma manifestação religiosa no norte ou no leste e você vai até lá e analisa, descobre que basicamente não são religiosas. Os políticos estão usando religião para manipular os cidadãos para que estes lutem pelos posicionamentos e crenças políticas da elite.

A religião se tornou um instrumento de manipulação, exploração, dolo e de blindagem dos olhos da população nigeriana. Ela é um dos elementos, na Nigéria, que militam contra a consciência social e contra o desenvolvimento da classe trabalhadora como uma classe. Contra o desenvolvimento da classe dos despossuídos, dos oprimidos, dos marginalizados que sentem e compartilham interesses comuns e estão dispostos a lutar por esses interesses. A religião é propagada como uma cunha, como uma fonte de conflito entre a população. Como disse Karl Marx, a religião se torna o ópio da sociedade. Cada pequena coisa é encoberta, recebe uma conotação religiosa, quando na verdade não é. A religião é um tremendo atraso para o desenvolvimento de

uma consciência social na Nigéria e para o resto da África como um todo.

Entrevistador: Sim, você já comentou isso. Mas essas divisões religiosas também estão relacionadas – não significa que só estejam relacionadas – com divisões étnicas, de raça e de gênero que dividem as pessoas. O que você pensa sobre isso?

Sam: Bom, o problema que enfrentamos não é exatamente sobre a raça como tal, é sobre a religião, sobre a etnicidade. Muitas das religiões na Nigéria, e na África, são geográficas. Você percebe que a religião acomoda determinadas fronteiras étnicas. Quando você escuta sobre um Fulani, você imagina um muçulmano. Quando você escuta falar sobre um homem Igbo, você pensa em um cristão católico. Quando você fala sobre um homem da região do cinturão médio, você está falando de um cristão evangélico. Assim, muitas das diferenças religiosas se tornaram diferenças naturalmente geográficas, no sentido de que certas fronteiras étnicas são coerentes com determinadas religiões. As pessoas têm sido educadas para entenderem essas diferenças como características permanentes da vida e não situações que você pode mudar. A verdade é que antes da mercantilização do comércio e dos meios de sobrevivência em nossa sociedade, antes da monetização da economia, as pessoas se relacionavam sem dar importância às diferenças religiosas. Todos entendiam que religião era uma questão individual. Mas com a politização da religião, o que estamos vendo hoje é que as diferenças sociais foram descaracterizadas pelos políticos, que usam isso para manipular e controlar as massas.

Entrevistador: E sobre o gênero? Há alguma mudança na luta das mulheres por libertação?

Sam: A luta das mulheres por liberação na Nigéria e na África tem percorrido um longo caminho. No sentido de que nossa sociedade, que é patriarcal por natureza, enfatiza o papel do homem. Em muitas sociedades africanas, como eu tentei abordar no livro, o papel das mulheres é reduzido à notas de rodapé. Mas a verdade é que mesmo em sociedades africanas tradicionais, pegando o exemplo das sociedades Igbo tradicionais, o papel das mulheres é vital, é central para a criação de uma equidade e harmonia social. Mas na maior parte das vezes, ele é subestimado.

Entrevistador: Você está falando do papel das mulheres como líderes?

Sam: Sim, você talvez não acredite, mas deixe-me explicar uma das menos

óbvias manifestações da sociedade africana. Nas sociedades africanas tradicionais – por exemplo, nas sociedades tradicionais Igbo – era comum a mulher viúva, incapaz de dar continuidade à linhagem do marido falecido, se casar com outra mulher. Então, quando africanos falam de lesbianismo – ou mulheres se casando entre si, ou homens se casando entre si – não é tradicional para nós. Qualquer analista político astuto – sociologista ou antropologista – nesta parte do mundo, saberia que nas comunidades tradicionais Igbo era comum mulheres casarem entre si – quando vivendo em ausência de seus maridos – e a mais nova ser considerada a esposa da mais velha. Talvez a mulher mais velha levasse um homem para dormir com a mulher mais jovem para terem filhos em memória do último marido.

A sociedade africana tradicional não alcançaria equidade e harmonia sem o papel das mulheres. O papel delas era vital na resolução de disputas. Nas resoluções Igbo sobre disputas de terra, de família e de questões sociais difíceis, a perspectiva das mulheres – especialmente aquelas que tinham atingido alguma conquista material – era sempre consultada pelos homens das sociedades africanas tradicionais.

Saindo das sociedades africanas tradicionais e chegando aos dias atuais, a educação tem sido a força principal na libertação das mulheres. Mulheres vão para a escola. Hoje há mais mulheres Igbo indo para escola do que homens Igbo, porque os homens estão fazendo comércio. Cada vez mais, em muitas escolas primárias e secundárias o número de estudantes mulheres é maior que o de estudantes homens. Muitas famílias se deram conta de que se você treina uma mulher, você treina uma nação. Se você treina um homem, em muitos casos, você treina somente um indivíduo.

A importância das mulheres em nossa sociedade tem sido continuamente reafirmada. Os tribunais têm tido um importante papel na tentativa de liberar mulheres de serem subalternas. Na terra Igbo, no passado, mulheres não podiam herdar a propriedade dos seus pais, mesmo em casos de filha única. Agora há um documento legal que garante que um homem pode fazer um testamento e incluir como herdeiros iguais seus filhos homens e mulheres. Em casos em que o homem não teve filho, a herança pode ser dada para suas filhas mulheres.

Então podemos reconhecer alguns avanços. Não há nenhum curso em uma universidade no qual você não encontre alguma referência de trabalho de uma mulher – medicina, engenharia, geologia, ciência da computação, não

somente em humanas e artes. As mulheres estão em toda parte, até mesmo nas instituições militares. Mas, considerando que nossa sociedade é 50% de homens e 50% de mulheres, eu entendo que ainda é necessário avançarmos mais. Não é algo que provavelmente acabará. O momento em que estamos é um que faz parecer que o futuro será muito bom para a libertação das mulheres e igualdade de gênero na nossa sociedade.

...

Entrevistador: Sam, você teve um papel muito importante na *Awareness League* (Liga da Consciência), que foi uma organização anarquista nigeriana na década de 1990. Você pode nos falar um pouco em como ela surgiu e como ela desapareceu?

Sam: Para mim é um pouco nostálgico falar da *Awareness League* nesses dias porque ela era uma ideia romântica. Quando entramos nas universidades, nos anos 80, o que encontramos foram grupos socialistas, aulas socialistas, especialmente marxistas. E nós fomos atraídos pelo marxismo uma vez que ele pregava um novo alvorecer para a sociedade, e por extensão, para o continente africano. Nós ficamos realmente encantados com a perspectiva marxista, e pela abrangente e completa crítica ao capitalismo feita por Marx e presente na literatura marxista. Não levou muito tempo para nos definirmos como marxistas no campus, e isso perdurou até deixarmos a universidade. Quando estava para sair da universidade eu escrevi meu trabalho final sobre economia política, analisando a crise da dívida externa nigeriana. E nesse trabalho, talvez você tenha interesse em saber disso, eu usei como análise metodológica o marxismo. Onde Marx estava falando da economia como provedora do eixo pelo qual o movimento seguinte da sociedade estava sendo norteado, fosse político ou cultural. Eu também falei da tendência do capitalismo às crises. Essas eram ideias que nos encantavam. E também as ideias de revolução. Marx afirmava que a história de todas as sociedades até os dias atuais é uma história de luta de classes e abordava a revolução como a parteira de uma nova sociedade, aquela que daria luz à uma nova sociedade.

Geralmente, na Nigéria, depois de terminada a universidade você é recrutado a um serviço obrigatório de um ano. Eu fui selecionado para o velho estado Oyo, com a capital Ibadan, para cumprir meu serviço obrigatório de um ano. Foi lá que encontrei um grupo de jovens socialistas como eu, e nós começamos a nos organizar e conversar sobre marxismo, socialismo e resistência à esquerda. Nós nos entendíamos, essencialmente, como uma

organização de esquerda. Nesse período, alguns de nós começaram a escrever para o jornal *The Torch*, publicado em Nova York. Foi nesse período que começamos, pela primeira vez, a ter contato com ideias anarquistas. E foi assim que, no final do nosso serviço mandatário, alguns de nós que estávamos vivendo no sudeste, começaram a pensar em uma plataforma duradoura. Porque na época, até o socialismo estava entrando em crise. A crise do império Soviético estava começando. Não demorou muito para o comunismo colapsar na Europa. E foi em meio a essa crise que nós começamos aos poucos no anarquismo. Em seguida, a *Awareness League* nasceu e o resto é história.

Em primeiro lugar a *Awareness League* derivou da resistência ao regime militar na Nigéria. A continuação do regime militar foi como um esporo. Foi ele que, continuamente, forneceu o oxigênio para existirmos como *Awareness League*. É sabido que durante os anos de 1980 e 1990, a Nigéria testemunhou o mais pesado período de luta antirregime militar. Foi durante o processo de conversas com grupos anarcossindicalistas de várias partes do mundo – da Europa, dos Estados Unidos – que meu amigo e eu começamos a elaborar e escrever o livro que você conhece bem.

A luta contra o regime militar chegou ao fim com o início de um regime civil, em 1999. Eu entendo que o antagonismo, não somente da *Awareness League*, mas de toda a sociedade civil organizada, dos grupos comunitários e organizações de esquerda do país virtualmente evaporaram. Porque o regime militar, eu diria, era um fator que unia, no sentido de que qualquer indivíduo – fosse anarquista, marxista, de esquerda, socialista – via o regime militar como um inimigo comum para resistir, para se opor, para ser derrocado se possível. Com o início do governo civil, nós não tínhamos mais o mesmo inimigo. Porque alguns desses grupos, alguns indivíduos desses grupos, começaram a gravitar em torno da política burguesa. Mas, é preciso falar, que o problema não era indivíduos gravitando em torno da política burguesa, mas a questão era que grupos da sociedade civil, grupos e organizações de esquerda, não estavam preparados para as consequências de um regime civil. Nós não analisamos, de uma maneira séria, como seria com o fim do regime militar e um consequente governo civil no seu lugar. Nós aceitamos sem questionamentos que seria, como de hábito, somente negócios. Mas como o ocorrido, o fim do regime militar assinou o fim da maioria de grupos comunitários e da sociedade civil. Muitos desse grupos, incluindo a

*Awareness League*, fragmentaram.

Com o início do novo milênio, éramos somente alguns indivíduos que sobraram, tentando agarrar a realidade social existente e os desenvolvimentos políticos em nosso país. Alguns de nossos membros tiveram que retornar à escola, dar aulas em universidades, alguns estão tentando entender a realidade de sobrevivência e existência no nosso tipo de sociedade. Eu, particularmente, tenho tido problemas de saúde – isso não é algo que eu quero ficar falando – mas eu tenho enfrentado problemas de saúde. Entre os anos de 2007 e 2009 eu tive sérios problemas de saúde. Na minha visão, é impossível recriarmos a *Awareness League* dentro das circunstâncias que nos encontramos hoje.

Então, talvez, eu disse para mim mesmo, não seja possível recriar a *Awareness League*, mas podemos manter alguma forma de interação entre nós e podemos continuar interagindo com outras organizações da sociedade civil. Nós devemos continuar engajados, mesmo com eles no poder, em alguma forma de prestação de contas. E nós devemos construir mecanismos mais realistas a fim de uma atuação mais relevante na sociedade, e tentar fazer a diferença em nossa comunidade e na sociedade como um todo.

Assim, desde então, eu tenho tentado, com outras pessoas, juntar mãos para a criação de uma organização não-governamental chamada *Tropical Watch*. Com foco voltado para questões de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, incluindo mudança climática. Durante esse processo nós também temos elaborado lutas anticorrupção, lutas anticorrupção na sociedade. Porque entendemos que uma das grandes ameaças ao desenvolvimento sustentável é a corrupção. A corrupção torna impossível a alocação de recursos de uma forma judicial, transparente. Assim todos os setores da economia e todos os setores da sociedade seriam beneficiados. É a corrupção que faz com que o governo fique impossibilitado de averiguar descontrolada exploração de madeira em diferentes comunidades. É a corrupção que impossibilita que os contratos para construção de estradas, de provimento de água, de saneamento e de outras obras do tipo sejam públicos. Dessa forma, enquanto houver corrupção é impossível criar uma harmonia entre a utilização de recursos e a existência do meio ambiente e das sociedades. Então essas são algumas das coisas que nós, eu em colaboração com outros amigos e indivíduos que pensam parecido, estamos tentando criar.

Mas não tem sido fácil. Como eu te disse, o que aconteceu com a *Awareness*

*League* não é um caso específico – aconteceu com qualquer outro grupo da sociedade civil organizada, com qualquer outra organização da sociedade civil que tomou partido na luta antirregime militar na Nigéria. Eu vou dar outro exemplo. Uma das maiores ONGs da Nigéria dos últimos 15-20 anos é a *Civil Liberties Organization* (CLO). Era uma instituição dedicada a lutar pelos direitos humanos, normas constitucionais e contra a violência policial dirigida à civis, mulheres e crianças. A CLO cresceu rapidamente e criaram escritórios em todas as partes da Nigéria. Mas eu posso dizer: nos últimos sete ou oito anos a CLO esteve praticamente morta. Na verdade, o que temos visto é mais ou menos um fantasma, porque não há em nenhum estado da Nigéria um escritório da CLO em funcionamento. O homem que costumava ser o diretor aqui na área de Enugu foi abandonado e vive por contra própria. A CLO não paga o aluguel do seu escritório faz cinco anos. Então, o que estou tentando dizer é que o que aconteceu com a *Awareness League* aconteceu com muitas outras organizações. Mesmo a *Tropical Watch* ainda está tentando se encontrar.

Entrevistador: E sobre as organizações de trabalhadores na Nigéria, centrais sindicais, de que maneira elas podem ser reivindicadas como meios de luta pela classe trabalhadora?

Sam: As centrais foram bastante ativas no princípio das lutas anticoloniais. Eu te falei, algum tempo atrás, da luta dos mineradores aqui em Enugu, que era a capital da mineração aqui na Nigéria. Durante a luta anticolonial pela independência, os senhores coloniais mataram cerca de 49 mineradores nesta cidade – eles estavam lutando contra as tendências exploratórias dos senhores. Isso foi um ponto-chave no desenvolvimento da luta anticolonial nesta parte da Nigéria. Eu te falei da cidade de Jos, na qual havia uma indústria de estanho em crescimento e os trabalhadores eram bem organizados. As indústrias mineradoras se tornaram um pedestal para o sindicalismo no país, incluindo o serviço civil regular. Com a independência, nós tínhamos organização de trabalhadores e sindicalismo bastante robustos se formando no país, e isso continuou até o início do regime militar.

O regime militar destruiu o sindicalismo no país. Eles conseguiram isso através do apelo à sentimentos primordiais, religião, tribalismo e também questões de regionalismo para dividir, governar e manipular o povo. Dependia de qual governo estivesse no poder. O movimento sindical na Nigéria – durante os últimos dias do regime militar – tentou recuperar sua

voz convocando greves nacionais e organizando-as.

Mas eu posso te dizer que a sorte do sindicalismo foi dificultada pelo processo de desindustrialização que tem sido constante no país, desde o fim do regime militar. Muitas indústrias diminuíram. Um dos grandes empregadores deste país era a indústria têxtil. Não é mais. A indústria têxtil foi removida por completo. Agora nós dependemos de materiais têxteis baratos provindos da China, países vizinhos, Índia. A indústria têxtil costumava empregar mais de 200 mil trabalhadores em todo o país. A indústria automobilística costumava ter fábricas de montagem – em Enugu havia Anammco, em Kaduna havia Peugeot, em Balti tinha Peleot, em Lagos tinha Volkswagen. Todas as fábricas de montagem fecharam. Nós tínhamos um setor siderúrgico em muitos lugares. Todos fecharam. Então, houve uma desindustrialização massiva no país nos últimos 20 anos, e isso impactou a sorte dos trabalhadores.

Assim a maioria dos trabalhadores hoje está no funcionalismo público, no setor bancário ou na indústria petroleira. Os trabalhadores do ramo do petróleo se entendem como abençoados. Por isso eles raramente assumem atividades nos sindicatos, exceto os funcionários jovens. O mesmo ocorre no setor bancário, na verdade um dos códigos de conduta é que você não participe de atividades sindicais. Por 10-20 anos os trabalhadores aceitaram isso. Mas, desde a primeira crise dos bancos na Nigéria, que ocorreu no final da década de 1990, os trabalhadores mais jovens começaram a se organizar novamente. Mas não são tão efetivos. Assim o que temos de centrais e sindicatos na Nigéria está, basicamente, restrito ao funcionalismo público. E, você deve concordar comigo, que a experiência industrial existe em locais industriais, não em escritórios. Não em salas com ar-condicionado e mesas destinadas a colarinhos brancos.

Por isso, o estado das centrais na Nigéria, hoje, é deplorável. E muitos dos líderes sindicais veem suas posições como de carreira. Primeiro e principalmente, eles pensam nas suas carreiras – antes de qualquer coisa. Este é um dos fatores-chaves que afetaram os últimos protestos nacionais, no sentido de que as lideranças do Congresso dos Trabalhadores Nigerianos, no último instante, cederam e fizeram acordos.

Deixe-me esclarecer também que os grupos de profissionais na Nigéria – grupos de médicos, ordem dos advogados, a sociedade dos arquitetos, a sociedade dos engenheiros e outros grupos similares de profissionais não se

importam com a organização e desenvolvimento da classe trabalhadora. Eles começam pela perspectiva de entenderem a si mesmos como membros privilegiados da sociedade. Mesmo assim, as circunstâncias de uma proporção significativa de seus membros é a mesma dos nigerianos comuns. Para eles não há incentivo para se organizarem. Ao contrário, o que estão tentando fazer em um grupo profissional é encontrar uma maneira de, no sistema, alcançar ganho pessoal ou do seu grupo.

Entrevistador: Sam, eu quero perguntar, quais são algumas das coisas que pessoas que são ativas – pessoas comuns nos sindicatos ou pessoas como você mesmo na *Tropical Watch* e em organizações da sociedade civil – fazem para tentar e construir a luta? Como atividades do dia a dia, com o que as pessoas dedicam tempo para tentar e construir luta social?

Sam: Nós, ativistas, tentamos nos reunir. Tentamos realizar oficinas coletivas (*workshop*). Há oficinas que realizamos por conta própria e há as que são financiadas por agências. Nós temos tido seminários e oficinas sobre brutalidade policial, violência policial, violência de gênero, mudança climática... sabe. Esses seminários e oficinas tentam, de certa forma, proporcionar trocas entre ativistas de diferentes temáticas. E de tempo em tempo, dependendo do desenvolvimento social, econômico e político à nossa volta, nós tentamos realizar reuniões com grupos e indivíduos a fim de buscarmos soluções para temas que concordamos, e assim, podermos atuar juntos.

Mas eu preciso ser honesto com você. Especialmente aqui no sudeste, nós não temos sido capazes de construir uma sociedade civil organizada viril. As pessoas em Lagos têm sido capazes de criar melhores modelos essencialmente porque eles têm mais experiência nesse campo – decorrente dos anos de regime militar. As pessoas em Abuja estão indo bem também, porque desde o movimento de mudança da capital para Abuja, nós estamos testemunhando uma concentração de ativistas se organizando para tomar conta da prestação de contas do governo de um jeito ou de outro. Mas aqui, nós não temos tido tanta sorte. Eu acredito que parte do problema é que a maioria das pessoas está ocupada com luta diária pela sobrevivência. Mas eu acredito que isso não é o suficiente para ter uma desculpa para dar do porquê não estamos sendo capazes de nos organizar.

A experiência de um de nossos camaradas, Osmond Ugwu, que, não muito tempo atrás, tem sido vítima da arrogância do Estado. Ele começou a

organizar trabalhadores, para protestarem contra a não implementação do salário-mínimo. O salário-mínimo era uma política nacional do governo PDP e um ato nacional em nome do salário-mínimo passou pelas duas câmaras do governo federal. Todos os estados se viram obrigados a implementar o salário-mínimo, fazer valer esse direito em seus domínios. Mas o governador aqui em Enugu se recusou a implementar o salário-mínimo. Ou resolveu postergar os termos da implementação. E quando Osmond e dois de seus camaradas tentaram organizar os trabalhadores, convencer eles da necessidade de resistir à tal assédio do governo, ele foi preso. É instrutivo destacar que enquanto Osmond estava tentando mobilizar os trabalhadores, as lideranças do Congresso Nacional dos Trabalhadores daqui estavam colaborando com o governo do estado e negociando supressão do direito de organização dos trabalhadores. No final ele pagou o preço ao ser enviado para a prisão e ao ser condenado por acusações falsas. Só no final de janeiro deste ano [2012] que ele foi liberado. Graças aos protestos organizados pela Anistia Internacional. E hoje, ele ainda enfrenta um processo criminal que é ridículo. Isto demonstra as ameaças enfrentadas por aqueles que lutam para criar uma sociedade aqui.

Entrevistador: Uma última pergunta Sam: como você conceitualiza solidariedade global? Quero dizer, qual a melhor forma que ativistas dos chamados países desenvolvidos podem apoiar ativistas no resto do mundo, e vice-versa?

Sam: Sim, o ativismo do mundo desenvolvido pode fazer muito para uma tomada de consciência das pessoas aqui. Mas eu acho que no final, as pessoas daqui que têm que assumir a responsabilidade por suas vidas, devem assumir a responsabilidade de resistência aos governos autocráticos, devem assumir a responsabilidade na busca por exigir que os governos sejam responsáveis.

As pessoas do mundo metropolitano podem nos ajudar na construção de capacidades. Veja, os grupos da sociedade civil aqui não estão em casa tendo à disposição as ferramentas de comunicação moderna – mídias sociais – que tiveram papel importante nos movimentos de ‘Ocupa’ nos Estados Unidos e na Europa, e na ‘Primavera Árabe’. Você ficaria surpreso que o protesto nigeriano não é alimentado através de mídias sociais. Claro, houve momentos em que a mídia social foi usada, mas nossa noção de mídia é através de e-mails que são respondidos ou vão para o seu Facebook. Essa é a noção nigeriana sobre o alcance das mídias sociais. Mas é mais difícil aprender

como nós podemos utilizar Twitter e YouTube, para enviar imagens e outras coisas, como eu posso criar um blog que é de fácil acesso para outros ativistas que têm acesso à internet?

É notório que o acesso à internet aqui ainda está em desenvolvimento. Penso eu que ainda só atinge 20% da população. Ou muito menos que isso. As pessoas têm acesso à internet no que tange abrir a caixa de entrada do e-mail, responder mensagens, enviar mensagens – talvez via Facebook. Mas se você estiver falando de luta social e a internet, a média de acesso à internet é de menos de 10%.

Assim, as pessoas do mundo metropolitano podem realmente nos ajudar na criação de capacidade sobre como utilizar ferramentas das mídias sociais para comunicação. Isso é vital se quisermos progredir na organização e mesmo na construção de uma solidariedade com o restante do mundo. Se tivermos acesso à essas ferramentas, será muito mais fácil mantermos contato com o resto do mundo e para o resto do mundo saber o que realmente se passa aqui. As pessoas deveriam ser capazes de, desde suas respectivas áreas – não somente de áreas urbanas – produzir imagens e enviar pela internet e tentar fazer o máximo possível de capital com elas.

Entrevistador: Claro. Tem algo mais que você gostaria de falar antes de concluirmos.

Sam: Sim, eu gostaria de falar algumas palavras para os nossos amigos anarquistas e grupos que se associaram conosco no passado, nos apoiaram, especialmente da Europa e da América do Norte. Eu digo a eles que o anarquismo não está morto na África. Mas é importante para eles apreciarem que o anarquismo como um movimento, como um movimento político, como uma plataforma filosófica, ainda precisa de um tempo para se cristalizar aqui. Mas nesse meio tempo, nós devemos continuar engajados com o restante da sociedade. Nós devemos continuar questionando o governo nos debates que pudermos participar. Isso é o que levou alguns de nós a irem para organizações não-governamentais. Quando você fala de anarquismo para as pessoas nesta parte do mundo, eles dizem: “Bem? Sobre o que é isso? Ahh, não, não, não, anarquismo fala sobre desordem, caos, confusão.” Claro que quando você faz uma análise intelectual sobre organização social e como isso – o incorreto entendimento sobre anarquismo – se adequa aos princípios anarquistas – em como a ideologia controla as pessoas –, você consegue entender um pouco do que está aí.

É difícil, nesta parte do mundo, construir um movimento baseado somente em princípios anarquistas. Mas podemos construir um movimento que busca prestação de contas do governo, que luta pelo meio ambiente, que luta por igualdade de gênero e que luta por direitos humanos. Porque esses são princípios mínimos que uma ampla faixa da população concorda. E isso permite que nós continuemos a interagir e a questionar a existência social e as políticas públicas, procurando garantir que a sociedade civil não seja completamente extinta. Enquanto isso, aqueles de nós que acreditam genuinamente no anarquismo, vão continuar a organizar e desenvolver ferramentas de organização que um dia irão permitir a emergência de um movimento anarquista.

Entrevistador: Sim, obrigado Sam. Você nos deu muito sobre o que pensar. E eu penso que com pessoas que sejam tão bem informadas, tão críticas e tão ativas como você há muita esperança para construir um movimento do tipo que você falou.

Sam: Eu que te agradeço Jeremy.

## Sobre o Autor



Sam Mbah (1963-2014) foi um advogado, jornalista e ativista nigeriano. Nascido em Enugu, no sudeste da Nigéria, estudou na Universidade de Lagos e trabalhou como correspondente do jornal Daily Star, escrevendo sobre política, meio ambiente, antropologia e anarquismo. Foi co-fundador e membro ativo da Awareness League ("Liga da Consciência"), uma organização de cunho anarquista empenhada na transformação libertária da Nigéria, através da educação política, campanhas sociais e de proteção ambiental. Sua principal obra (em co-autoria com I. E. Igariwey) foi *African Anarchism: The History of a Movement*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1997, na qual os autores apresentam os paralelos existentes entre os valores anarquistas e os sistemas sociais e econômicos das várias sociedades africanas antes da imposição do capitalismo e de rígidas hierarquias políticas durante o período colonial.

# Table of Contents

[Apresentação](#)

[Prefácio](#)

[Prefácio do Editor Original](#)

[Prefácio do Autor](#)

[Capítulo 1: O que é Anarquismo?](#)

[O que o Anarquismo não é?](#)

[Origens do Anarcossindicalismo](#)

[Capítulo 2: Anarquismo na História](#)

[Capítulo 3: Precedentes Anarquistas na África](#)

[Comunalismo Africano](#)

[Sociedades sem Estado na África](#)

[Os Igbo](#)

[Os povos do Delta do Níger](#)

[Os Tallensi](#)

[Colonialismo e a Incorporação da África na Economia Capitalista](#)

[Mundial](#)

[O Impacto da Incorporação](#)

[Formação de classes na África pós-colonial](#)

[Socialismo Africano](#)

[Há um Anarquismo Africano?](#)

[Capítulo 4: O Desenvolvimento do Socialismo na África](#)

[O Movimento Sindicalista e a Luta de Libertação na África](#)

[O Movimento Sindical Nigeriano](#)

[O Movimento dos Trabalhadores na África do Sul](#)

[A “Revolução” na Guiné](#)

[A Awareness League: um Movimento Anarquista Africano](#)

[Capítulo 5: O Fracasso do Socialismo na África](#)

[Capitalismo de Estado e Instabilidade](#)

[O Fator Militar](#)

[Corrupção Política e Instabilidade Social: Estudo de Caso de Gana e](#)

[Nigéria](#)

[Ajustamento Estrutural, Eleitoralismo e Futuro Africano](#)

[A Questão de Direitos Humanos](#)

[Capítulo 6: Obstáculos para o Desenvolvimento do Anarquismo na África](#)

[Educação Colonial](#)

[O Sistema Legal](#)

[A Classe Militar e o Status Quo](#)

[Etnia x Consciência de Classe](#)

[Fatores Religiosos e Culturais](#)

[Solidariedade Internacional](#)

[Capítulo 7: Futuro Anarquista na África](#)

[Anarquismo no Contexto Mundial](#)

[A Condição Africana](#)

[Anarquismo e a Questão Nacional na África](#)

[Anarquismo – O Caminho para a África Seguir](#)

[Notas](#)

[Apêndice: Entrevista com Sam Mbah, março de 2012](#)

[Sobre o Autor](#)